



INSTITUTO POLITÉCNICO
DE LEIRIA

POLITÉCNICA

politécnica

Pedro Lourtie, Secretário
de Estado do Ensino Superior
"Politécnico
e Universitário cada
vez mais próximos"



30 de Novembro
1.º Encontro
de Professores
Secundário/Superior

Revista do Instituto Politécnico de Leiria Nº 7 Trimestral Outubro 2001

IPL no Brasil

Seminário sobre Cooperação Brasil-Portugal



INSTITUTO POLITÉCNICO
DE LEIRIA
www.iplei.pt

Sessão Solene

Abertura do Ano Lectivo 2001/2002

ESE Leiria

Escola Superior de Educação de Leiria

ESTG Leiria

Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Leiria

ESTGAD Caldas da Rainha

Escola Superior de Tecnologia, Gestão, Arte e Design de Caldas da Rainha

ESTM Peniche

Escola Superior de Tecnologia do Mar de Peniche

ESEnf Leiria

Escola Superior de Enfermagem de Leiria

ESARTE Caldas da Rainha

Escola Superior de Animação e Artes do Espectáculo de Caldas da Rainha

Oração de Sapiência proferida pelo
Dr. Daniel Proença de Carvalho



Igreja de S. Francisco (Junto ao C.C. Maringá)

Leiria, 7 de Novembro de 2001 - 15,30 horas

4/6	Entrevista com Pedro Lourtie, Secretário de Estado do Ensino Superior "Politécnico e Universitário estão cada vez mais próximos"
7/11	IPL no Brasil I Seminário sobre Cooperação Brasil-Portugal
12/13	Acções de Cooperação do IPL
14	O IPL na Roménia Sessão Solene de abertura do ano lectivo no IPL ESARTE só abre em 2002
15	Médias de acesso ao Instituto Politécnico de Leiria para 2001/2002
16/17	Novas infra-estruturas do Instituto Politécnico de Leiria 1.º Encontro de Professores - Secundário/Superior
18/22	A Declaração de Bolonha
23	Novo Edifício do IPL
24/25	"Por um novo ciclo para o Ensino Superior" <i>Luciano de Almeida</i>
26	Protocolo IPL/Câmara Municipal de Caldas da Rainha Instalações complementares da ESTGAD e ESARTE
26	Protocolo IPL/NERLEI - Cursos de Formação para primeiro emprego
28	Entrevista José Loios, Director da ESTM "A vocação da ESTM é litoral, marítima e integrada na região"
29/32	ESE-Leiria "Comunicação e Multimédia na Sociedade da Informação" <i>José Manuel Silva, Pres. do Conselho Directivo</i> Notícias e Agenda Entrevista a Graça Seco, Professora
33/37	ESTG-Leiria "Afirmção, Perspectivas e Desafios" <i>Nuno Mangas, Pres. do Conselho Directivo</i> Notícias e Agenda Entrevista a Paulo Bártole, Professor Projecto NetLearn - Aprender à distância através da Internet
38/40	ESTGAD-Caldas da Rainha "Ano lectivo: o fim e o princípio" <i>José Ventura da Cruz Pereira, Director</i> Notícias e Agenda
41/44	ESTM-Peniche "Uma escola afirmativa e em crescimento equilibrado" <i>José Loios, Director</i> Notícias e Agenda
45/47	ESEnf-Leiria "Licenciatura em Enfermagem" <i>Elísio Augusto Gomes Pinto, director</i> Notícias e Agenda
48/50	Serviços de Acção Social
52/53	Notícias IPL
54	Associações de Estudantes

Nota de abertura



INSTITUTO POLITÉCNICO DE LEIRIA

1. Não deixa de ser com alguma preocupação que iniciamos o ano lectivo de 2001/2002. Alguma preocupação e muita esperança.

Preocupação resultante, em primeiro lugar, dos cortes no orçamento de funcionamento de 2001, cortes que no conjunto do Instituto foram de cerca de duzentos mil contos e, em segundo lugar, das restrições orçamentais para 2002, que se traduzem num acréscimo em relação a 2001 de apenas cerca de 5,71%, quando o crescimento de alunos é de cerca de 20%.

Preocupação, porquanto quer os cortes orçamentais de 2001, quer as restrições orçamentais de 2002, são susceptíveis de comprometer a implementação do Plano de Desenvolvimento Estratégico do Instituto Politécnico de Leiria, 2001-2006, se não quanto à sua orientação e às medidas nele propostas, pelo menos quanto aos momentos da sua concretização. Se o país atravessa graves dificuldades financeiras percebemos que estas tenham reflexos nos mais variados sectores da administração pública e, por isso, entendemos que as instituições de ensino superior terão elas, também, que fazer um esforço de contenção orçamental, de racionalização de recursos e de despesas. O que não entendemos é que essas restrições incidam de igual forma sobre todas as instituições, como se elas se encontrassem todas em igualdade de posição, com os mesmos problemas, as mesmas fragilidades.

Se há instituições que gastam mal o dinheiro e lhes sobra – e há – outras há onde ele é bem gasto e insuficiente. Se há instituições

que têm pessoal a mais – e há – outras há onde o pessoal é insuficiente. Se há instituições com critérios de gestão mais discutíveis, outras há onde a gestão é clara e transparente.

A redução da despesa pública é importante mas muito mais importante é fazer-se a reforma da despesa pública. E no que ao ensino superior respeita isso passa por um diagnóstico rigoroso de cada instituição que identifique as situações a corrigir e as reformas a introduzir, que dote as instituições dos meios e dos instrumentos necessários a uma gestão de rigor em todas as suas vertentes.

Mas se temos muita esperança, é porque reconhecemos que muito mudou nos últimos tempos no Ministério da Educação e na Direcção Geral do Ensino Superior. Ganhou-se a eficácia perdida, restabeleceu-se o diálogo com as instituições, abandonou-se a postura de arrogância, típica da incompetência ou da falta de cultura democrática, ou de ambas, o que piorava a situação.

Restabeleceu-se a confiança indispensável para a busca de soluções e consensos que nos permitam recuperar os dois anos perdidos.

Razões de sobra para que possamos ter esperança e para que seja legítimo tê-la.

Vamos continuar o caminho que traçámos, vamos prosseguir a implementação gradual do Plano de Desenvolvimento.

2. Iniciou-se mais um ano lectivo. A todos os alunos e muito em especial aos quase dois mil novos alunos do IPL desejamos um bom ano escolar na firme certeza de que os seus serão também os nossos êxitos.

*Luciano de Almeida,
Presidente do IPL*

Entrevista com Pedro Lourtie, Secretário de Estado do Ensino Superior

“Politécnico e Universitário estão cada vez mais próximos”

As fronteiras rígidas entre o ensino superior universitário e politécnico «já não se justificam» e é necessário esbatê-las, tendo presentes as alterações que surgirão no quadro da Declaração de Bolonha. Quem o diz é Pedro Lourtie, Secretário de Estado do Ensino Superior, que acrescenta que a questão do nome é um falso problema: «Por mim, chamava-se tudo universidades». O responsável apontou ainda a necessidade de conceder maior autonomia às instituições e revelou que os cursos da Escola Superior de Animação e Artes do Espectáculo de Caldas da Rainha, arrancam em 2002.

Que análise faz do desempenho do ensino superior politécnico e universitário, nos últimos anos?

Entrámos recentemente em contra-ciclo, mas os últimos anos foram de grande expansão. Houve um período de crescimento muito rápido, entre 92 e 96, que correspondeu a um aumento do número de alunos de duas vezes e meia. Foi uma época difícil, em que eram necessárias mais instalações e mais professores. Agora, estamos numa fase de consolidação e, nalguns casos, de redução de frequência do ensino superior, porque o grupo etário dos 18 anos está a diminuir e assim continuará até 2010. Como o financiamento é feito por aluno, isto pode significar, para as instituições, problemas de sobrecapacidade e rentabilidade.

A médio prazo, isso pode implicar o encerramento de alguns cursos?

Pode implicar repensar alguns cursos e identificar as áreas onde há menos procura. Há níveis de desemprego significativos nas áreas de gestão, economia e ciências sociais



e humanas, o que significa que produzimos mais diplomados do que o mercado de trabalho pode absorver. Em outras áreas, que não estão claramente identificadas, há carência de diplomados. Temos de saber quais as áreas onde existe essa sobrecapacidade e perceber se é possível fazer uma reconversão profissional.

Há algum plano concreto de requalificação desses diplomados excedentes?

Neste momento não. Estamos a identificar, juntamente com o Ministério do Trabalho, onde é que há uma procura não satisfeita do mercado de trabalho. A ideia é envolver cada vez mais o ensino superior, e não só as escolas profissionais e tecnológicas e os centros de formação.

Por mim, chamava-se tudo universidades

A Lei de Organização do Ordenamento do Ensino Superior distingue o ensino

universitário do ensino politécnico, em função da formação aí ministrada. Concorda com essa distinção?

Estas questões têm de ser vistas numa perspectiva histórica. O ensino politécnico apareceu nos anos setenta, com a ideia de criar uma formação mais curta e profissionalizante que as universidades não faziam. Hoje, estas têm uma atenção diferente às necessidades do mercado de trabalho e aproximaram-se dos objectivos com que foram lançados os politécnicos. As barreiras rígidas entre o ensino universitário e o ensino politécnico já não se justificam e cada vez mais temos de esbater essas fronteiras. Mas é um processo progressivo.

E a questão do prestígio social associado ao nome?

Em relação ao nome, quanto a mim, podia chamar-se tudo universidade. A preocupação não tem a ver com o nome, mas sim com a possibilidade de os politécnicos deixarem de fazer boa formação, que tem colocação no mercado de trabalho.

Admite a hipótese de os Institutos Politécnicos poderem vir a conferir os graus académicos de mestre e doutor, tendo em conta a aproximação dos dois sistemas?

Eu admito todas as hipóteses. O sistema é evolutivo. Essa é uma questão que terá de ser discutida. Dizer, neste momento, que todos podem conceder todos os graus não me parece a principal questão. Há uma discussão prioritária e que tem a ver com os graus no quadro do processo de Bolonha. Portugal tem dois graus iniciais de formação (bacharelato e licenciatura), o que não acontece na generalidade dos

países envolvidos. Se caminharmos para um grau único, para uma duração que apontava para três/quatro anos, com entre 180 a 200 unidades de crédito, a questão é saber a que é que correspondem estas formações.

Como é que isso funcionará na prática?

Das duas uma: pode haver um primeiro grau, complementado com um diploma profissional que é acreditado pelas respectivas ordens; a outra alternativa é termos estratos com características profissionais e outros com características científicas. Há países que têm caminhado nesse sentido.

E os politécnicos passariam a poder leccionar mestrados?

No quadro da Declaração de Bolonha é uma via perfeitamente razoável. É uma questão que vai ser discutida. Em relação aos doutoramentos, isso pressupõe a existência de cursos com o mínimo de capacidade e consistência, e a prazo não me parece impossível os politécnicos lá chegarem. Depende das condições que cada instituição tiver.

Tem de se aumentar a autonomia das instituições

Os Politécnicos de Leiria e Castelo Branco incluíram nos seus planos de desenvolvimento a aquisição do estatuto de universidades politécnicas. Outros institutos já se manifestaram nesse sentido. O Ministério é contra essa tendência ou essa será a evolução normal?

Entendo que, no que respeita à integração de escolas politécnicas no ensino universitário, a Lei do Ordenamento do Ensino Superior não revogou a Lei de Bases do Sistema Educativo, nomeadamente no seu artigo 14º. Essa integração continua a ser possível, mas a passagem dos politécnicos a universidades é uma questão que terá de ser analisada. Não sei exactamente o que isso implica em termos do próprio estatuto que se propõe para uma universidade politécnica, se é



apenas uma alteração de nome ou também de conteúdo, pelo que não me vou comprometer com nenhuma dessas soluções. Mas os sistemas vão-se aproximando e é desejável que essa evolução seja progressiva e não uma discussão meramente administrativa.

Os politécnicos queixam-se de alguma falta de autonomia comparativamente com as universidades...

Na minha perspectiva, tem de se aumentar a autonomia das instituições, nomeadamente os politécnicos, aproximando-a pelo menos da autonomia das universidades. Não vejo qualquer razão para que isso não aconteça. As próprias universidades queixam-se que em determinadas áreas não têm a autonomia que deviam ter. Essa é uma discussão a lançar quer com as universidades quer com os politécnicos, saber até que medida é possível aumentar a autonomia das instituições.

Outra queixa recorrente dos politécnicos tem a ver com a marginalização em relação ao financiamento. Dizem, por exemplo, que no plano orçamental para 2002 recebem 27 por cento do financiamento destinado ao ensino superior, quando na verdade têm 40 por cento dos alunos do ensino superior.

A comparação não pode ser feita nesses

termos porque os cursos não têm todos o mesmo custo e porque os r' scios por aluno não são os mesmos. Os custos não podem ser comparados.

Politécnicos têm orçamentos mais equilibrados

O orçamento para 2001 previa um corte de seis milhões de contos no bolo a distribuir pelo ensino superior. Depois, essa verba foi revista e o Governo fixou-a em dois milhões de contos. Esses cortes ameaçaram o normal funcionamento das instituições?

Os cortes orçamentais foram feitos em todas as instituições ao nível dos 5 por cento. Já foi reconhecido que esta percentagem tem um impacto superior aos cortes decretados pela política central. Se pensarmos que a média dos orçamentos das instituições de ensino superior era de cerca de 87,5 por cento para pessoal e 11,5 por cento para outras despesas, e sabendo que o pessoal tem de ser pago, se fizéssemos incidir esse corte de 5 por cento nas outras despesas isso equivaleria a um corte de 40 por cento dos 11,5. Um corte muito substancial.

Como é que se resolveu o problema?

Procurou-se verificar quais eram as necessidades absolutamente indispensáveis às instituições para fechar este ano sem deixar de pagar salários, mas fazendo o máximo de contenção. E constatou-se que a situação nos politécnicos era menos complicada, o que resulta de terem um orçamento mais equilibrado. Há muitas universidades em que o orçamento com pessoal atinge mais de 90 por cento, o que é muito complicado de gerir.

Como é que as universidades lidaram com esses cortes?

Do lado das universidades, concluiu-se que não era possível encaixar o corte dos 5 por cento. É uma situação que não está resolvida ainda, estamos a verificar onde é que há de facto situações de ruptura e qual será o mínimo para resolver a situação orçamental este ano. Foi dito às ins-

tituições que, se houvesse necessidades até princípio do ano, isso teria de ser encarado numa perspectiva de equidade e ver esse orçamento como uma espécie de empréstimo às universidades, um adiantamento que terá de ser compensado no futuro.

ESARTE arranca em 2002

Voltando à Declaração de Bolonha, quais são os *timings* da sua implementação?

A declaração prevê que, até 2010, se atinja um conjunto de objectivos no sentido de criar a chamada área europeia de ensino superior. Nem tudo é feito de imediato e há algumas discussões a lançar para podermos avançar com um decreto-lei, nomeadamente as questões que têm a ver com os créditos e com as equivalências. Simultaneamente, queremos abrir o campo do reconhecimento de competências e conhecimentos obtidos fora do sistema formal de ensino.

Em relação aos graus académicos que existem actualmente. Quais é que desaparecem e quais subsistem?

Esse é outro ponto. Já fiz o primeiro papel, está em discussão interna para lançar o debate. A ideia não é preparar um diploma legal já, mas sim lançar questões para as quais pretendemos o contributo de algumas instituições, politécnicas e universitárias, públicas e privadas, ou de outras pessoas, para a partir daí fazer uma proposta de lei na Assembleia da República para alteração da Lei de Bases do Sistema Educativo.

Isso também obriga a mudar as regras de acesso às profissões.

Não forçosamente. Com mais dois anos, por exemplo, um bacharel de engenharia de uma licenciatura bi-etápica, pode entrar na Ordem dos Engenheiros. No futuro poderá acontecer que o primeiro grau não dê acesso à Ordem e haver um curso de mais um ano, que acrescentaria o diploma profissional à licenciatura. As soluções são variáveis e não temos de



Curriculum

Professor e Sindicalista

Pedro Lourtie tem 54 anos e é licenciado em Engenharia Mecânica. Detentor de um *Master of Science* e de um doutoramento na Victoria University of Manchester, é Professor no Instituto Superior Técnico.

Assumi a pasta da Secretaria de Estado do Ensino Superior por ocasião da remodelação governamental que conduziu Júlio Pedrosa a substituir Augusto Santos Silva como Ministro da Educação. Anteriormente, desempenhou funções como Director Geral do Ensino Superior, cargo que entretanto abandonou para liderar a *task force* da Educação na Presidência Portuguesa da União Europeia, entre Janeiro e Junho de 2000. Foi também Presidente da Fundação de Apoio ao Estudante e presidente ao Sindicato Nacional do Ensino Superior.

ser rígidos em relação a estas questões. A ideia é criar uma estrutura de graus, sobretudo um primeiro nível de graduação suficientemente parecido dentro de vários países para facilitarmos as pontes entre eles.

Relativamente ao Politécnico de Leiria, o curso de Serviço Social, da Escola Superior de Educação, continua à espera de reconhecimento, argumentando o Ministério que essa formação é mais adequada a uma universidade.

Em que ponto está a situação?

Recebi um recurso que tinha sido apresentado pelo Senhor Presidente do Instituto Politécnico de Leiria e, entretanto, o processo foi reenviado para a Direcção Geral e está em fase de reapreciação. Devido a múltiplos afazeres, não tenho ainda o *feedback* necessário para me poder pronunciar sobre a questão. Vi que tinha um parecer dos Professores Veiga Simão e Almeida Costa, mas ainda não tive oportunidade de receber o papel.

A ESARTE, das Caldas da Rainha, deveria ter entrado em funcionamento este ano. Quando é que isso acontecerá?

Este ano temos um problema orçamental e a decisão que tinha tomado foi dizer que, para já, não se criam escolas novas, porque esse impacto tem de ser avaliado. Relativamente a esse processo, a informação que tenho é de que teria de arrancar este ano em instalações provisórias, porque as definitivas só estariam prontas no mês de Dezembro. Face a isto, e todas as diligências burocráticas necessárias, já não havia tempo para avançar com os cursos na época normal. Por isso, achei mais prudente arrancar com estes em 2002.

Entrevista: Hugo Bordeira

Fotografias: Jordi Buch

Manaus, 27 de Setembro de 2001

Situação do Ensino Superior Politécnico em Portugal

Luciano de Almeida, Presidente do Instituto Politécnico de Leiria, esteve presente no I Seminário sobre as Transformações do Ensino Superior no Brasil e a Cooperação Brasil - Portugal, a convite da Associação Nacional dos Centros Universitários - ANACEU. Na sua comunicação abordou "A Situação do Ensino Superior Politécnico em Portugal", referindo o contexto em que surgiu e qual o futuro do Ensino Politécnico em Portugal e no âmbito europeu.

As minhas primeiras palavras são para agradecer o honroso convite que a Associação Nacional dos Centros Universitários – ANACEU me formulou, para, em representação do Instituto Politécnico de Leiria e do Conselho Coordenador dos Institutos Superiores Politécnicos – CCISP, participar neste I SEMINÁRIO SOBRE AS TRANSFORMAÇÕES DO ENSINO SUPERIOR NO BRASIL E A COOPERAÇÃO BRASIL - PORTUGAL organizado pela ANACEU, Centro Universitário Nilton Lins – UNINILTON LINS, Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES, Secretaria de Ensino Superior – SESU e Conselho Nacional de Educação – CNE. Agradeço, igualmente, ao Centro Universitário Nilton Lins o modo como me acolheu à chegada a Manaus e a inteira disponibilidade que desde logo fez questão de manifestar para todo o apoio de que eventualmente viesse a necessitar durante a minha estadia. Muito obrigado a todos.

O tema da minha comunicação é "SITUAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR POLITÉCNICO EM PORTUGAL".

Devo começar por referir que o ensino superior em Portugal, todo ele, - politécnico e universitário, público e privado – se encontra neste momento a atravessar uma fase de profunda reflexão.

Na verdade, se algum sector houve onde as transformações decorrentes do 25 de Abril foram um claro sucesso, esse sector é in-



O presidente do IPL no decurso do Seminário

dubitavelmente o da educação em todos os domínios, do básico ao secundário, do secundário ao superior. Expressão desse sucesso é, desde logo, a universalização do acesso ao ensino superior, a criação, expansão e consolidação da rede de institutos politécnicos (previstos na Reforma Veiga Simão, de 1973, mas sem qualquer concretização prática até 1977, criados como resposta à incapacidade das universidades de se auto - reformarem e se adaptarem aos desafios que em matéria de formação superior se colocavam ao país) e a permissão legal de criação de estabelecimentos de ensino superior privados e cooperativos.

Até meados dos anos 80, o ensino particular e cooperativo não tinha qualquer significado no panorama do ensino superior português, excepção feita à Universidade Católica Portuguesa, que o Estado tinha pudor de qualificar como privada inserindo-a numa classificação que ninguém sabia o que era (ensino concordatário), que aliás se manteve até ao ano findo, de tal modo que nos documentos oficiais o ensi-

PROGRAMA



QUINTA-FEIRA

14h00 - Entrega das Credenciais.

14h30 - Abertura Oficial do Seminário.

Dr. Magno de Aguiar Maranhão

- Presidente da ANACEU

Dra. Gisélle Lins de Queiroz

- Reitora do Centro Universit. Nilton Lins.

Autoridades Presentes

- Apresentação do Coral
UNINILTON LINS.

15h00 - Situação do Ensino Superior Politécnico em Portugal.

Dr. Luciano de Almeida

- Presidente do Instituto Politécnico

de Leiria e Membro da Comissão Perma-

nente do Conselho Coordenador dos Insti-

tutos Superiores Politécnicos – CCISP

- Possibilidades de Cooperação
entre Politécnicos e Centros Univer-

sitários.

Dr. Alberto Antas de Barros

- Presidente do Instituto Politécnico de Lis-

boa e Vice-Presidente da Associação das

Universidades da Língua-Portuguesa AULP

Coordenador da Mesa:

Dr. Éfrem de Aguiar Maranhão

- Conselheiro do CNE

15h45 - Debate.

16h15 - Coffee Break.

16h30 - Tendências da Educação Superior
- Atribuições da SESU e do INEP

- Visão da SESU e do INEP:

Dra. Maria Helena Guimarães de Castro

Dr. Jocimar Archângelo

Dr. Luís Roberto Lisa Curi

Dra. Susana Rangel

Dr. Eduardo Machado

Dr. Cid Gesteira

- Visão do CNE:

Conselheiros:

Dr. Éfrem de Aguiar Maranhão

Dr. Lauro Ribas Zimmer

Dr. Roberto Cláudio Frota Bezerra

Dr. César de Sá Barreto

Dr. Yugo Okida

Dr. Arthur Roquete de Macedo

Coordenador da Mesa:

Dra. Gisélle Lins de Queiroz

- Reitora do Centro Universitário Nilton Lins

18h00 - Debate.

18h30 - Encerramento.

...

19h00 - Visita ao Centro Universitário Nilton Lins.

21h00 - Jantar Temático Amazônico
(oferecido pela UNINILTON LINS).

SEXTA-FEIRA

10h00 - A Formação de Professores na Pós-Graduação.

- Visão da CAPES/MEC:

Dr. Abílio Affonso Baêta Neves

- Visão do CNE.

Conselheiros:

Dr. Éfrem de Aguiar Maranhão

Dr. César de Sá Barreto

Dr. Roberto Cláudio Frota Bezerra

Coordenador da Mesa:

Dr. Edson Franco - Presidente da ABMES

11h30 - Debate.

12h00 - Almoço (livre).

15h00 - Autorização, Reconhecimento e Renovação de Reconhecimento de Cursos.

- Visão da SESu/MEC:

Dr. Luís Roberto Lisa Curi

Dr. Cid Cesteira

Dra. Susana Rangel

- Visão da INEP/MEC:

Dr. Jocimar Archângelo

- Visão do CNE:

Conselheiros:

Dr. Lauro Ribas Zimmer.

Dr. Yugo Okida

Dr. Arthur Roquete de Macedo

Coordenador da Mesa:

Dr. Eduardo Storópoli - Reitor UNINOVE

16h30 - Coffee Break.

17h45 - Debate.

18h15 - Solenidade de Encerramento.

Dr. Magno de Aguiar Maranhão

- Presidente da ANACEU.

Dra. Giselle Lins de Queiroz

- Reitora do Centro Universitário Nilton Lins.

Autoridades Presentes.

...

no superior aparecia classificado com ensino superior público, concordatário, privado e cooperativo (ficando o ensino concordatário a meio caminho entre uma coisa e outra, mas como se não fosse nem uma nem outra). Esta confusão parece finalmente desfeita e assim o ensino superior em Portugal é hoje, público, privado ou cooperativo, conforme a natureza jurídica do titular do estabelecimento de ensino.

Antes de entrar propriamente no tema da minha comunicação gostaria de fazer uma muito breve caracterização do **sistema educativo português**, para que tenhamos todos uma ideia ainda que muito sucinta da forma como se organiza.

O sistema de ensino português está **estruturado em 4 níveis**: ensino pré-escolar, ensino básico (escolaridade mínima obrigatória), ensino secundário e ensino superior. O primeiro nível do ensino não superior é a **educação pré-escolar**, não obrigatória, dos dois aos cinco anos; o **ensino básico**, segundo nível, corresponde à escolaridade mínima obrigatória de nove anos, e encontra-se organizado em 3 ciclos, o primeiro de 4 anos (equivalente à antiga escola primária), o segundo e o terceiro de dois anos e três anos, respectivamente; o **ensino secundário**, terceiro nível, tem a duração de 3 anos.

Têm **acesso ao ensino superior** os candidatos que hajam concluído, com aproveitamento, o ensino secundário, ou equivalente, e tenham feito as provas nacionais de ingresso exigidas pelo estabelecimento de ensino para o curso a que se pretende candidatar. O candidato ao ensino superior candidata-se a um par estabelecimento/curso.

Permitam-me uma pequena referência à **organização curricular do ensino secundário**: no ensino secundário os jovens que concluíram o ensino básico obrigatório têm a possibilidade de frequentar os cursos gerais, os cursos tecnológicos e cursos profissionais.

Será curioso referir-lhes que 82% dos jovens que frequentam o ensino secundário em Portugal estão matriculados nos cursos gerais, não conferentes de qualquer qualificação profissional, apenas se encontrando a frequentar os cursos tecnológicos e profissionais 18% dos jovens matricu-

lados no ensino secundário.

Em nota de rodapé gostava de salientar que na Alemanha a situação é precisamente inversa, 80% dos jovens frequentam o ensino secundário tecnológico e profissional e só 20% frequentam os cursos gerais, tendência que se mantém, ainda que menos acentuadamente nos restantes países comunitários, excepção feita à Grécia onde o panorama é idêntico ao português. Algumas breves notas, também, sobre o sistema de ensino superior português.

Em função da natureza jurídica do titular do direito de propriedade que incide sobre o estabelecimento de ensino superior este é **público, privado e cooperativo**, sendo públicos os estabelecimentos de ensino pertencentes a institutos públicos, privado e cooperativo, os pertencentes a sujeitos privados ou cooperativos. Os estabelecimentos de ensino superior público, privado e cooperativo são **universitários** ou **politécnicos** - distinção que do ponto de vista legal hoje se faz de acordo com a **natureza das formações** (Lei 26/2000) - podendo organizar-se em **universidades, institutos politécnicos, escolas universitárias não integradas** em universidades e **escolas politécnicas não integradas** em politécnicos.

Os cursos serão, igualmente do ponto de vista legal, **universitários** ou **politécnicos**, de acordo com a natureza da formação ministrada.

O modelo de ensino superior em Portugal é, assim, um **modelo binário**, organizado, do ponto de vista formal e legal, em **dois subsistemas**: o **universitário** (constituído pelas universidades e escolas universitárias não integradas) e o **politécnico** (constituído pelos institutos politécnicos e pelas escolas superiores politécnicas não integradas).

Não poderemos dizer, porém, que o modelo seja "puro", na medida em que há duas universidades que integram escolas politécnicas: a Universidade do Algarve e a Universidade de Aveiro. Na Universidade do Algarve o número de alunos que frequenta o ensino politécnico (58%) é superior ao de alunos que frequenta o universitário e, na Universidade de Aveiro, 20% dos alunos frequentam escolas superiores politécnicas.

Referi, há pouco, que a distinção entre o subsistema politécnico e o subsistema universitário assenta hoje, do ponto de vista formal e legal, na diferente natureza das formações ministradas; serão universitárias as instituições que ministram formações de natureza universitária e serão politécnicas as que ministram formações de natureza politécnica.

E digo hoje, porque até à publicação da Lei 26/2000, não havia qualquer **distinção legal**, havia universidades e institutos politécnicos e **a distinção entre eles fazia-se essencialmente pelos graus académicos** que podiam conferir.

As **Universidades** os graus de bacharel, licenciado, mestre e doutor e os **Institutos Politécnicos** os graus de bacharel e licenciado.

Com efeito, de acordo com a **Lei de Bases do Sistema Educativo** (Lei 46/86) apenas as universidades podem conferir os graus de mestre e doutor, podendo fazê-lo simplesmente porque são universidades, sem exigência legal de quaisquer outros requisitos sejam de natureza pedagógica ou científica. As universidades podem conferir-lhos pelo simples facto de assim se chamarem e os institutos politécnicos não o podem fazer, pelo simples facto de se chamarem politécnicos.

A competência para a atribuição dos graus de mestre e doutor é, pois, da exclusiva competência das Universidades.

Segundo o discurso oficial aquela competência estaria intrinsecamente ligada quer ao modelo de ensino, quer ao modelo de investigação para que um e outro dos subsistemas se encontrariam originariamente vocacionados: quanto ao ensino, o **ensino politécnico** teria, essencialmente uma **natureza profissionalizante, orientado de forma a dar predominância aos problemas concretos e de aplicação prática** – ensino essencialmente teórico/prático enquanto o **ensino universitário tinha características mais conceptuais** e teóricas; quanto à **investigação**, ao ensino politécnico estaria reservada a **investigação aplicada** enquanto ao universitário estaria reservada a **investigação fundamental**.

E justificar-se-ia, por isso, a limitação negativa dos institutos politécnicos para conceder

os graus de mestre e doutor, já que a concessão daqueles graus só seria compatível com o ensino conceptual e a investigação fundamental.

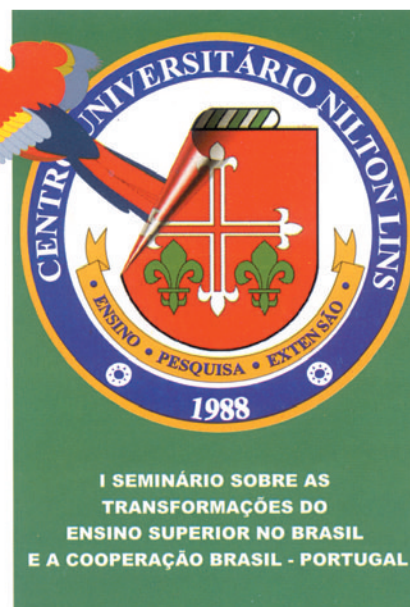
Esta situação tornou-se politicamente insustentável face à **evolução que o ensino politécnico conheceu** em Portugal.

Os institutos politécnicos conseguiram dar resposta à crescente procura do ensino superior por parte dos jovens – o ensino politécnico contribuiu decisivamente para a concretização do princípio constitucional que a todos reconhece o direito ao ensino superior - e sendo instituições jovens e bem ligadas às comunidades locais adequaram os seus cursos às necessidades das regiões em que se inserem, garantindo-lhes altas taxas de empregabilidade, de tal modo que, em pouco menos de quinze anos, partindo do nada, são hoje frequentados por cerca de 46% dos alunos do ensino superior público em Portugal.

Cientes desta realidade os institutos politécnicos passaram a exigir do poder político a alteração dos pressupostos em que assentava a competência para a concessão dos graus de mestre e doutor. Exigindo que o pressuposto deixasse de ser a designação das instituições e passasse a ser a prévia verificação de um conjunto de requisitos, de natureza científica e pedagógica, comuns a todas as instituições de ensino superior, universitárias ou politécnicas, públicas, privadas ou cooperativas.

É neste quadro e pretendendo interromper um processo de reflexão sobre o ensino superior – perspectivas e evolução - que surge a Lei 26/2000, chamada pelo legislador de **Lei de Organização e Ordenamento do Ensino Superior**, assim chamada, segundo as palavras do então responsável governamental pelo ensino superior em Portugal, porque era preciso **pôr ordem** no ensino superior.

E essa ordem, diga-se em abono da verdade, resumia-se a uma tentativa para tentar consagrar, por via legal, uma realidade que na prática já era puramente virtual: a incomunicabilidade entre os dois subsistemas e a reserva de formação pós- graduada conferente de grau



para as universidades.

O Governo, primeiro, e a Assembleia da República, depois, surdos às críticas e sugestões que as instituições de ensino superior, todas elas, apresentaram e às chamadas de atenção que o Presidente da República repetidamente viera fazendo, fizeram aprovar na Assembleia da República a Lei 26/2000.

A organização e o ordenamento consagrado na Lei 26/2000 assentava, recorde, na seguinte filosofia: **o ensino superior organiza-se** segundo um **modelo binário**, constituído por **dois subsistemas** perfeitamente estanques entre si: o **universitário** e o **politécnico**. A **distinção** entre eles seria feita segundo o **modelo (natureza) de formação ministrada**. A formação universitária de natureza conceptual e teórica e a formação politécnica de natureza teórico-prática e profissionalizante.

Só que se na sua filosofia inicial (nos anos 80) os campos de actuação dos dois subsistemas, quer no âmbito do ensino, quer no âmbito da investigação, pareciam bem delimitados, entretanto evoluíram e a evolução, quer quanto aos modelos de ensino, quer quanto aos modelos de formação, quer quanto à investigação **aproximaram os dois subsistemas**.

Dois **factores** parece terem contribuído decisivamente para que assim tivesse sucedido: em primeiro lugar o **mercado de trabalho** e em segundo lugar a necessidade de **contenção da despesa pública**.

O mercado de trabalho porque claramente

...
passou a privilegiar o recrutamento de jovens diplomados que reúnam os dois saberes – o saber teórico e o saber fazer. O mercado de trabalho, ainda, na medida em que mercê das políticas de privatizações o Estado diminuiu o seu peso como empregador nos sectores industrial e comercial, alargando, por essa forma, o trabalho no sector privado, sujeito às regras de mercado, em detrimento do sector público sujeito, em grande medida, às regras da conveniência político partidária.

A necessidade de contenção da despesa pública, até face à nova realidade resultante da integração na União Europeia, e, conseqüentemente, à impossibilidade de manter um crescimento excessivo das despesas com as universidades, obrigou estas a procurar o financiamento dos seus projectos junto do sector privado. Este, habituado a resultados, influenciou decisivamente as universidades a enveredar por projectos de investigação aplicada.

Estes dois factores, entre outros, são responsáveis por um movimento que se tem vindo a acentuar nos últimos anos, movimento de aproximação por parte das universidades quer quanto ao modelo de ensino quer ao campo de investigação que o legislador tinha, durante a década de setenta, reservado preferencialmente para os institutos politécnicos.

Movimento de aproximação que vai inevitável e desejavelmente continuar.

Foi esta realidade que a Lei de Organização e Ordenamento do Ensino Superior ignorou. E ignorou-a de tal forma que quando divulgou os anteprojectos de Lei e de Decretos Lei da concretização legislativa prevista na Lei o Governo conseguiu um facto inédito: unir todas, mas mesmo todas, as instituições de ensino superior num unísono repúdio à Lei e aos anteprojectos que visavam concretizá-la.

O final (feliz) desta história é conhecido: o Ministro da Educação e o Secretário de Estado do Ensino Superior foram exonerados, os anteprojectos de concretização legislativa da Lei de Organização e Ordenamento foram para o caixote do lixo e, em boa verdade, a própria Lei do Ordenamento vai seguir o mesmo caminho na medida em que ninguém se mostra disposto a respeitá-la, começando pelos actuais Ministro

e Secretário de Estado e acabando nas instituições de ensino superior, sejam universitárias ou politécnicas, sejam públicas, privadas ou cooperativas.

E a situação hoje é claramente esta: os institutos politécnicos e as escolas superiores neles integradas, atingiram a maioridade, ganharam o seu próprio espaço, afirmaram-se perante os jovens e a sociedade portuguesa como agentes indispensáveis na formação superior dos nossos jovens e no desenvolvimento do país, mostraram ser capazes de se adaptar em tempo útil às mudanças e de intervir activamente em áreas novas, como o ensino ao longo da vida, as especializações não conferentes de grau, etc., etc. .

Para que melhor se entenda o que acabo de dizer talvez valha a pena debruçarmo-nos muito sucintamente sobre a rede de estabelecimentos de ensino superior hoje existente em Portugal, os cursos ministrados e os alunos que os frequentam, numa perspectiva actual e de futuro próximo.

. No Ensino Superior Público em Portugal existem 15 Universidades e 15 Institutos Politécnicos, 2 Escolas Universitárias não integradas, 7 Escolas Politécnicas não integradas e 8 estabelecimentos de Ensino Militar e Policial.

. No ensino privado existem 10 Universidades e 103 estabelecimentos não integrados.

. Os cursos ministrados no sistema de ensino foram, no ano lectivo de 2000/2001, 1.697, dos quais 1.015 no ensino superior público.

. Frequentaram o ensino superior no ano lectivo 1999/2000, segundo dados preliminares do Ministério da Educação, 373.745 alunos, 70 % dos quais no ensino superior público.

. Para o ano lectivo 2001/2002 os estabelecimentos de ensino superior público abriram 49.348 vagas, das quais 55 % no ensino universitário (27.281) e 45 % no ensino politécnico (22.067).

. Para as 49.348 vagas abertas concorreram 45.210 candidatos, sendo portanto o número de vagas superior em 6,7%, ao número de candidatos. Ficaram colocados 36.381 dos candidatos, tendo ficado por preencher cerca de 13.000 vagas ou seja 26 % das vagas abertas.

Pela primeira vez em Portugal, acho importante referi-lo, o número de vagas abertas pelos estabelecimentos públicos foi superior ao número de candidatos, tendo havido umas largas dezenas de cursos com menos de 6 vagas preenchidas e algumas dezenas com zero ou um aluno colocado.

Situação que tenderá a agravar-se nos próximos 5 anos na medida em que a população na faixa etária dos 18 aos 24 anos diminuirá em Portugal para 2/3 entre 1998 e 2005 .

(Vamos assistir no ensino superior a algo que já vimos a assistir há alguns anos nos ensinos básico e secundário, a uma diminuição muito acentuada do número de alunos matriculados nestes níveis de ensino como consequência das baixas taxas de natalidade em Portugal nas décadas de 80 e 90 que agora começam a fazer-se sentir com maior gravidade no ensino superior, não obstante cerca de 43% dos jovens que concluem o ensino secundário prossigam neste momento o ensino superior, valores idênticos aos da média da União Europeia.) Neste aspecto o futuro que espera as instituições de ensino superior – todas elas – é algo sombrio, sendo particularmente preocupante no que se refere ao ensino particular e cooperativo (excepção feita para a Universidade Católica) que parecerá condenado a receber aqueles estudantes que não são admitidos pelo ensino superior público – universitário e politécnico – por não terem as notas mínimas de candidatura fixadas pelas instituições.

Sombrio, ainda, porque as instituições foram geridas numa lógica de crescimento – o número de alunos entre 1977 e 1995 quase quintuplicou – e não estão preparadas para um inevitável emagrecimento nem têm instrumentos ágeis para essa adaptação, já que consomem entre 80 e 98% do seu orçamento de funcionamento nas rubricas relativas a remunerações certas e permanentes, sendo que estas se reportam a pessoal docente e não docente sujeitos ao regime da função pública.

(Tivemos este ano a primeira amostra do que pode esperar as instituições em consequências dos cortes de 5% nos orçamentos de funcionamento relativamente ao OE de 2001 e nas restrições orça-

Acções de Cooperação do IPL

O Instituto Politécnico de Leiria tem realizado diversas acções de cooperação com instituições de ensino de Cabo Verde, Guiné e Moçambique.

Para além de já existirem diversos alunos provenientes destes países a estudar em Escolas do IPL, têm sido levados a cabo programas de intercâmbio de experiências ao nível pedagógico.

Foram desenvolvidos dois programas de qualificação de professores: um com o Instituto Pedagógico de Cabo Verde e outro com o Instituto Superior Politécnico e Universitário de Moçambique. Estes programas intensivos tiveram como objectivo a reconversão de professores ba-

charéis em licenciados.

Do mesmo modo, foram destinadas vagas para alunos com bacharelato que pretendam aceder ao grau de licenciado e a licenciados que pretendam ingressar em cursos de mestrado ou pós-graduação.

O contributo do IPL tem-se verificado também na elaboração (ou reformulação) de planos curriculares e na realização de estudos para a criação de novos cursos.

De igual modo, este Instituto pretende envolver o tecido empresarial da região neste intercâmbio, tendo realizado alguns encontros entre representantes de ambas as partes.

Moçambique - Projecto ESE/ISPU

ESE-Leiria além mar

A formação

Desde Janeiro de 2001 que a Escola Superior de Educação de Leiria (ESE) está a implementar, em Moçambique, um Curso de Complemento de Formação para Educadores de Infância e Professores do 1.º Ciclo do Ensino Básico. Aí se deslocaram, a 28 de Janeiro de 2001, os Professores Américo Oliveira, coordenador do projecto, Alzira Saraiva, Lúcia Oliveira, Rui Matos e Ricardo Vieira, responsáveis, respectivamente, pelas áreas disciplinares envolvidas na formação: Português, Ciências da Natureza, Didáctica Geral, Educação Física e Ciências Sociais.

A missão prevê 4 idas de docentes da ESE a Moçambique, sendo a última, prevista para Março de 2002, dedicada à discussão dos trabalhos finais de Seminário.

O público alvo é constituído por bacharéis portugueses que trabalham em Moçambique e que vêem, assim, possibilitada a sua formação contínua e graduada de acordo com o sistema educativo português. O protocolo aposta numa formação bilateral com os docentes do ISPU – Instituto Superior Politécnico e Universitário de Maputo, orientados pelos docentes da ESE-Leiria. O encerramento desta acção de cooperação, pioneira neste domínio, está prevista para Março de 2002.

Uma página do diário de campo



Ricardo Vieira

Maputo, 30 de Janeiro de 2001

A manhã está livre. À tarde está prevista uma reunião na Embaixada de Portugal e, pelas 17 horas, a recepção por parte do Magnífico Reitor, Professor Doutor Lourenço do Rosário, seguida da abertura oficial do Curso.

5 h – É ainda muito cedo e o sol entra infernalmente por entre os estores de um dos quartos da Residencial Halima. É alto Verão em Moçambique. Lá fora o tempo está abrasador e cá dentro só mesmo o ar condicionado me permite estar ainda deitado. Contudo, a luminosidade é tão intensa que logo me levantei e tomei o primeiro banho do dia.

8,30 h – Pequeno almoço. Fruta abundante. Trocamos palavras sobre as primeiras impressões desta missão. [...]



Vista parcial de Maputo

9 h – Falei um pouco com o Anuar e o Daude, dois irmãos e sobrinhos do dono da Residencial. Muito lúcidos e esclarecidos sobre temáticas sociais e religiosas. Trabalham na recepção, e são muito afáveis. O Anuar, inclusivamente, transportou-me até ao ISPU, no seu próprio carro, fazendo de taxista. Com ele vim a clarificar algumas ideias sobre o Islão, religião que professa.

Falámos também da diversidade linguística de Moçambique e rapidamente me fizeram o seu próprio mapa das línguas moçambicanas: Ronga, língua de Maputo; Changane, semelhante, com as mesmas palavras mas pronúncia diferente, província de Gaza; em Inhambane, distrito de Zavala, a principal é o Bitonga; 30% da população fala Machope e há, ainda, o Matcha; por fim, o Sena, falado na Beira; o Machuabo na Zambézia; o Macua na ilha de Moçambique e na província de Nampula; o Makonde em Cabo Delgado; e o Suaíli em Niassa, na fronteira com a Tanzânia. Ainda aprendi a dizer uma ou outra frase em Ronga e Changane: "Hi Wena Mane?" (Quem és tu?)

Saímos para um passeio pedestre. Cá fora, debaixo duma árvore frondosa que servia de refúgio ao sol que já ia alto, alguns homens jogam ao Tchuba, um jogo com vários buracos feitos no chão para onde se mandam umas pedrinhas. Algo que me faz lembrar um gigantesco jogo de damas onde as casas são buracos feitos no chão. Contudo, bem diferente e bem mais exótico.

O Américo tinha uma reunião com o Dr. Carlos Sotomano, psicólogo e responsável pelo curso no ISPU. Eu, a Alzira, o Rui e a Lúcia aproveitámos a manhã para andar e conhecer as redondezas que já são familiares para o Américo.

Caminhámos para norte, ao longo da costa. Para lá era a descer; para cá, muito a subir. [...] Junto à praia havia um grupo de homens a fazer cesteria com palha. A mais usual dava origem a cestos, a outra, resultante duma trança feita com palhas enroladas, dava para fazer cadeiras, pequenas e grandes, cadeirões, maples, etc. A estrutura é re-

...



“Acho que Leiria vai ficar para sempre no nosso coração”

Rute Alinho

Professora em Cabo Verde

“Estamos neste momento com as cabeças mais abertas”. É desta forma que Rute Alinho sintetiza a experiência sentida com o programa de formação de professores. O objectivo é a capacitação do corpo docente, elevando-o para um nível mínimo de licenciatura. A formação teve início em Setembro de 2000, sendo dividida em três semestres, com períodos de formação presencial em Leiria e Cabo Verde e períodos de formação à distância. Rute Alinho é professora do Instituto Pedagógico de Cabo Verde, na Escola do Mindelo, São Vicente. Com uma formação de base na área de Educação Física, tem uma experiência de quase trinta anos no ensino, trabalhando igualmente na formação de professores há cerca de dez. Actualmente, é Vice-Directora da Escola.

A participação de um grupo de 23 professores teve de ser organizada de forma a que este Instituto não ficasse paralisado. A Docente encarou esta formação “com muitas expectativas. E devo registar que ultrapassou as minhas expectativas. Aprendemos muito neste espaço de tempo.” Considera, igualmente, que “tivemos a sorte de ter um grupo de formadores de muita qualidade.” Quanto à cidade de Leiria, o primeiro impacto foi o de uma cidade muito acolhedora. Sendo uma cidade pequena, a integração foi fácil e o facto de não terem de utilizar transportes permitiu que ficassem a conhecer melhor a cidade. Rute Alinho ainda não voltou para Cabo Verde e já sente saudades: “Acho que Leiria vai ficar para sempre no nosso coração”.

Um turista ambiental

Ricardo Évora

Aluno caboverdiano na ESE



Ricardino Évora é aluno da Escola Superior de Educação de Leiria. Actualmente frequenta o terceiro ano de Turismo, na Variante de Turismo e Ambiente. Depois do bacharelato pretende realizar a licenciatura. Mas, para já, a sua principal preocupação é o estágio. Gostaria de realizar o seu estágio em Cabo Verde e já começou a fazer contactos. A dificuldade é ter um orientador em Cabo Verde que possa estar presente, em Leiria, na defesa do projecto de estágio.

Ricardo considera que o turismo “é uma área que em Cabo Verde está em franca expansão”. No entanto, Cabo Verde não é só sol e praia. Existem outras formas que devem ser exploradas. Para além disso “o turismo de sol e praia acarreta mui-

to mais riscos em termos ambientais”, por este motivo é “mais apologista do microturismo: a área abrangente é diversificada ao longo do território nacional”. É necessário incrementar um tipo de turismo menos massificado, que esteja mais de acordo com o ambiente e que dê mais emprego à população local. Natural da Ilha de Santo Antão, Ricardo gostaria “muito de trabalhar ao ar livre e de ter contacto directo com as pessoas.”

O aluno considera que Leiria é uma boa cidade para estudar: “andamos em sintonia com o tempo, enquanto que nas grandes cidades como Lisboa ou Porto andamos sempre a correr atrás do tempo”.

...

lativamente simples: com ferro das obras (6 mm “eliaco”) fazem como que um cubo com costas e aí está a estrutura pronta a aguentar com uns quilos. Depois, a palha e o acabamento em verniz mostram sofás, móveis de Tv, móveis para hall de entrada, etc. Em volta, os homens, uns trabalhando outros atentos, escutavam um outro que falava em língua nativa. [...] Troquei algumas palavras com alguns mais novos e fiquei a saber donde vinha a palha (antes de separada parecia folha de palmeira [...]), etc. Trata-se dum arbusto pequeno que “há lá para Inhambane”.

Apesar deste ambiente e da venda de alguns outros artefactos locais, tudo o resto, naquela região, está muito europeizado: a exploração dos barcos que saem para a ilha de Inhaca e outras, entre as quais a dos portugueses, Santa Maria, etc. e algumas lojas relativamente bem enquadradas na marginal, de artigos desportivos, designadamente náuticos. [...].

De regresso à residência, observámos como a encosta tinha grandes casas, arquitectonicamente dignas de se verem mas um pouco descharacterizadas localmente. Mais ao fundo, um enorme casarão, verde, com telhado tipicamente chinês, no formato e nos beirados arredondados para cima, vim a saber tratar-se da embaixada da China. [...].

12,30 h – Almoço

15,30 h – Embaixada de Portugal: recepção por parte do Adido Cultural.

17 h – ISPU: recepção por parte do Magnífico Reitor.

18,30 h – Última reunião protocolar do dia: apresentação do curso aos formandos (potencialmente 10 educadores de infância e 17 professores do 1.º ciclo do ensino básico). Abriu a sessão a Drª Inês, Coordenadora Pedagógica do ISPU, depois falou o Senhor Reitor, depois o Dr. Carlos Sotomano, Coordenador do Curso, depois o Doutor Américo Oliveira que apresentou o curso fornecido pela ESE-Leiria, e, finalmente, houve uma troca de ideias entre os formandos e nós os formadores responsáveis.

20 h – Jantar.

Depois do jantar e ainda antes da subida para dormir, devidamente untado com repelente para os mosquitos, ainda tive oportunidade de travar conversa com um dos Guardas da Residência (em frente da casa do primeiro ministro Pascoal Mucumbe e da residência de Nelson Mandela que casou com Graça Machel). Sebastião Basta Viver, assim é o seu nome, tem 41 anos e é pai de 11 filhos. Sebastião que ali fica toda a noite de guarda e a “sonocar” (já que, como refere, não pode dormir), quer que todos os filhos possam ir à escola. Diz que não quer que falte o pão e a escola aos seus filhos: “tenho que contar o dinheiro como se fosse cabelo a cabelo”. Sebastião Basta Viver nasceu em Inhambane, distrito de Zavala e fala Português, Ronga, Changana, Bitonga, Machope e Matcha.



Recreio da Escola Portuguesa de Maputo

O IPL na Roménia

João Paulo Marques e Miguel Jerónimo, em representação do IPL, participaram de 4 a 8 de Julho no ERASMUS CONTACT SEMINAR, em Constanta, Roménia, promovido pelo Ministério da Educação Nacional e pela Agência Nacional Sócrates da Roménia. O IPL foi uma das duas instituições nacionais convidadas a participar. Este seminário teve como objectivo o estabelecimento de contactos e parcerias entre instituições de ensino superior romenas e da união europeia. Participaram cerca de 40 representantes de 9 países.

Nas sessões de trabalho em grupo – metodologia privilegiada neste seminário – que tinham como objectivo a preparação de acções comuns a desenvolver, o IPL esteve envolvido num grupo em que foram apresentadas e discutidas três hipóteses de trabalho: uma relacionada com comboios de alta velocidade, outra ligada à robótica médica e finalmente uma terceira relacionada com o design e a promoção de novos produtos industriais. Tendo o grupo deliberado o desenvolvimento deste último projecto,



eventualmente sob a forma de um curso europeu de mestrado ou pós-graduação, coube ao IPL a honra de apresentar o projecto ao plenário do seminário e de ficar nesta fase a coordenar o desenvolvimento do mesmo. Para além

deste trabalho, foi ainda estabelecido um conjunto de contactos que permitem parcerias de diversa ordem com quase todas as universidades, universidades técnicas e universidades politécnicas da Roménia.

Sessão Solene do IPL

A Sessão Solene de Abertura do Ano Lectivo 2001/2002 do Instituto Politécnico de Leiria vai ter lugar no próximo dia 7 de Novembro, pelas 15.30 horas.

À semelhança do ano passado, a cerimónia decorrerá na Igreja de São Francisco, em Leiria. A Oração de Sapiência será proferida pelo Dr. Daniel Proença de Carvalho.



ESARTE só abre em 2002

A ESARTE vai iniciar as suas actividades no próximo ano lectivo. A confirmação foi dada ao Instituto Politécnico de Leiria por despacho de Sua Excelência O Senhor Secretário de Estado do Ensino Superior, Prof. Doutor Pedro Lourtie, que seguidamente se transcreve:

“Considerando ser relevante o desenvolvimento do ensino superior na área das artes, a vontade do IPL em criar uma escola neste domínio e a desactivação do Pólo das Caldas da Rainha da ESE de Leiria, concordo com a proposta de diploma legal que visa a criação da ESARTE como unidade orgânica do IPL.

Tendo presente a inexistência das condições necessárias para que no presente ano lectivo se proceda ao arranque adequado à qualidade que deve ser exigida, o início das actividades lectivas deverá ocorrer a partir do ano lectivo 2002/2003.

Para o efeito deverão ser desencadeados os mecanismos conducentes à elaboração das portarias dos cursos propostos e as diligências relevantes para assegurar a qualidade do ensino.

01.10.03

Pedro Lourtie”

Médias de acesso ao Instituto Politécnico de Leiria para 2001/02

ESCOLA SUPERIOR DE EDUCAÇÃO DE LEIRIA



			NOTA
0625	Educação de Infância	Licenciatura	137.7
0707	Ensino Básico - 1.º Ciclo	Licenciatura	137.2
1111	Comunicação Social e Educação Multimédia	Bacharelato+Licenciatura	134.8
1639	Professores do 2.º Ciclo Ensino Básico, variante de Educação Visual e Tecnológica	Licenciatura	106.7
1647	Professores do Ensino Básico, variante de Educação Física	Licenciatura	97.8
1649	Professores do Ensino Básico, variante de Educação Musical	Licenciatura	121.6
1651	Professores do Ensino Básico, variante de Matemática e Ciências da Natureza	Licenciatura	106.9
1655	Professores do Ensino Básico, variante de Português e Inglês	Licenciatura	110.0
1710	Relações Humanas e Comunicação no Trabalho	Bacharelato+Licenciatura	139.8
1792	Turismo	Bacharelato+Licenciatura	147.4

ESCOLA SUPERIOR DE TECNOLOGIA E GESTÃO DE LEIRIA



1099	Comércio e Marketing	Bacharelato+Licenciatura	107.8
1138	Contabilidade e Finanças	Bacharelato+Licenciatura	114.8
1224	Engenharia Automóvel	Bacharelato+Licenciatura	95.2
1245	Engenharia Civil	Bacharelato+Licenciatura	104.8
1263	Engenharia e Gestão Industrial	Bacharelato+Licenciatura	98.2
1265	Engenharia Informática e Comunicações	Bacharelato+Licenciatura	109.4
1315	Engenharia do Ambiente	Bacharelato+Licenciatura	128.5
1398	Engenharia Electrotécnica	Bacharelato+Licenciatura	97.6
1452	Engenharia Informática	Bacharelato+Licenciatura	98.7
1463	Engenharia Mecânica	Bacharelato+Licenciatura	97.3
1515	Gestão de Empresas	Bacharelato+Licenciatura	109.2
1554	Gestão e Administração Pública	Bacharelato+Licenciatura	100.9
1735	Solicitadoria	Bacharelato+Licenciatura	125.3
1788	Tradução	Bacharelato+Licenciatura	103.7
1941	Engenharia Electrotécnica (regime nocturno - só 1.º ciclo)	Bacharelato+Licenciatura	106.0
1943	Engenharia Informática (regime nocturno - só 1.º ciclo)	Bacharelato+Licenciatura	95.5
1946	Engenharia Mecânica (regime nocturno - só 1.º ciclo)	Bacharelato+Licenciatura	a)

ESCOLA SUPERIOR DE TECNOLOGIA, GESTÃO, ARTE E DESIGN DE CALDAS DA RAINHA



1025	Artes Plásticas	Bacharelato+Licenciatura	133.5
1785	Tecnologias da Informação Empresarial	Bacharelato+Licenciatura	95.5
1927	Design, opção de Design Industrial	Bacharelato+Licenciatura	150.3
1928	Design, opção de Tecnologias para a Cerâmica	Bacharelato+Licenciatura	135.5
1929	Design, opção de Tecnologias Gráficas	Bacharelato+Licenciatura	152.8
	+ opção de Tecnologias Multimédia	Bacharelato+Licenciatura	152.8

ESCOLA SUPERIOR DE TECNOLOGIA DO MAR DE PENICHE



1035	Biologia Marinha e Biotecnologia	Bacharelato+Licenciatura	144.8
1309	Engenharia Naval e Industrial	Bacharelato+Licenciatura	a)
1569	Gestão Turística e Hoteleira	Bacharelato+Licenciatura	95.0
1793	Turismo e Mar	Bacharelato+Licenciatura	100.6

ESCOLA SUPERIOR DE ENFERMAGEM DE LEIRIA



1169	Enfermagem	Licenciatura	159.8
1897	Enfermagem (entrada no 2.º semestre)	Licenciatura	150.0

a) A ausência de nota do último colocado indica que não houve colocados pelo contingente geral

Novas infra-estruturas do Instituto Politécnico de Leiria

Vamos, finalmente, poder dotar o Instituto Politécnico de Leiria (IPL), as Escolas Superiores nele integradas e os Serviços de Acção Social (SAS), das infra-estruturas necessárias ao seu desenvolvimento e consolidação. O conjunto de investimentos em curso e os programados a curto prazo permitirão dotar a instituição das instalações adequadas ao desenvolvimento da sua actividade.

INSTITUTO POLITÉCNICO DE LEIRIA (IPL)

EDIFÍCIO SEDE - Está em construção, prevendo-se a sua conclusão em finais de Janeiro do próximo ano, o edifício sede do IPL e dos Serviços de Acção Social.

O edifício será dotado de um auditório com capacidade para 180 lugares.

O investimento ronda os 500.000 contos.

ESCOLA SUPERIOR DE EDUCAÇÃO (ESE)

CANTINA - Encontra-se em fase de acabamento a nova cantina da Escola Superior de Educação, prevendo-se que entre em funcionamento em meados de Novembro de 2001.

O investimento ronda os 160.000 contos.

EDIFÍCIO PEDAGÓGICO - Vai iniciar-se a construção de um novo edifício pedagógico, composto por salas de aula, gabinetes para docentes e auditório.

O edifício deverá estar concluído em meados de Junho próximo de modo a entrar em funcionamento no próximo ano lectivo.

O investimento é de cerca de 150.000 contos.

ESCOLA SUPERIOR DE TECNOLOGIA E GESTÃO (ESTG)

EDIFÍCIO PEDAGÓGICO - Até ao final do ano será aberto o concurso público para a construção do Edifício D da ESTG, composto por laboratórios, salas de aulas, auditórios e gabinetes para docentes.

Com uma área de cerca de 10.500 m², o edifício deverá custar cerca de 1,3 milhões de contos.

Prevê-se que a construção tenha início durante o segundo trimestre de 2002, devendo estar concluído até finais de 2003.

BIBLIOTECA - Vai ser aberto o concurso público, ainda no decurso do presente mês de Novembro, para a construção do edifício, prevendo-se que a construção possa iniciar-se em Março/Abril de 2002 e estar concluída até Junho de 2003.

O investimento ronda os 500.000 contos.

CANTINA B - Foi posto a concurso o projecto para construção da Cantina B da ESTG. O concurso para a construção do edifício deverá ser lançado durante o segundo trimestre de 2002, prevendo-se a sua conclusão em Dezembro de 2002.

O investimento rondará os 170.000 contos.

ANEXO PEDAGÓGICO - Está em fase de adjudicação o anexo pedagógico da ESTG, composto por cinco salas de aulas e dezasseis gabinetes para docentes, prevendo-se a sua conclusão em Março próximo.

O investimento ronda os 120.000 contos.

ESCOLA SUPERIOR DE TECNOLOGIA, GESTÃO, ARTE E DESIGN (ESTGAD)

CANTINA - Vai ser aberto durante o corrente mês de Novembro de 2001, o concurso público para a construção da nova Cantina da ESTGAD.

Prevê-se que a nova Cantina possa funcionar já no próximo ano lectivo.

O investimento ronda os 150.000 contos, sendo suportado em partes iguais pelo IPL e pela Câmara Municipal de Caldas da Rainha.

REMODELAÇÃO DAS INSTALAÇÕES DO ANTIGO HOSPITAL DE SANTO ISIDORO - Com a entrada em funcionamento da nova cantina proceder-se-á à remodelação das instalações do Antigo Hospital de Santo Isidoro, onde actualmente funcionam os SAS, adaptando-os para Biblioteca e Serviços Administrativos.

EDIFÍCIO DOS SAS - Encontra-se em fase de projecto o edifício onde irão funcionar os serviços administrativos dos SAS, que se situarão entre a nova cantina e a ESARTE.

Prevê-se que as obras estejam concluídas em Outubro de 2002, estando o seu custo estimado em cerca de 20.000 contos, sendo suportado em partes iguais pelo IPL e pela Câmara Municipal de Caldas da Rainha.

ESCOLA SUPERIOR DE TECNOLOGIA DO MAR (ESTM)

EDIFÍCIO PEDAGÓGICO E BIBLIOTECA – Encontra-se para apreciação e aprovação na Direcção Geral do Ensino Superior o programa preliminar do edifício.

Prevê-se que a sua construção se possa iniciar no último trimestre de 2002.

O investimento estimado é de cerca de 1,4 milhões de contos.

CANTINA E SERVIÇOS DE ACÇÃO SOCIAL – Encontra-se também para apreciação e aprovação na Direcção Geral do Ensino Superior o programa preliminar do edifício.

Prevê-se que a construção se possa iniciar em meados do corrente ano e estar concluída no primeiro trimestre de 2002.

O custo estimado da obra é de cerca de 260.000 contos, sendo suportado em partes iguais pelo IPL e pela Câmara Municipal de Peniche.

ESCOLA SUPERIOR DE ANIMAÇÃO E ARTES DO ESPECTÁCULO (ESARTE)

EDIFÍCIO PEDAGÓGICO – Encontra-se em fase de acabamento o edifício pedagógico, prevendo-se a sua conclusão em Dezembro/Janeiro próximos.

A Escola entrará em funcionamento no próximo ano lectivo, conforme despacho de 3 de Outubro, vindo de Sua Excelência O Secretário de Estado do Ensino Superior.

O investimento é de cerca de 190.000 contos, sendo suportado em partes iguais pelo IPL e pela Câmara Municipal de Caldas da Rainha.

ESCOLA SUPERIOR DE ENFERMAGEM (ESEnf)

Aguarda-se a definição do projecto educativo da ESEnf para de seguida se proceder à identificação das necessidades reais em infra-estruturas.

Outros Investimentos no Âmbito da Acção Social

Além das cantinas atrás referidas, está previsto, ainda, o lançamento dos seguintes projectos no âmbito dos SAS:

RESIDÊNCIA N.º 2 DE CALDAS DA RAINHA – Vai ser aberto o concurso público para a construção da nova residência de estudantes em Caldas da Rainha.

A residência situar-se-á em terreno cedido pela Câmara Municipal de Caldas da Rainha e terá um projecto idêntico ao da actual.

O investimento previsto é de cerca de 245.000 contos.

CRECHE EM LEIRIA – Nas instalações onde actualmente funcionam os serviços administrativos dos SAS, no Morro do Lena, junto à ESTG, será criada uma creche destinada aos filhos dos alunos e funcionários do IPL. A reconversão do espaço terá lugar logo que sejam transferidos os serviços para a nova sede do IPL, prevendo-se que entre em funcionamento já no início do próximo ano lectivo.

Infra-estruturas de Apoio às Associações de Estudantes

Está, também, em estudo e nalguns casos já em fase de projecto, a construção das sedes das Associações de Estudantes das Escolas do IPL, prevendo-se que ainda no decurso do próximo ano possa dar-se início a algumas destas obras.

1.º Encontro de Professores Secundário/Superior

O Instituto Politécnico de Leiria e os Centros da Área Educativa de Leiria e do Oeste, vão promover, no dia 30 de Novembro de 2001, um encontro de Professores.

O objectivo deste encontro é debater a situação do ensino em Portugal nos níveis secundário e superior, a articulação entre os seus níveis e o seu posicionamento no contexto europeu.

Organização:

- . Instituto Politécnico de Leiria
- . Centro da Área Educativa de Leiria
- . Centro da Área Educativa do Oeste

Destinatários:

- . Membros dos Conselhos Directivos, Pedagógicos e Psicólogos das Escolas Secundárias e Profissionais do distrito
- . Membros dos Conselhos Directivos, Pedagógicos e Científicos das Escolas Superiores do Instituto Politécnico de Leiria

Data: 30 de Novembro

Local: Quinta do Paúl – Ortigosa - Leiria

PROGRAMA

09.30 – Sessão de Abertura

10.00 – 1º Painel

A Problemática Geral do Ensino em Portugal e a Articulação dos seus Diferentes Níveis

– Prof. Doutor Fernando Regateiro

Formação Tecnológica de Nível Secundário e de Nível Superior

- Henrique Neto

11:00 – Debate

11:30 – Pausa para café

11:45 – 2º Painel

O Ensino Secundário na Europa

– Joaquim Azevedo

12:15 – Debate

12:45 – Almoço

14:30 – 3º Painel

Revisão Curricular no Ensino Secundário

– Dr.ª Anabela Neves

15:00 – Debate

15:30 – 4º Painel

Panorâmica sobre os Principais Problemas do Ensino Superior na Europa

– Prof. Doutor Alberto Amaral

16:00 – Debate

16:30 – Pausa para café

17:00 – 5º Painel

Alterações no Ensino Superior Face à Declaração de Bolonha

– Prof. Doutor Jorge Pedreira

17:30 – Debate

18:00 – Conclusões

18:15 – Sessão de Encerramento

A Declaração de Bolonha^[1]

1. Introdução

A Declaração de Bolonha foi assinada em 19 de Junho de 1999 pelos Ministros da Educação de 29 países europeus[2]. Posteriormente, foi publicado o relatório do estudo preparado para a Conferência de Bolonha (“Trends”)[3]. A Confederação dos Conselhos de Reitores da União Europeia (CRUE) e a Associação das Universidades Europeias (CRE) prepararam um texto curto de explicação da Declaração de Bolonha[4], destinado à sua divulgação.

O processo da Declaração de Bolonha é conduzido por dois grupos:

- . o grupo alargado, composto por representantes dos 29 países signatários, a Comissão Europeia, a CRUE e a CRE, tendo como observadores o Conselho da Europa, a EURASHE (European Association of Institutions of Higher Education) e o European Liaison Group (plataforma de estudantes que inclui a ESIB, a AEGEE e Erasmus Student Network)[5];
- . o grupo de acompanhamento, composto por representantes da troika alargada (actualmente, Portugal, França, Suécia e Bélgica), da República Checa, da CRUE, da CRE e da Comissão Europeia[6].

O programa de trabalhos até à próxima conferência de Ministros (Praga, Maio de 2001) foi definido, nas suas linhas mestras, na primeira reunião do grupo alargado, realizada em Helsínquia a 16 de Novembro de 1999.

2. A Declaração de Bolonha

A Declaração de Bolonha tem os seguintes objectivos gerais:

- . a competitividade do Sistema Europeu de Ensino Superior;
- . a mobilidade e empregabilidade no Espaço Europeu.

Para atingir estes objectivos gerais, definiu-se como objectivos específicos:

- . a adopção de um sistema de graus



Pedro Lourtie, Secretário de Estado do Ensino Superior

comparável e facilmente inteligíveis, incluindo a aplicação do Suplemento ao Diploma;

- . a adopção de um sistema baseado essencialmente em dois ciclos, pré- e pós-graduado, incluindo:
 - . um primeiro ciclo relevante para o mercado de trabalho;
 - . um segundo ciclo requerendo ter completado um primeiro ciclo de, pelo menos, três anos;
- . o estabelecimento de um sistema (de acumulação e transferência) de créditos, tal como o ECTS;
- . a promoção da mobilidade de estudantes, docentes, investigadores e outro pessoal;
- . a cooperação na avaliação da qualidade;
- . a dimensão europeia do ensino superior.

A declaração apela à cooperação inter-governamental e à contribuição das instituições de ensino superior para o processo.

3. O programa de trabalhos

O programa de trabalhos que o grupo alargado acordou em Helsínquia[7] e re-

viu em Lisboa[8], prevê as seguintes actividades:

- . Seminários nacionais (a desenvolver pelas autoridades nacionais ou instituições de ensino superior, tendo em vista a divulgação dos objectivos e discussão das implicações a nível nacional da Declaração de Bolonha);
- . Extensão do estudo “Trends” aos países da Europa Central e Oriental e actualização da situação no conjunto dos países (em curso, realizado pela CRUE e CRE, apoiado pela Comissão Europeia através do NARIC Finlandês);
- . Seminários internacionais (organizados pelas autoridades nacionais dos países onde têm lugar, com apoio da Comissão Europeia);
- . Sistemas de acumulação e transferência de créditos (Portugal, Leiria, 24 e 25 de Novembro de 2000);
- . Graus universitários de primeiro ciclo (título a confirmar, Finlândia, final 2000 ou início de 2001);
- . Ensino superior transnacional (Suécia, Fevereiro/Março de 2001);
- . Convenção das instituições de ensino superior (CRUE e CRE, Espanha, Salamanca, 29 e 30 de Março de 2001);
- . Preparação de um relatório para os Ministros da Educação sobre o progresso do Espaço Europeu de Ensino Superior (coordenado por Pedro Lourtie com a participação dos representantes da troika alargada e da República Checa, apoiado pela Comissão Europeia através do NARIC Português);
- . Conferência dos Ministros da Educação (República Checa, Praga, 18 e 19 de Maio de 2001).

4. Competitividade, mobilidade e empregabilidade

Para atingir os objectivos gerais da Declaração de Bolonha são necessárias reformas nacionais, mas igualmente reformas a nível de instituição, bem como alterações nas atitudes.

Graus, diplomas, módulos e créditos

O reconhecimento internacional das qualificações ou períodos de estudo realiza-se em instituições de ensino superior europeias, requer que se consiga aplicar o reconhecimento mútuo dentro do Espaço Europeu (o conjunto dos países signatários da Declaração de Bolonha) e, por maioria de razão, dentro de cada país. A Convenção de Lisboa[9] fornece uma base para o processo de reconhecimento de qualificações relativas ao ensino superior (qualificações de acesso, períodos de estudo e qualificações finais). No entanto, esta convenção, sendo importante no plano dos princípios e dos procedimentos, no quadro actual, fica aquém dos objectivos específicos estabelecidos pela Declaração de Bolonha.

Um passo concreto para o reconhecimento sistemático de qualificações e períodos de estudos será a utilização generalizada de uma unidade de estudo elementar coerente, tal como num sistema de acumulação e transferência de créditos. Será possível identificar unidades mais elaboradas? A solução mais radical seria a de utilizar o mesmo sistema de graus e diplomas em todo o Espaço Europeu que, no entanto, está fora de questão. Uma solução menos radical corresponderia a identificar níveis de referência europeus comuns, eventualmente por áreas do conhecimento. Embora reconhecendo as dificuldades, é um caminho que merecerá ser explorado. Mesmo o estabelecimento de um sistema de créditos coerente não pode ser dado por adquirido. A unidade de crédito pode ser baseada em carga de trabalho ou em competências. Definida e aceite a unidade elementar de crédito, a acumulação de créditos, tendo em vista a obtenção de um grau ou diploma, levanta novas questões, nomeadamente a da coerência das formações. Um grau ou diploma não pode ser um somatório de créditos independentemente da área ou nível a que correspondem esses créditos. Ou seja, um sistema de acumulação e transferência de créditos requer a definição de descritores dos créditos.

Tendo como objectivo a aprendizagem ao longo da vida, o sistema de créditos terá de integrar a possibilidade de creditar formações obtidas através de ensino pre-

sencial e à distância ou aprendizagens anteriores obtidas em quadros não formais ou pela experiência.

Tipo e estatuto das instituições de ensino superior

Dentro de cada um dos países signatários da Declaração de Bolonha existem instituições de ensino superior que têm diferentes missões, níveis de autonomia, graus que podem atribuir e, em consequência, estatutos. Este facto levanta dificuldades adicionais à universalização do reconhecimento de graus e, inclusivamente, de créditos.

Este problema que existe actualmente dentro das fronteiras de cada país, não será resolvido pelo simples facto de se definir um sistema de acumulação e transferência de créditos. A existência de sistemas de avaliação da qualidade, mutuamente reconhecidos, pode contribuir para reduzir o problema, mas será suficiente? Que medidas ou mecanismos adicionais terão de ser incluídos num sistema de créditos para assegurar um reconhecimento universal de créditos no Espaço Europeu? Esta é uma questão que terá de ser objecto de reflexão.

Reconhecimento da avaliação da qualidade

A avaliação da qualidade é um instrumento essencial para desenvolver a confiança nos créditos e qualificações atribuídos por outras instituições, tanto a nível nacional como europeu. O desenvolvimento desta confiança requer que o processo de avaliação de cada país seja conhecido e a sua validade reconhecida pelas instituições dos demais países. A Rede Europeia de Avaliação da Qualidade, promovida pela Comissão Europeia, pode ter um papel importante neste campo.

Se esta abordagem é notável para o intercâmbio entre instituições tradicionais do Espaço Europeu, não é suficiente para ter em conta a educação transnacional[10] que pode evitar ser sujeita a avaliação. O caminho para convencer os promotores de oferta transnacional de ensino superior a se submeterem a processos de avaliação será o de fomentar a consciência pública, em particular dos potenciais candidatos, sobre a importância da avalia-

ção, promovendo a sua exigência de formações sancionadas por processos de avaliação.

Deveria, assim, ser feito um esforço para reforçar o reconhecimento público do valor dos processos de avaliação, podendo o Suplemento ao Diploma conter uma referência aos processos de avaliação ou acreditação nos quais o curso se inclui.

Resposta às necessidades dos candidatos/estudantes

Um argumento importante para atrair estudantes para um determinado curso e instituição de ensino superior, para além do simples prestígio da instituição, é a resposta adequada às necessidades específicas dos candidatos e estudantes. À medida que a importância da aprendizagem ao longo da vida aumenta e as instituições se abrem a novos públicos, maior é a diversidade de necessidades e de respostas a dar. São exemplos destas respostas, as seguintes:

- . Validação ou creditação de formação anterior, seja formal ou não formal, e de experiência;
- . Ritmos e organização de estudos adequados à situação social, familiar ou profissional dos candidatos;
- . Garantia de os estudos realizados serem creditados, tendo em vista a obtenção de um grau nessa ou noutra instituição;
- . Diversificação da oferta em termos de objectivos de formação, duração, etc.; [11]
- . Existência de apoios financeiros e possibilidade de gerir o tempo no emprego para frequentar a formação;
- . Transparência da oferta, no que se refere aos objectivos de formação, sistemas de créditos, apoios disponíveis, etc.

Conhecimento das instituições de ensino superior europeias

Para que a oferta europeia de ensino superior seja competitiva, a informação terá de chegar aos potenciais candidatos, dentro e fora do Espaço Europeu. A publicidade é certamente uma opção. No entanto, a cooperação com instituições de ensino superior fora do Espaço Europeu

...

pode contribuir para que a realidade europeia seja melhor conhecida. A oferta transnacional por parte de instituições europeias, fora do Espaço Europeu, assegurando a qualidade dos cursos oferecidos, sujeitando-os voluntariamente a processos de avaliação, é outra opção a considerar.

5. Desafios e estudos a realizar

É geralmente aceite que o sucesso da Declaração de Bolonha não está adquirido, requerendo um impulso permanente para ultrapassar os obstáculos que irão surgindo. O facto de ser um processo com um número muito elevado de actores não facilita o progresso coerente.

Um dos desafios a vencer é garantir que as reformas levadas a cabo são convergentes a nível europeu ou, pelo menos, que não são divergentes. As condições nacionais e os interesses institucionais ou de grupo, podem criar tensões no desenvolvimento do processo.

Finalmente, para aumentar as hipóteses de sucesso, todos os interessados têm de ser envolvidos. As posições tomadas pelos estudantes na Conferência de Bolonha mostraram que, não tendo sido envolvidos na preparação, não estavam motivados para o processo.

O desenvolvimento dos trabalhos requer que sejam feitos estudos que permitam sustentar as decisões que terão de ser tomadas a nível institucional, nacional ou do conjunto dos Ministros da Educação europeus. De entre os que é possível identificar como desejáveis, destacam-se os seguintes:

- . Estudo sobre os sistemas de acumulação e transferência de créditos (foi realizado um primeiro trabalho, por iniciativa da Comissão Europeia, apresentado em Janeiro de 2000 e que servirá de base ao seminário a realizar em Leiria. No seminário espera-se poder contribuir para desenvolver consensos que permitam aprofundar o trabalho);
- . Estudo sobre a oferta de educação transnacional na Europa, incluindo a análise das motivações para a escolha deste tipo de oferta de ensino superior;
- . Identificação dos obstáculos ao desenvolvimento da aprendizagem ao

longo da vida e das motivações dos cidadãos para o efeito;

- . Levantamento dos sistemas de acreditação académica e profissional existentes no Espaço Europeu;
- . Levantamento das actuais práticas de reconhecimento de qualificações, de períodos de estudo e de aprendizagens não formais e pela experiência.

6. O papel das administrações e das instituições

Para atingir os objectivos gerais e específicos da Declaração de Bolonha é essencial que sejam dados passos consistentes tanto pelas administrações, a nível nacional ou regional, como pelas instituições de ensino superior, dependendo da repartição de responsabilidades aos vários níveis dentro de cada país. Quando se refere o papel das administrações dever-se-á ter em atenção o papel que poderá ter a UE.

O papel das administrações

As decisões e reformas promovidas pelas administrações deverão ter em conta os compromissos assumidos em Bolonha e induzir um processo convergente a nível europeu. As legislações nacionais são diferentes e alguns dos pontos que se seguem poderão não ser aplicáveis em todos os países signatários. Os seguintes são domínios em que uma actuação adequada poderá favorecer o processo de Bolonha:

- . Apoiar a mobilidade de estudantes, docentes, investigadores e outro pessoal;
- . Promover a avaliação da qualidade e da relevância das formações;
- . Assegurar que a acreditação académica e profissional é consistente com os objectivos definidos;
- . Definir uma política de aprendizagem ao longo da vida;
- . Promover a cooperação nacional e internacional;
- . Apoiar a oferta transnacional fora do Espaço Europeu;
- . Financiar as instituições através de esquemas que favoreçam os objectivos definidos.

O papel das instituições de ensino superior

Embora a Declaração de Bolonha tenha sido assinada pelos Ministros da Educação, dada a autonomia de que goza a maior parte das instituições de ensino superior, o sucesso da Declaração de Bolonha depende, em larga medida, das atitudes e iniciativas destas instituições. As seguintes são atitudes e iniciativas que favorecerão este sucesso:

- . Atitude aberta à reforma, em diálogo construtivo com parceiros nacionais e internacionais e com grupos interessados;
- . Atitude flexível relativamente ao reconhecimento de qualificações, períodos de estudo e conhecimentos e de competências adquiridas em ambientes não formais ou pela experiência;
- . Atenção às motivações de candidatos e estudantes, incluindo novos grupos alvo, no que se refere à diversificação da oferta, relevância da formação oferecida, atribuição de créditos a formações curtas e não conferentes de grau, ritmos e organização de estudos adequados e, em geral, consideração da aprendizagem ao longo da vida na oferta de formação;
- . Programas conjuntos com instituições de outros países (geralmente mais fácil a nível de investigação e pós-graduação);
- . Cooperação internacional em geral;
- . Oferta transnacional de ensino superior, incluindo a possibilidade de parcerias com instituições de outros países signatários, submetendo esses cursos a sistema ou sistemas de avaliação reconhecidos.

7. O caso português

Numa primeira abordagem, ainda geral, é possível identificar algumas questões que merecem especial atenção no caso português. O que segue corresponde a uma primeira reflexão que necessita de ser aprofundada.

a. Sistema de graus

A Declaração de Bolonha não obriga a

qualquer alteração do sistema nacional de graus. O sistema está organizado em dois ciclos e o acesso ao segundo ciclo requer que se tenha completado um primeiro ciclo de, pelo menos, quatro anos. A questão é outra, a da concorrência com, em primeiro lugar, os nossos parceiros europeus e, em segundo lugar, com o resto do mundo, onde ressalta o grande exportador de formação que são os EUA. O Conselho Nacional de Educação aprovou um primeiro parecer, em 1993, e um segundo, em 1995, onde se propunha a criação de um grau único de graduação em Portugal. Esta solução teria fortes implicações, por exemplo, na estrutura da administração pública e certamente custos elevados, pelo que requer uma avaliação cuidada dos seus efeitos.

A questão coloca-se de forma diferente consoante as áreas de conhecimento. São necessários estudos comparativos da realidade a nível internacional e o desenvolvimento de soluções alternativas, por área do conhecimento, para que, pondo em comum as conclusões parciais, seja possível uma reflexão fundamentada que leve a rever (ou não) o sistema de graus.

Esta reflexão deveria ter em consideração a possibilidade de, a prazo, virem a ser definidos níveis de referência europeus. Só com uma reflexão bem estruturada é possível influenciar essa definição, caso venha a ter lugar.

b. Reconhecimento de qualificações e períodos de estudo

O sistema nacional de equivalências e reconhecimentos tem de ser revisto, à luz da Convenção de Lisboa, já ratificada por Portugal, independentemente do Processo de Bolonha.

A prática a nível nacional é de grande dificuldade na equivalência de qualificações, mesmo entre instituições nacionais, em particular entre politécnicos e universidades. A abordagem nacional é fortemente centrada na equivalência estrita dos conteúdos e muito pouco nas competências desenvolvidas, o que, sendo consistente com a forma como é definida a maioria dos planos de estudos nacionais, é posto em causa pela Convenção de Lisboa e, mais ainda, pela Declaração de Bolonha. O termo equivalência, domi-

nante na realidade nacional, é cada vez menos usado a nível internacional, sendo preferido o de reconhecimento que, a nível nacional, é supletivo relativamente ao de equivalência.

Pessoalmente, considero o sistema nacional obsoleto, para além de considerar inaceitável o tempo que muitos destes processos demoram.

Como preparação para a discussão europeia, será desejável que se equacione a questão a nível nacional, ou seja, das condições necessárias para que possa haver um reconhecimento mútuo entre instituições universitárias e politécnicas, públicas e privadas.

c. Sistema de Créditos

O sistema de créditos nacional, baseado nas horas de contacto e numa tipologia dificilmente interpretável em numerosas áreas do conhecimento, afasta-se das tendências europeias sobre o assunto. Os ECTS são fundamentalmente baseados na carga de trabalho, tal como as unidades de crédito de ensino à distância e alguns países estão actualmente a desenvolver e a introduzir sistemas baseados em competências.

Sendo necessário rever a legislação nacional sobre créditos, será a oportunidade de a estender a todo o sistema de ensino superior nacional, dado que o existente apenas se aplica (formalmente) às universidades.

d. Aprendizagem ao Longo da Vida

O paradigma da Aprendizagem ao Longo da Vida (aprendizagem para todos ao longo de toda a vida) tem vindo a fazer caminho a nível internacional. Poucos países têm ainda hoje uma política coerente para a Aprendizagem ao Longo da Vida [12]. Uma política coerente implica políticas nacionais e institucionais.

Nas políticas nacionais incluem-se questões como as condições de gestão do tempo no emprego tendo em vista a formação, que terá de envolver governo, organizações patronais e sindicais, apoios financeiros à formação, mas também políticas que promovam o reconhecimento de competências e aprendizagens em ambientes não formais e pela experiência. No que se refere às instituições, é necessário que se desenvolva uma atitude

aberta relativamente ao reconhecimento de qualificações (creditação de cursos curtos, de aprendizagens não formais e de experiência e reconhecimento de períodos de estudo ou qualificações atribuídas por outras instituições), organização escolar (horários escolares e de funcionamento das instituições, número de horas de contacto, tipo de pedagogia, etc.) que tenha em conta outros grupos de estudantes, que não apenas os jovens saídos do Ensino Secundário, e que têm outro tipo de obrigações sociais, familiares e profissionais.

Se até recentemente a pressão de candidatos ao Ensino Superior era de molde a não haver uma real concorrência entre instituições públicas para captar estudantes (quanto muito para captar os “melhores”), a situação está a alterar-se rapidamente e tenderá a acentuar-se, pelo menos até 2010. Se a necessidade de captar estudantes não tem sido sentida pelo ensino público de forma muito aguda até há pouco tempo, o ensino privado conhece melhor essa situação e as instituições mais avisadas têm vindo a criar condições para que esses novos públicos encontrem condições para prosseguir estudos, captando esses potenciais candidatos.

e. Qualidade e relevância da formação

A existência de sistemas de avaliação da qualidade credíveis é essencial ao Processo de Bolonha. A aceitação internacional do sistema de avaliação da qualidade nacional é essencial ao reconhecimento mútuo de qualificações.

A questão da qualidade tem vindo lentamente a ganhar terreno junto dos consumidores em geral e será de esperar que venha igualmente a estar mais presente nas escolhas dos candidatos ao ensino superior. O sistema de avaliação da qualidade não tem ainda impacto significativo nas escolhas dos candidatos que, para além de considerarem em primeira instância e em geral, critérios económicos e geográficos (também com impacte económico), procuram escolher a “melhor” escola e curso, mas em que o “melhor” é menos baseado em dados factuais e mais baseado em transmissão oral de experiências ou opiniões.

De facto, os resultados das avaliações

...

não estão facilmente acessíveis aos candidatos e são de interpretação difícil para um jovem candidato ao ensino superior. A questão da relevância das formações é igualmente uma das preocupações da Declaração de Bolonha, ligada à questão da empregabilidade.

A empregabilidade e mesmo, até certo ponto, a relevância poderão ser apreciadas através dos resultados dos inquéritos previstos no âmbito do ODES (Sistema de Observação dos Percursos de Inserção dos Diplomados do Ensino Superior). Adicionalmente, a acreditação profissional, nas áreas em que existe, tem objectivos de avaliação da relevância.

f. Cooperação internacional

A cooperação internacional, seja através de programas de investigação, de formações conjuntas ou de outras formas, é um factor que contribui para a divulgação da realidade nacional e para a aceitação dos graus e diplomas atribuídos a nível nacional, vencendo a barreira do desconhecimento. A nível europeu, para além de todos os efeitos positivos na dinâmica do ensino superior, é favorável aos objectivos da Declaração de Bolonha, quer no que respeita à mobilidade quer ao reconhecimento de qualificações.

A nível mais alargado, a cooperação internacional poderá ser um veículo de afirmação europeia no mundo, podendo ajudar a atrair estudantes de fora do Espaço Europeu, em concorrência com outros espaços como o norte-americano. Alguns países do Espaço Europeu, de entre os quais Portugal, têm posições privilegiadas para penetrar em determinadas zonas geográficas ou linguísticas do mundo. Assim a política de cooperação tenha a coerência necessária.

g. Oferta transnacional

A oferta transnacional de ensino superior está em franco aumento. Esta oferta pode ser presencial ou à distância, mas o maior desenvolvimento é hoje a distância, através da Internet. Os grandes fornecedores deste tipo de formação são os EUA, com a vantagem de uma língua que é cada vez mais língua franca.

Se há oferta de formação séria, há também numerosos casos de oferta de baixa qua-

lidade ou mesmo fraudulenta. A oferta, por parte de países europeus, fora do Espaço Europeu, de formações sérias, atribuindo graus europeus e avaliadas através de sistemas reconhecidos, poderá ser mais um factor favorável à competitividade dos graus e, em consequência, dos sistemas europeus de ensino superior.

Se, nalguns casos, são possíveis iniciativas de instituições isoladas, as condições de intervenção são potenciadas através de consórcios de instituições, quer do mesmo país quer de diferentes países, e de apoios financeiros do Estado para o efeito.

h. Atração de estudantes

A atração de estudantes estrangeiros depende, por um lado, do reconhecimento pelos interessados ou pelas instituições que os suportam, da validade das formações, graus e diplomas oferecidos e, por outro, das condições que são oferecidas. Condições de estudo, probabilidade de completar os estudos no período previsto, de acolhimento e vida no país e na instituição, de língua, etc.

Mas a questão não se coloca apenas para estudantes estrangeiros, sejam do Espaço Europeu ou mais alargado. Coloca-se já a capacidade de atração de estudantes nacionais, dada a redução clara e que se acentuará até cerca de 2010 de candidatos nacionais.

A organização das instituições para o acolhimento dos estudantes, nacionais ou estrangeiros, e a informação clara e objectiva, sobre os cursos e as condições das instituições, são factores essenciais para a capacidade de atração.

Poder-se-á dizer que as reflexões acima estão pouco viradas para as questões da Declaração de Bolonha. Não é esse o meu entendimento. A Declaração de Bolonha estabelece objectivos que tocam com todos os aspectos de política do ensino superior.

Se fizermos a pergunta do que é que somos obrigados a mudar por causa da Declaração de Bolonha, então a resposta é, por enquanto nada ou muito pouco. Mas esta é a pergunta errada. A pergunta deverá ser o que temos de fazer para que o sistema nacional seja competitivo, os portugueses tenham acesso à mobilidade

e empregabilidade, no Espaço Europeu e para além deste, então a resposta tem a ver com as reflexões acima e, provavelmente, muito mais.

E não podemos esquecer que se a Declaração de Bolonha prevê a cooperação no Espaço Europeu para ser competitivo a nível internacional mais vasto, também estamos a competir no Espaço Europeu. Também não podemos esquecer que se nos dispusermos a realizar reformas para enfrentar este desafio, também os nossos parceiros as farão e o que é hoje a realidade desses países poderá mudar amanhã. É um "jogo" com muitos actores em que a prospectiva e correcta avaliação do que farão os outros é essencial para sermos bem sucedidos e para termos um papel activo e não apenas reactivo. Curiosamente, é também nesta correcta avaliação e na disponibilidade dos países signatários para entrar no "jogo" que está o potencial de convergência da Declaração de Bolonha, não nas imposições administrativas.

[1] Apresentação ao Senado da UTL, 9 de Outubro de 2000, com base na apresentação feita na reunião de Directores Gerais do Ensino Superior e Presidentes de Conselhos de Reitores da UE, em Abril de 2000, em Aveiro.

[2] Ver Anexo.

[3] Guy Haug, Jette Kirstein e Inge Knudsen, Trends in Learning Structures in Higher Education, Conselho de Reitores da Dinamarca, Agosto de 1999.

[4] The Bologna Declaration on the European Space for Higher Education: an explanation, CRUE e CRE, Fevereiro de 2000.

[5] A EURASHE e o European Liaison Group foram aceites como observadores a 30 de Junho de 2000.

[6] A composição do grupo de acompanhamento foi decidida no Conselho de Educação da UE, em Setembro de 1999, em Tampere, Finlândia.

[7] 16 de Novembro de 1999.

[8] 30 de Junho de 2000.

[9] Convenção relativa às qualificações de ensino superior na região Europa, Conselho da Europa e UNESCO – Região Europa, Abril de 1997 (ratificada por Portugal em 2000).

[10] Entende-se por educação (ou ensino superior) transnacional a oferta de formações fora das fronteiras do país onde está sediada a instituição formadora e a que correspondem os graus ou diplomas atribuídos.

[11] Por diversificação da oferta não se entende o desenvolvimento de cursos de "banda estreita", mas de formações de duração variada, conferentes ou não de graus e diplomas, adaptadas à evolução da ciência e tecnologia e das exigências de exercício profissional.

[12] Um relatório recente da UE identifica apenas quatro dos 15 países como tendo políticas coerentes de aprendizagem ao longo da vida.

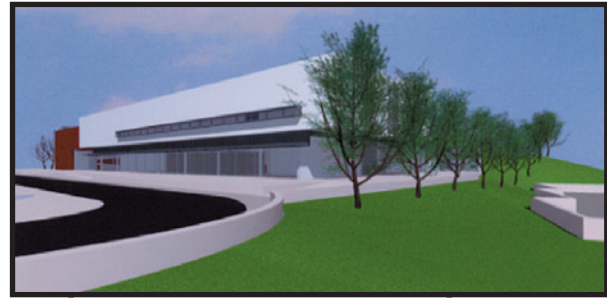
Novo Edifício do Instituto Politécnico de Leiria

As novas instalações do Instituto Politécnico de Leiria já estão em fase de construção. Da autoria do Arquitecto Rui Manuel Pinto Livramento Silva, o edifício tem uma área de 3.372 m² e é composto por três pisos.

A nova sede, que irá albergar os Serviços Centrais e Académicos e os Serviços de Acção Social, terá uma biblioteca, um auditório para 180 pessoas e uma Sala de Actos, para actos académicos, actos públicos ou recepções oficiais. No 1.º andar ficarão os órgãos de gestão com os Gabinetes da Presidência, Vice-Presidência, Administração e uma sala de reuniões.

A obra foi adjudicada por 348.754.035\$00 à empresa Socoliro Construções, SA e deverá estar concluída em Janeiro de 2002.

Entretanto, está já a ser projectada a área exterior do edifício que deverá envolver a construção de um parque de estacionamento, zonas verdes, acessos pedonais em calçada à portuguesa e um passadiço de madeira que irá ligar as novas instalações à Escola Superior de Educação.



Opinião

Por um novo ciclo para o Ensino Superior

Deve reconhecer-se que com a entrada em funções do ministro da Educação, Professor Júlio Pedrosa, e do Secretário de Estado do Ensino Superior, Professor Pedro Lourtie, se deu início a uma nova era no Ministério da Educação, no que ao ensino superior respeita.

Desde logo há que assinalar a postura de diálogo e concertação já demonstradas mesmo em matérias tão difíceis como a dos cortes orçamentais e da elaboração do orçamento para 2002. Há que reconhecer-lhes a coragem de terem aceite a governação de um sector tão sensível, nas condições actuais e após a gestão desastrada da anterior equipa governamental e há que aguardar uma atitude responsável e construtiva por parte das instituições e dos seus responsáveis.

É nesta perspectiva que me parece oportuno recordar alguns dos problemas que se colocam às instituições e esperar que sejam dados passos firmes para a sua resolução. Alguns deles perdidos entre as secretárias e o pó da Direcção Geral do Ensino Superior e do Ministério da Educação, tais como a autonomia das instituições de ensino superior politécnico, o estatuto remuneratório dos titulares dos órgãos de gestão das Escolas Superiores, Faculdades e estabelecimentos equivalentes, os quadros de pessoal docente e não docente, o apoio à formação avançada dos docentes do ensino politécnico, o papel negativo exercido por algumas ordens profissionais no que concerne ao ingresso pelos jovens diplomados na vida activa e muitos outros, não esquecendo o problema do financiamento das instituições de ensino superior. Algumas palavras quanto a algumas destas matérias.



Luciano de Almeida

Há que reconhecer-lhes a coragem de terem aceite a governação, nas condições actuais e após a gestão desastrada da anterior equipa governamental

O financiamento das instituições de ensino superior

É sabido que o financiamento do ensino superior vinha a ser feito nos últimos anos à custa do ensino básico e secundário (basta comparar o crescimento dos respectivos orçamentos) e é sabido também que o modelo de financiamento assegura o funcionamento das instituições mas não incentiva à implementação das medidas necessárias à sua reforma.

Entendo que este é o momento oportuno para se fazer o diagnóstico de cada instituição e para se proceder às reformas que devam ser feitas. É importante que não nos fiquemos pelo mais simples – a redução das despesas públicas, que leva a cortar aos que precisam e aos que não precisam da mesma forma – é indispensável que se proceda a uma verdadeira reforma da despesa. E isso passa por determinar quais os recursos de que objectivamente necessita cada instituição se a sua gestão se pautar por critérios de rigor, permitindo uma redistribuição dos recursos disponíveis capaz de assegurar o normal funcionamento de todas elas.

É certo que uma tão importante reforma não se faz de um dia para o outro, o importante é que ela se inicie e seja claro que se tornou um objectivo essencial da política governativa para o ensino superior.

A revisão da Lei de Bases do Sistema Educativo

É indispensável que se proceda à revisão da Lei de Bases do Sistema Educativo (Lei 46/86, de 14 de Outubro), nomeadamente dos seus artigos 11.º e 13.º. É inaceitável, que se mantenha em vigor uma disposição legal que distingue o ensino universitário do politécnico pela ausência

deste em relação àquele quanto à preparação dos alunos para actividades culturais, e quanto à ausência nas instituições de trabalhos de concepção e investigação. É tempo de acabar com os preconceitos que o legislador revelou há 13 anos em relação ao ensino superior politécnico numa altura em que este estava ainda a dar os seus primeiros passos.

É, igualmente, inaceitável que a competência para conferir graus académicos continue a estar apenas dependente do nome da instituição (universidade ou politécnico) e não de critérios objectivos de competência científica e pedagógica das instituições.

É, pois, urgente que se proceda à revisão da Lei de Bases e que se aproveite a oportunidade para revogar a Lei de Organização e Ordenamento do Ensino Superior que, como se denunciara, não tinha as virtualidades que se lhe apregoavam e veio gerar problemas absolutamente artificiais e dispensáveis.

Revisão do estatuto remuneratório dos titulares dos órgãos de gestão das Escolas Superiores

Há muito reclamada pelas instituições de ensino superior, continua por fazer a revisão do estatuto remuneratório dos titulares dos órgãos de gestão das Escolas Superiores, das Faculdades e estabelecimentos equivalentes.

A situação é insustentável e geradora de instabilidade. É absolutamente inaceitável que os titulares daqueles órgãos tenham um estatuto remuneratório inferior ao de funcionários das instituições a que presidem e que deles dependem hierarquicamente.

É necessário que o Ministério da Educação responda afirmativamente aos pedidos de revisão daquele estatuto que há muito o CCISP e o CRUP vêm propondo.

Acreditação de cursos

É matéria sobre a qual me tenho já pronunciado. Recordo, por isso, apenas algumas das ideias-chave, o que faço acompanhado do pedido para que rapidamente se ponha cobro a esta situação.

Ninguém tem dúvidas que o acesso a uma determinada profissão possa e deva ser regulado, mas também ninguém pode ter dúvidas que o único interesse digno de protecção subjacente a essa regulação é o interesse público. Este interesse não pode ser confundido com interesses corporativos de grupos mais ou menos organizados preocupados com a concorrência dos mais jovens.

Quando se criam mecanismos de regulação no acesso a uma determinada actividade ou a uma determinada profissão, pretende-se com esses mecanismos garantir que um determinado sujeito, em concreto,

os sujeitos que usem um determinado título reúnem as capacidades e competências para o efeito) se permitem interferir nas competências de outras instituições. Raia o ridículo as exigências das ordens profissionais relativamente à nota mínima de ingresso no ensino superior. Às ordens profissionais compete avaliar o candidato no momento do ingresso na profissão e não no momento de ingresso no ensino superior. O consumidor não quer saber se o engenheiro, o arquitecto, ou lá quem seja, entrou com dez a Matemática no ensino superior, mas se sendo titular de um curso que lhe permite o acesso ao exercício

É inaceitável que a competência para conferir graus académicos continue a estar apenas dependente do nome da instituição.

está apto ao exercício dessa actividade ou profissão.

A acreditação de cursos é, como é sabido, uma forma legalmente prevista de dispensa dos alunos que terminaram um determinado curso com aproveitamento do exame de admissão a uma determinada ordem profissional. Na acreditação do curso a ordem profissional avalia o processo de formação e tece um juízo de valor segundo o qual, em princípio, quem tiver concluído aquele curso está apto para o exercício da profissão. O juízo de valor não incide sobre o candidato em concreto, mas sobre o processo de formação da instituição em que se graduou.

Ou seja, a ordem profissional presume a aptidão do candidato sem que o submeta individualmente a qualquer processo de avaliação. E é com base nessa presunção que se permite o início do exercício da actividade ou da profissão. Defrauda-se, assim, o consumidor, defrauda-se, assim, o interesse público!

A situação é tal que as ordens profissionais que não cumprem o seu papel (garantir que

de uma determinada profissão está, de facto e não de presunção, apto para o fazer. Isso faz-se através da avaliação individual do candidato à profissão, como faz a Ordem dos Advogados. Dá mais trabalho, dá menos protagonismo, mas dá mais garantias!

Garantias que seriam acrescidas se o acesso à profissão não estivesse dependente dos interesses corporativos que as ordens profissionais representam mas de um organismo autónomo e independente. Uma coisa tenho por certa, a manter-se, e enquanto se mantiver o processo de acreditação de cursos, como processo de acesso ao exercício de uma actividade, é indispensável que as ordens que os acreditam sejam legalmente tornadas solidariamente responsáveis pelos danos que aqueles profissionais presumivelmente competentes causarem ao consumidor.

Mas melhor mesmo é pôr termo a estes processos que claramente lesam o interesse público que supostamente estariam a proteger.

IPL e Câmara Municipal de Caldas da Rainha assinam Protocolo Instalações complementares da ESTGAD e da ESARTE no próximo ano lectivo

O Instituto Politécnico de Leiria e a Câmara Municipal de Caldas da Rainha assinaram um protocolo de Cooperação Financeira para a execução de novas instalações de apoio para a Escola Superior de Tecnologia, Arte e Design (ESTGAD)

e para a Escola Superior de Animação e Artes do Espectáculo (ESARTE).

As novas instalações, situadas em terrenos camarários, serão financiadas pelo município em 50% até ao montante máximo de 80 mil contos.

Uma cantina que irá servir a ESTGAD e a ESARTE, instalações para os Serviços de Acção Social e um conjunto de 8 a 10 ateliers/residências para artistas e convidados constam do projecto, que deverá estar pronto no próximo ano lectivo.

Protocolo

Instituto Politécnico de Leiria - Câmara Municipal das Caldas da Rainha

Aos catorze dias do mês de Agosto do ano dois mil e um, na cidade de Caldas da Rainha e nos Paços do Concelho, compareceram, de uma parte, como Primeiro Outorgante, e em representação do Município das Caldas da Rainha, pessoa colectiva n.º 501222634, o seu Presidente da Câmara Municipal Dr. Fernando José da Costa, natural da freguesia de Santa Catarina da Serra, concelho de Leiria, portador do Bilhete de Identidade n.º 2518213, Contribuinte Fiscal n.º 157692000 e residente na Rua Coronel Andrada Mendonça, n.º 41, 3.º Dt.º, em Caldas da Rainha e, de outra parte, como Segundo Outorgante, e em representação do Instituto Politécnico de Leiria, pessoa colectiva de direito público n.º 600026019, o Sr. Professor Luciano Santos Rodrigues de Almeida, seu Presidente, natural da freguesia de Cabril, concelho de Pampilhosa da Serra, portador do Bilhete de Identidade n.º 4000537, Contribuinte Fiscal n.º 135576113 e residente no Edifício Marquês de Pombal, n.º 1 – 1.º C, em Leiria.

As duas entidades assim representadas, consideram haver interesse comum na construção imediata de instalações complementares da Escola Superior de Tecnologia, Gestão, Arte e Design (ESTGAD) e da Escola Superior de Animação e Artes do Espectáculo (ESARTE) e considerando também a importância de que se reveste para o Município das Caldas da Rainha a concretização de tais obras acordam entre si o presente protocolo que se rege pelos artigos seguintes:

Artigo 1.º (Âmbito)

As duas partes acordam em colaborar na execução das seguintes instalações, em terreno propriedade do Segundo Outorgante, em local a definir por este, na proximidade da ESTGAD e da ESARTE:

1. Uma cantina para a ESTGAD e a ESARTE.
2. Instalações para o Serviço de Acção Social e Associações de Estudantes.
3. Um conjunto de 8 a 10 ateliers/residências destinadas a artistas e convidados.

Artigo 2.º (Deveres do Primeiro Outorgante)

O Primeiro Outorgante, Município de Caldas da Rainha, compromete-se a:

1. Suportar os custos dos projectos e construções referidos no artigo anterior em 50% do valor da adjudicação, até ao máximo de 80.000.000\$00 (oitenta milhões de escudos).
2. Transferir para o Segundo Outorgante as verbas da sua responsabilidade a partir da apresentação dos respectivos documentos de despesa.

Artigo 3.º (Deveres do Segundo Outorgante)

O Segundo Outorgante, Instituto Politécnico de Leiria compromete-se a:

1. Elaborar os projectos necessários dando conhecimento deles ao Primeiro Outorgante.
2. Lançar e Fiscalizar a empreitada.
3. Suportar os custos dos projectos e obras para além da participação do Primeiro Outorgante.
4. Proceder aos pagamentos ao empreiteiro.

Artigo 4.º (Património)

Concluídas as obras, estas integrarão o património do Segundo Outorgante.

Artigo 5.º (Prazo)

O presente protocolo é válido até à conclusão da obra.

Artigo 6.º (Disposições Finais)

As omissões do presente protocolo envolverão sempre acordo entre os dois outorgantes.

O Primeiro Outorgante,
Município de Caldas da Rainha
O Segundo Outorgante,
Instituto Politécnico de Leiria

Cursos de Formação para Primeiro Emprego

IPL e NERLEI assinam Protocolo

O Instituto Politécnico de Leiria (IPL) e a Associação Empresarial da Região de Leiria (NERLEI) assinaram um protocolo com o objectivo de ministrar cursos de formação para recém diplomados em situação de desemprego, tendo em vista a sua integração no mercado de trabalho.

O curso entrará em funcionamento no dia 4 de Março de 2002, sendo a parte lectiva levada a cabo nas instalações do IPL.

Os conteúdos a ministrar deverão ter em conta as necessidades reais do mercado, sendo dada aos melhores formandos a possibilidade de estagiar em em-

presas que se enquadrem na área de formação que frequentaram.

O IPL pretende, desta forma, dar apoio aos seus bacharéis e licenciados aproximando a Instituição do mercado de trabalho e dos seus agentes.

Protocolo

Instituto Politécnico de Leiria - NERLEI - Associação Empresarial da Região de Leiria

OUTORGANTES:

PRIMEIRO: INSTITUTO POLITÉCNICO DE LEIRIA, com sede em Leiria no Edifício Maringá, Torre 2, 2.º andar, representado pelo seu Presidente.

SEGUNDO: NERLEI - Associação Empresarial da Região de Leiria, com sede em Leiria no Largo junto ao Estádio Municipal, Arrabalde Aquém, representada pelo seu Presidente,

CONSIDERANDO:

1. A existência de um número significativo de jovens bacharéis e/ou licenciados à procura de primeiro emprego;
2. Que a formação que possuem pode ser potenciada tendo em vista as necessidades do mercado de trabalho, se complementada com componentes formativas que respondam a exigências imediatas das empresas.

CONSIDERANDO AINDA:

Que é convicção dos outorgantes que aqueles jovens bacharéis e/ou licenciados poderão dar um contributo importante para o desenvolvimento da região se lhes for ministrada formação complementar que lhes permita outras saídas profissionais;

Que os outorgantes dão uma particular importância à inserção dos jovens bacharéis e/ou licenciados na vida activa, integrando-se dentro das suas prioridades a criação de acções de formação que cumpram tal desiderato;

ACORDAM:

1º

1. O INSTITUTO POLITÉCNICO DE LEIRIA e a NERLEI promoverão um curso de formação destinado a jovens bacharéis e/ou licenciados na situação de desemprego tendo em vista assegurar-lhes formação complementar que os habilite para saídas profissionais diferentes das que lhes são proporcionadas pelas formações superiores adquiridas.
2. Os outorgantes diligenciarão junto dos Ministérios da Educação e do Trabalho e da Solidariedade Social o financiamento do curso de formação referido em 1. visando torná-lo tendencialmente gratuito.
3. Os outorgantes desenvolverão as iniciativas adequadas e necessárias para divulgar e promover o presente protocolo junto de empresas da região tendo em vista a sua adesão ao mesmo.

2º

1. O curso terá como objectivo a preparação do formando para um conjunto de acções e técnicas que visam a implementação de uma estratégia comercial, nos seus múltiplos aspectos, nomeadamente o estudo do mercado e suas tendências, a promoção da imagem da empresa e do produto, a venda e o pós-venda.
2. Que a formação que possuem pode ser potenciada tendo em vista as necessidades do mercado de trabalho, se complementada com componentes formativas que respondam a exigências imediatas da empresa.
3. No segundo ciclo assegurar-se-á aos formandos que hajam obtido aproveitamento no primeiro a inserção numa empresa previamente seleccionada, que haja celebrado com os ora outorgantes um protocolo de adesão, garantindo-se ao formando estágio na área do curso de formação.
4. A parte lectiva do curso, organizada por módulos, será assegurada por docentes do ensino superior e por quadros e gestores do sector privado de reconhecido mérito na respectiva actividade.
5. A parte lectiva do curso decorrerá em instalações do Instituto Politécnico de Leiria.
6. O curso deverá iniciar-se em 4 de Março de 2002.
7. Serão admitidos ao curso bacharéis e/ou licenciados que hajam concluído os seus cursos nos últimos três anos lectivos e se encontrem desempregados ou com empregos precários, neste caso em área de actividade diferente daquela para que o curso superior de que são titulares habilita;
8. O curso funcionará com um mínimo de 10 e um máximo de 20 alunos.
9. Têm preferencia na admissão, em primeiro lugar, os bacharéis ou licenciados pelas Escolas Superiores do IPL e em segundo lugar, os que hajam obtido o grau académico noutra estabelecimento de ensino superior do distrito de Leiria;

3º

Além do curso referido nos artigos anteriores os outorgantes poderão, no desenvolvimento do presente protocolo, promover outras acções de formação que considerem adequadas à persecução dos objectivos atrás enunciados.

4º

Os outorgantes através do presente protocolo afirmam o interesse recíproco no aprofundamento dos laços de cooperação no desenvolvimento deste projecto considerado estratégico por ambas as partes.

Leiria, 15 de Outubro de 2001.

INSTITUTO POLITÉCNICO DE LEIRIA

NERLEI - ASSOCIAÇÃO EMPRESARIAL DA REGIÃO DE LEIRIA

José Loios, Director da ESTM

“A vocação da ESTM é litoral, marítima e integrada na região”

Para José Loios, Director da Escola Superior de Tecnologia do Mar de Peniche (ESTM), “a perspectiva histórica dá-nos a possibilidade de olharmos a situação actual com menos ansiedade”.

A sua tese de mestrado, um estudo sobre a pesca em Peniche nos séculos XVIII e XIX, ajudou-o a ter uma melhor compreensão do estado actual das pescas. O docente dá-nos o exemplo da pesca da sardinha: “A sardinha, hoje considerada um ex-libris de Peniche, era pescada no séc. XIX apenas para servir de isco a outro tipo de pesca, como por exemplo, a cavala”. O fim da pesca não está em causa: não há esgotamento dos recursos mas existem novas regras, nomeadamente na gestão desses mesmos recursos. “Existem problemas, só que não são insolúveis, nem são assim tão catastróficos quanto aparentam à primeira vista”.

Durante muito tempo o sector das pescas foi visto de uma forma isolada. Peniche, por exemplo, era vista até há pouco tempo como uma “zona de pesca e ponto final”. No entanto, “as pescas podem ser uma mais valia para a actividade turística e vice-versa, o importante é articular todas estas vertentes”. De certo modo a população de Peniche antecipou esta visão ao investir na restauração. No entanto, é preciso apostar agora na qualidade da oferta.

A ESTM pretende dar o seu contributo para o desenvolvimento da região: “a vocação da ESTM é litoral, marítima e integrada na região e os seus cursos reflectem essa preocupação”. As suas áreas de intervenção passam pela construção naval e industrial, pela biotecnologia e pelo turismo litoral. No próximo ano lectivo pretende-se abrir o curso de Engenharia Alimentar, já que é necessário explorar outras duas áreas ligadas à indústria da pesca: a indústria da conservação e da aquacultura. “O curso de Engenharia



Alimentar, tem uma clara coerência com o projecto da Escola, com a abordagem ao litoral e à vocação marítima”.

O Director da Escola considera que esta necessita de interagir com a comunidade não se esgota na relação com o tecido empresarial e que essa relação deve ser feita “ao nível de uma intervenção cultural muito mais forte e de uma presença mais efectiva junto da comunidade”.

Para além disso, “a ESTM não procura apenas responder às solicitações do meio, mas também funcionar como fermento desse mesmo meio, ao nível da criação de competências”.

ção de competências”.

Um passo importante na história da Instituição vai ser o da construção do novo edifício. José Loios gostaria que este se afirmasse enquanto obra arquitectónica marcante, respeitando o ambiente e a qualidade paisagística: “queremos que seja uma escola de excelência ao nível dos recursos e da relação com o ambiente. É importante que dê ela própria o exemplo ao nível da sua estrutura física”. Quanto à cidade é visível o encanto que sente por ela: “Neste momento Peniche garante-me o enquadramento, o ambiente, a vida e as pessoas”, afirma.

Queremos que a ESTM seja uma Escola de excelência ao nível dos recursos e da relação com o ambiente.

Comunicação e Multimédia na Sociedade da Informação

As sociedades actuais vivem uma verdadeira revolução científica e tecnológica resultante do desenvolvimento originado pela associação das tecnologias da informação com as telecomunicações.

Este processo pôs à disposição do Homem novos e variados recursos, que estão a alterar as formas tradicionais de comunicar, as relações de trabalho, até certas formas de vida.

No domínio da comunicação, os meios de informação conheceram progressos assinaláveis que permitem ver mais longe e mais perto, na distância e no tempo, com toda a precisão e rapidez.

As imagens e os sons, impressos, magnéticos ou electrónicos, multiplicam-se, convidando a vista e o ouvido a ver e a escutar as informações outrora propagadas apenas pelos jornais, livros e professores. Actualmente podemos mesmo falar de novas sensações transmitidas pela realidade virtual, como é o caso do tacto e do olfacto.

Esta revolução nas formas de comunicar e as potencialidades da utilização de suportes variados – som, imagem, texto - a que vulgarmente se chama meios multimédia, lançam um sério desafio à pedagogia contemporânea. Novos alunos, novas matérias, novos programas, novas exigências, obrigam à renovação das concepções e métodos pedagógicos.

O processo de ensino-aprendizagem tem, cada vez mais, de tomar em consideração a cultura audiovisual em que o público educativo vive mergulhado e as instituições de ensino e formação necessitam apetrechar-se para responderem da melhor forma aos novos desafios que uma sociedade aberta e concorrencial, mesmo em termos de educação e ensino, coloca.

As escolas de formação de professores



José Manuel Silva

Presidente do Conselho Directivo da ESE-Leiria

têm que integrar nas suas metodologias formativas o recurso aos meios multimédia como rotina na preparação dos novos professores e na produção de conteúdos pedagógicos utilizáveis na formação inicial, na formação pós-graduada e na formação contínua.

É neste contexto que surge na ESE-Leiria o curso de Comunicação Social e Educação Multimédia direccionado para a formação, em banda larga, de profissionais aptos a desempenharem funções variadas dentro destes campos em instituições educativas e em empresas.

O curso deverá assumir um papel de charneira na evolução de práticas de ensino e na produção de materiais multimédia actuando por contágio relativamente aos cursos já existentes.

O apetrechamento tecnológico requerido pelo curso, e que vai exigir a actualização dos laboratórios existentes, será um suporte inestimável para alunos e docentes de toda a escola que passarão a dispor da mais moderna tecnologia para a realização e produção de trabalhos e programas de ensino por forma a:

- . Tomar os processos de ensino-aprendizagem mais vivos e dinâmicos;
- . Formar alunos e professores na utilização dos novos recursos;
- . Produzir documentos em suporte multimédia;
- . Fornecer apoio técnico a congressos, jornadas, espectáculos, actividades lúdicas e outras realizadas pela escola ou por instituições da comunidade local.

Acompanhando o desenvolvimento deste novo curso está a ser programada a criação de um Portal Educativo que possa funcionar como o embrião de uma unidade de ensino à distância e como hospedeiro de páginas de escolas do distrito, e que inclua um fórum de discussão sobre questões de educação e ensino. Sem renunciar à sua matriz inicial, a formação de professores, a ESE-Leiria está a adaptar-se aos novos tempos e às novas necessidades, investindo em áreas diferentes das que lhe eram tradicionais, mas que complementam e potenciam os recursos e valorizam a massa crítica disponível.

Conferências, Encontros, Seminários, Workshops, Colóquios e Debates

No X Colóquio Internacional da AFIRSE- *Association Francophone Internationale de Recherche Scientifique en Education*, – que decorreu de 11 a 14 de Setembro de 2001 no Brasil, participou o Prof. Doutor José Brites Ferreira do Departamento de Ciências Sociais da Escola Superior de Educação de Leiria que apresentou uma comunicação sob o tema “**HETEROGENEIDADE E HOMOGENEIDADE NAS POLITICAS DAS ESCOLAS**”

A Universidade de Alcalá-Madrid (Espanha), através do seu Departamento de Filologia Moderna, organizou de 4 a 6 de Outubro de 2001, o VII Seminário Internacional sobre Cultura e Poder, subordinado ao tema “*(Mis)representations*”, o qual reuniu investigadores das áreas dos estudos literários, estudos dos media, estudos pós-coloniais, estudos culturais e cultura popular.

Participou e apresentou uma comunicação sob o tema “**DISCOURSES FROM NOWHERE: MAPPING THE POLITICS OF UTOPIAN REPRESENTATION**”, a Prof. Dra. Ana Isabel Correia Lopes, do Departamento de Línguas e Literaturas da Escola Superior de Educação de Leiria.

Publicações



Foi editado o número zero do Jornal “Akadémicus”, da Associação de Estudantes da Escola Superior de Educação de Leiria.

Programa SOCRATES, Acção ERASMUS - Ano Lectivo 2001/2002

5.º Curso Intensivo de Português Língua Estrangeira

Decorreu entre 4 e 14 de Setembro de 2001, o 5.º Curso Intensivo de Português Língua Estrangeira, num total de 54 horas lectivas destinado aos estudantes do Programa SOCRATES, Acção ERASMUS. Oriundos de instituições europeias do ensino superior que estabeleceram parceria para o ano lectivo 2001/2002, participaram:



- . Maria Goppel- Katho-Reno-Bélgica
- . Olina Kladensky-Fachoschüle Ausburg-Alemanha
- . Mercedes Valentin Zaera-Escuela Universitaria Politécnica-Universidad de Valladolid-Espanha

Mobilidade de estudantes

No quadro do programa de mobilidade de estudantes europeus no ano lectivo 2001/2002, irão realizar estudos na Escola Superior de Educação de Leiria os seguintes estudantes provenientes dos nossos parceiros Erasmus:

- . Barbara Buyschaert- Katho-Reno-Bélgica
- . Aline Noyelle- Katho-Reno-Bélgica
- . Thijs Desender- Katho-Reno-Bélgica
- . Annelies Deprez- Katho-Reno-Bélgica
- . Jasune Rivero Alonso-Escuela de Segovia- Universidad de Valladolid, Espanha
- . Jesus Alberto Palacios Henriquez-Escuela Universitaria Educacion de Palencia-Espanha
- . Sárka Purdjaková-Masaryk University-Polónia
- . Sabina Coufalová- Masaryk University-Polónia
- . Alicja Bulaczynaska-Wyzsza Szkola-Polónia



A sigla e origem:

ERASMUS - European Community Action Scheme for the Mobility of University Students;

Lançado em 1987

Em 1995 passa a ser parte do Programa SOCRATES.

Mobilidade de docentes

O Professor Doutor José Brites Ferreira irá deslocar-se à Universidade de Burgos-Espanha e a Prof. Dra. Maria Isabel Antunes M. Rocha à Academia de Economia e Humanidades de Lodz-Polónia, durante uma semana, na qualidade de bolseiros e no âmbito da cooperação pedagógica/científica estabelecida através de protocolo com instituições europeias do ensino superior, que estabeleceram parceria para o ano lectivo 2001/2002.

Projecto de Cooperação Internacional com os PALOP

O Protocolo de Cooperação entre a Escola Superior de Educação de Leiria (ESE) e o Instituto Superior Politécnico e Universitário de Moçambique (ISPU) foi assinado em 14 de Dezembro de 2000, pelos representantes máximos de ambas as instituições, Presidente da ESE-Leiria, José Manuel Silva, e Reitor do ISPU, Lourenço do Rosário, e “visa estabelecer laços de cooperação entre a ESE-Leiria e o ISPU, nomeadamente no âmbito do projecto de reconversão de docentes, com o nível de bacharelato, através da sua qualificação em professores licenciados do ensino básico do primeiro ciclo e de educação de infância”, bem como “colaborar em projectos de investigação ou outros, nomeadamente na área científica e pedagógica”. Actualmente decorre o Curso de Qualificação em Professores Licenciados do Ensino Básico e de Educação de Infância, com um total de 20 formandos e que terá o seu encerramento em Março de 2002. O Curso, cuja coordenação cabe à ESE-



Leiria, decorre da parceria de docentes da ESE-Leiria e do ISPU, indigitados pelos Conselhos Científicos das respectivas instituições. O referido Curso, constituído por uma carga horária idêntica à dos cursos similares da ESE-Leiria, é composto por uma vertente essencialmente teórica (um grupo de cinco disciplinas) e teórico-prática (um trabalho de projecto a defender perante um júri composto por docentes de ambas as instituições). Fazem parte do corpo docente do Curso os seguintes professores: da ESE-Leiria - Américo Oliveira (Coordenador), Alzira Saraiva, Lúcia Oliveira, Ricardo Vieira e Rui Matos; do ISPU - Carlos Sotomane (Coordenador), Maria João Carrilho Diniz, Maria de Fátima Viegas, Débora Nandja, Frieda Draisma e Guilhermina Macabi. Presumimos ser o primeiro Curso, objecto de certificação (Licenciatura) que Portugal realiza fora do País, abrangendo docentes de nacionalidade portuguesa a exercerem a sua profissão no estrangeiro.

Eleições

Foram eleitas, a Presidente do Conselho Científico da Escola Superior de Educação de Leiria, Prof. Doutora Alda Maria Martins Mourão Filipe e a Secretária, Prof. Doutora Graça Maria Santos Batista Seco que iniciaram funções a 1 de Setembro de 2001.

Constituição do novo Conselho Científico:

Presidente - Alda Maria Martins Mourão Filipe
Secretária - Graça Maria Santos Batista Seco

Alzira Maria Rascão Saraiva
Américo Correia de Oliveira
António Franco Pereira da Silva
Cristina Maria Alexandre Nobre
Edgar Teles Marques Salgado Lameiras
Eduardo Emilio Castelo-Branco Fonseca
Graça Maria Leal Ferrão Fonseca
Isabel Fonseca C. P. Kowalski
Isabel Sofia Godinho Silva Rebelo
José Brites Ferreira
José Manuel Silva
Luís Filipe Tomás Barbeiro
Maria Adalgisa Apolinário de Brito
Maria Antónia Belchior Ferreira Barreto
Maria Dores Escada
Maria Graça Lopes S. Mougá Poça Santos
Maria Isabel Alves Rodrigues Pereira
Maria Isabel Antunes M. Rocha
Maria Isabel Varregoso R. Pereira
Maria Lúcia Rosa Oliveira
Marina Victória Valdez Faria Rodrigues
Pedro de Carvalho Silva
Ricardo Manuel das Neves Vieira
Rogério Paulo Pais Costa
Rui Manuel Neto e Matos

Representante dos Assistentes
Fernando Augusto Coelho Canastra

Actos Académicos



Grau: Doutoramento
Área: Literatura Portuguesa
Tese: *Afonso Lopes Vieira: a reescrita de Portugal*
Candidato: CRISTINA MARIA ALEXANDRE NOBRE
Data: 26 Novembro 2001
Hora: 11.00 horas

Local: Sala de Doutoramentos da Universidade de Lisboa



Grau: Doutoramento
Área: Ciências da Educação
Tese: *Interface Escola-Família, Um Olhar Sociológico*
Candidato: PEDRO DE CARVALHO DA SILVA
Data: 31 Outubro 2001
Hora: 15.00 horas

Local: Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto

First Class System do Galileu para o curso de Turismo

A Escola Superior de Educação de Leiria acabou de adquirir o FirstClass System, do Galileu. Trata-se de um programa de treino - Computer Based Training (CBT) - que oferece um ambiente de aprendizagem interactiva bastante próximo da realidade, no que diz respeito ao sistema informático de reservas utilizado em grande parte das agências de via-



GALILEO
PORTUGAL™

gens, em todo mundo. Simultaneamente, complementa a formação de qualquer formando relativamente à terminologia turística, bem como às novas tecnologias utilizadas no sector. Deste modo, os alunos do curso de **Turismo - variante de Operadores Turísticos** - verão a sua formação valorizada no que concerne ao mercado de trabalho.

Doutoramento de Graça Seco

A satisfação na actividade docente

“A investigação que tem sido feita, até ao momento, tem-se centrado muito mais no aluno, nas dinâmicas em sala de aula e no sucesso escolar, do que na pessoa do professor”. E quando os estudos se centram no professor “incidem ainda muito na sua relação com o rendimento escolar e com a indisciplina, dando-se pouca atenção ao docente em si”.

Na sua dissertação de doutoramento, Graça Seco procurou desenvolver uma abordagem do professor como pessoa em construção, analisando as respectivas implicações na satisfação com a profissão. “Tem havido uma preocupação muito grande no estudo e aprofundamento das competências científicas e pedagógicas dos docentes, descurando-se um pouco mais as questões relativas à personalidade do professor.”

Neste sentido, Graça Seco procurou estruturar uma investigação, com o objectivo de avaliar a eficácia preditiva de algumas variáveis psicológicas (como a auto-estima, o locus de controlo, a motivação, o sentido de autonomia e a satisfação com a vida em geral) e sociodemográficas (idade, sexo, situação profissional, nível de ensino leccionado, etc) na satisfação profissional docente. Com base nas respostas de 752 professores dos 2.º e 3.º ciclos do ensino básico e do ensino secundário, de 20 escolas da Zona Oeste, a docente concluiu que “os professores mais satisfeitos são aqueles que apresentam um locus de controlo tendencialmente interno, uma motivação intrínseca para a profissão, uma boa auto-estima, um certo sentido de autonomia no trabalho e um bem-estar com a vida em geral. A idade, o sexo ou a situação profissional do professor, embora influenciem também a sua satisfação, interferem de forma menos relevante do que as características de personalidade referidas”.



Currículo

Graça Seco nasceu em Moçambique, onde começou os seus estudos. Fez o ensino secundário no Liceu Infanta Dona Maria, em Coimbra.

Optou pelo curso de Psicologia porque sempre gostou de trabalhar na área das relações sociais e interpessoais, um dos motivos que a levou a fazer rádio, durante cerca de 4 anos, na então RDP-Centro, em Coimbra.

Licenciou-se em Psicologia, pela Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Coimbra, em 1984, tendo-se especializado em Psicologia Clínica.

Iniciou a sua carreira profissional como docente da Escola Superior de Educação de Viseu.

De 1985 a 1988, foi Assistente na Faculdade de Psicologia da Universidade de Coimbra.

Desde 1988, desempenha funções docentes na Escola Superior de Educação de Leiria.

Mestre em Ciências da Educação (na especialidade de Psicologia da Educação), a sua dissertação debruçou-se sobre a questão do auto-conceito nas educadoras de infância.

A 4 de Junho de 2001 defendeu, em provas públicas, a sua tese de doutoramento intitulada “A satisfação na actividade docente”, tendo sido aprovada com distinção e louvor.

Ao nível do desenvolvimento profissional docente (incluindo-se aqui a formação inicial e contínua), estes resultados sugerem, então, a necessidade de se implementarem estratégias focalizadas no desenvolvimento de algumas das ca-

racterísticas de personalidade consideradas, enquanto condição de bem-estar com a profissão. De facto, as alterações decorrentes da globalização e das novas tecnologias de informação e de comunicação, exigem ao professor uma crescente autonomia e capacidade de intervenção, uma grande abertura à diversidade, num contexto em que uma boa gestão dos saberes, mas também dos afectos, condiciona de forma significativa, a sua satisfação pessoal e profissional.

Mãe de duas crianças em idade escolar, Graça Seco não resiste, por vezes, à tentação de “avaliar” os professores das suas filhas, com o distanciamento e respeito devidos. Na sua perspectiva, “há, ainda, um certo desfasamento entre os interesses e expectativas dos educandos, socializados na “era do ícone”, e a realidade de um grande número de professores cujo transcurso decorreu, sobretudo, na “era de Gutenberg”. Este desfasamento pode conduzir a alguma insatisfação (certamente, de ambas as partes), podendo sugerir, também, a ideia de que os alunos aprendem menos do que antigamente, ponto de vista que a docente rejeita.

Afirmação, Perspectivas e Desafios

Nuno Mangas

Presidente do Conselho Directivo da ESTG-Leiria



Ao iniciar-se mais um ano lectivo, o 13º da Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Leiria (ESTG-Leiria), não posso deixar de, em primeiro lugar, desejar a toda a comunidade académica que o ano lectivo decorra bem, quer do ponto de vista académico, quer do ponto de vista pessoal. Uma palavra especial para os novos alunos, que agora chegam à ESTG-Leiria, para lhes dar as boas vindas e desejar muito sucesso para esta nova etapa que, estou certo, lhes irá deixar muitas e boas recordações.

O início do presente ano lectivo fica marcado pelo incremento da exigência no ingresso nos cursos ministrados, com a consequente fixação da nota mínima de candidatura de 9,5 valores. Ao fazê-lo, a Escola deu mais um passo, que considero de extrema importância, na sua afirmação pelo rigor e exigência, encontrando-se entre as Escolas mais exigentes do ensino superior politécnico.

Ao longo da sua existência, a ESTG-Leiria tem procurado incutir em todas as suas actividades uma cultura de rigor, exigência e qualidade. Só deste modo é que é possível que os seus diplomados tenham uma sólida formação, quer do ponto de vista técnico, quer do ponto de vista humano. Também a inovação e a melhoria conti-

nua fazem parte da nossa forma de estar enquanto Escola. Exemplos do que acaba de referir são a nova metodologia de apresentação aos alunos, o desenvolvimento do projecto NetLearn, com o qual se pretende disponibilizar conteúdos pedagógicos através da Intranet/Internet, e o programa de tutorias para os alunos do 1º ano de alguns dos cursos ministrados.

Ao nível da oferta formativa, para além do início de uma nova licenciatura, Solicitadoria, ir-se-á também alargar a oferta ao nível da formação pós-graduada e contínua. Na formação pós-graduada, para além dos Mestrados já em curso, ir-se-ão promover 2 novos cursos de pós-graduação

Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa). Quanto à formação contínua, será dada especial ênfase às acções de formação no âmbito das Academias CIS-CO, Microsoft e Oracle, e à realização da 3.ª edição do programa de formação em Contabilidade e Fiscalidade, prevendo-se ainda a realização de um conjunto de outras acções de formação.

Para que seja possível realizar todas as actividades em que está envolvida, a Escola tem procurado colocar ao dispor da comunidade académica todos os meios necessários à formação dos seus alunos. No próximo ano, após cerca de 2 anos de impasse, com todos os problemas que esta situação trouxe e trará, ir-se-á iniciar a construção de 2 novos edifícios, um edifício pedagógico e uma biblioteca, com os quais se irá incrementar de uma forma significativa a qualidade do serviço prestado a todos os alunos que nos escolhem para fazer a sua formação superior.

Assim, nos próximos 2 anos, iremos assistir a uma alteração significativa do “campus” da ESTG-Leiria, com um aumento muito significativo das áreas disponíveis, quer de ensino, quer de estudo, quer de

“... os seus diplomados tenham uma sólida formação, quer do ponto de vista técnico, quer do ponto de vista humano. Também a inovação e a melhoria contínua fazem parte da nossa forma de estar”

em parceria com a NERLEI (Associação Empresarial da Região de Leiria) e o IN-DEG/ISCTE (Instituto para o Desenvolvimento da Gestão Empresarial/Instituto

alimentação. Até lá existirão algumas limitações que, estou certo, a comunidade académica compreenderá e que tudo fará para ultrapassar e minimizar.

14, 15 e 16 de Novembro de 2001

I Jornadas Politécnicas de Engenharia



Os Departamentos de Engenharia Mecânica da Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Leiria e da Escola Superior de Tecnologia de Setúbal organizam as I Jornadas Politécnicas de Engenharia Mecânica, Automóvel, Gestão Industrial e Ambiente, nos dias 14, 15 e 16 de Novembro de 2001, em Leiria. As Jornadas pretendem ser um espaço de apresen-

tação dos avanços e das realizações de Engenharia Mecânica e áreas Tecnológicas afins. Este evento irá constituir um ponto de encontro entre as comunidades técnica/empresarial das regiões de Leiria e de Setúbal, os alunos dos cursos mencionados e a comunidade de várias escolas de engenharia portuguesas e estrangeiras.

Alunos da ESTG-Leiria participam numa Pós-Graduação Internacional

No âmbito de uma colaboração tripartida entre a Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Leiria, a Faculdade de Ciências Jurídicas e Empresariais da Universidade Castilla La Mancha de Toledo (Espanha) e a Universidade de Ferrara (Itália), os alunos do curso de Gestão de Empresas, Paulo Jorge Morgado de Almeida, Susana Carreira

Gaspar e Bruno de Jesus Sousa participarão na Pós-Graduação "Inovação nos Sistemas de Controlo Económico-Financeiro para o Melhoramento da Qualidade das Pequenas e Médias Empresas." O curso terá uma duração de 780 horas, sendo 480 horas de teoria e 300 horas de estágio em empresas italianas.

II Edição do Mestrado em Economia e Estratégia Industrial

O crescimento económico do distrito de Leiria, situando-se acima da média nacional, tem vindo a impor novos desafios ao tecido empresarial da região que se apresenta, cada vez mais, internacionalizado. Nesse sentido, atendendo às necessidades e oportunidades conjunturais, a Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Leiria (ESTG) e a Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra (FEUC) decidiram avançar, no ano lectivo 1999/2000, com o Mestrado em Economia e Estratégia Empresarial, a fim de proporcionar uma formação avançada nos domínios da Economia e da Estratégia Industrial. Em função do número e da qualidade dos candidatos às 35 vagas oferecidas e à excelente repercussão verificada, tornou-se evidente a abertura, para o ano lectivo 2001/2002, da segunda edição do respectivo Mestrado.

O prazo de candidatura apresenta-se em duas fases: de 18 de Junho a 31 de Julho de 2001 e de 5 a 16 de Novembro de 2001. O início das aulas está previsto para Janeiro de 2002 e o horário lectivo é às sextas-feiras das 15h às 22h e aos sábados das 10h às 13h. A estrutura curricular é composta por disciplinas de Macro e Microeconomia, Gestão e Estratégia Empresarial, Organização Industrial, Internacionalização de Empresas, Marketing e Gestão Financeira. O corpo docente é composto, fundamentalmente, por professores da FEUC e especialistas de outras Universidades.

Agenda Eventos

Semana do Euro

15 a 20 de Outubro de 2001



A Escola Superior de Tecnologia e Gestão do Instituto Politécnico de Leiria foi convidada a participar na "Semana do Euro", que decorreu na semana de 15 a 20 de Outubro de 2001. A iniciativa da Comissão Nacional do Euro, teve o envolvimento da Câmara Municipal de Leiria, do Ministério da Educação – CAE, do Ministério da Economia, da ACILIS, da NERLEI, da APOTEC, da ANJE e do Governo Civil de Leiria.

O objectivo foi fazer com que em Leiria ninguém passasse essa semana sem falar ou confrontar-se com a nova moeda. Além da divulgação do material referente ao Euro que a Comissão Nacional do Euro fornecerá, foram nessa semana afixados exclusivamente em Euros os preços de todos os bens e serviços fornecidos na Escola. Realizou-se também uma sessão de esclarecimento sobre o Euro, no dia

15 de Outubro, pelas 14.30h, no Auditório 1 da ESTG-Leiria, pela Dra. Ana Bernardes do Eurogabinete de Leiria.

Durante toda a semana esteve montado na sala de estudo da Associação de Estudantes, um "Mini-Eurogabinete" com um vídeo em exibição e uma apresentação em Power Point alusivos ao euro, bem como várias brochuras informativas.

Higiene e Segurança no Trabalho

Agenda Eventos



Nos dias 10 e 12 de Setembro realizaram-se na ESTG duas acções de formação em Higiene e Segurança para responsáveis de Centros de Inspeção Automóvel associados da ANIVAP (Agrupamento Nacional de Inspeções Automóveis, ACE). Participaram no total cerca de 40 formandos associados da ANIVAP, tendo sido convidado aquela associação um observador da DGV (Direcção Geral de Viação). O objectivo desta acção foi a sensibilização para a Higiene e Segurança, onde foram abordados alguns conceitos

básicos de prevenção de acidentes e de combate a incêndios, tendo como componente prática, a utilização de extintores portáteis no combate a um incêndio real num veículo automóvel por todos os formandos.

Esta iniciativa, é a primeira de um conjunto de acções relacionadas com o sector automóvel, a ministrar por docentes do curso de Engenharia Automóvel àquela entidade. Este ano está ainda prevista a realização de uma acção de formação para abordar os sistemas de suspensão e direcção.

Protocolo ESTG, NERLEI, ISCTE

A Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Leiria, assinou recentemente um protocolo de colaboração com a NERLEI (Associação Empresarial da Região de Leiria), e o Instituto para o Desenvolvimento da Gestão Empresarial do Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa (INDEG/ISCTE). O objectivo desta parceria é fomentar actividades de formação, investigação e desenvolvimento de interesse para as três instituições. Nesse sentido, está previsto, para o início de 2002 o arranque da primeira edição de dois cursos de

pós-graduação em Gestão Empresarial e Segurança e Higiene no Trabalho. Relativamente a estas pós-graduações, as actividades práticas de campo serão da responsabilidade do INDEG. As actividades em sala de aula serão repartidas pelas instalações da ESTG-Leiria e pelo edifício da NERLEI, consoante as necessidades específicas de cada curso.

Esta parceria prevê ainda a realização de outros cursos de curta duração, seminários e outros eventos que se insiram nos objectivos do protocolo.

2.ª Conferência de Sistemas de Informação Soluções de Negócio

23. Outubro. 2001

No dia 23 de Outubro de 2001 vai realizar-se, na Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Leiria, a 2.ª Conferência de Sistemas de Informação (CSI' 2001), organizada pelo Departamento de Engenharia Informática desta Escola. A conferência irá abordar as Soluções de Negócio Electrónico (e-business) e pretende dar uma panorâmica do negócio electrónico em Portugal a um público variado, constituído por empresários e por toda a comunidade académica.

Acções de Formação em Informática

Ano lectivo 2001/2002

A Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Leiria através do seu Departamento de Engenharia Informática, vai promover no ano lectivo 2001/2002 acções de formação para o exterior. Estas acções dividem-se em 3 temas: Formação em Networking, Formação em Windows 2000 e Formação em Informática.

Jornada Técnica

Recepção e Distribuição de Sinais de Rádio e Televisão

31 de Outubro de 2001

Jornada técnica organizada pela ESTG-Leiria, CAIADO, SA e TELEVÊS ELECTRÓNICA PORTUGUESA, no âmbito da concepção, projecto e dimensionamento dos Sistemas de Recepção e Distribuição de Sinais de Rádio e Televisão. O evento terá lugar no Auditório da ESTG-Leiria, pelas 14h30.

"Marketing Político - Odisseia para o Futuro"

12 de Novembro de 2001

No âmbito da Semana Nacional do Marketing, promovida pela APPM, a ESTG-Leiria através do seu Departamento de Gestão e Economia, vai promover no dia 12/11/01 pelas 14h30, a conferência intitulada "Marketing Político - Odisseia para o Futuro" que terá lugar no Auditório da ESTG-Leiria. O evento contará com a presença de oradores com uma vasta experiência teórica e prática na área do Marketing Político e da Comunicação.

Colóquio

"As Normas ISO 9000:2000 - a responsabilidade da gestão"

23 de Novembro de 2001

Colóquio organizado pela Associação Portuguesa para a Qualidade - Pólo de Leiria, Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Leiria, e Nerlei, no âmbito do mês da Qualidade.

Paulo Bártolo, Docente da ESTG-Leiria

Engenharia procura Saberes na Natureza

Escolheu Engenharia Mecânica pensando aprender e conhecer o funcionamento de máquinas, mas descobriu um vasto horizonte de novas possibilidades.

Depressa percebeu que o curso não estava direccionado para a mecânica automóvel. No entanto, descobriu um vasto horizonte de possibilidades.

A partir do seu 3.º ano, começou a interessar-se pela área da simulação, nomeadamente pela Prototipagem Virtual e Prototipagem Física que se tornaram nas suas áreas de trabalho. A primeira, caracteriza-se pela “tentativa de representar algo que existe em concreto em computador, tentando prever comportamentos e tentando modificá-los de maneira a termos o comportamento pretendido”. A segunda, é uma área que o docente desenvolveu no seu doutoramento em que “a tentativa é de clonar aquilo que nós temos no computador e materializá-lo fisicamente.”

O sistema consiste em dois ou mais lasers controlados por computador e que, de acordo com a informação geométrica do modelo digital, desenhavam numa tina, contendo uma resina líquida, o objecto físico. O sistema foi desenvolvido por forma a que só nas zonas em que os diferentes feixes laser se interceptam ocorra a solidificação da resina. Tal permite um melhor controlo sobre o processo de solidificação e, conseqüentemente, a obtenção de objectos físicos de melhor qualidade. Mais recentemente, a Biomimética é outra área de interesse que tem vindo a aprofundar. O conceito passa por “olhar para o que a natureza nos ensina e aplicá-la a domínios como a engenharia”. Isto porque, muitas vezes, a engenharia procura encontrar soluções para certos proble-



Currículo

Paulo Bártolo nasceu em Moçambique, no ano de 1968. Realizou os seus estudos na região de Leiria até à sua entrada no Instituto Superior Técnico da Universidade Técnica de Lisboa. É licenciado em Engenharia Mecânica (Ramo Produção e Construções Mecânicas) e Mestre em Engenharia Mecânica (Perfil Produção Integrada por Computador). A sua tese teve como título “Simulação e Optimização por Elementos Finitos do Processo de Termoformação.” Recentemente, concluiu o doutoramento em Engenharia Mecânica. Título da Tese - “Optical approaches to macroscopic and microscopic engineering”, na Universidade de Reading, Reino Unido.

É docente da Escola Superior de Tecnologia e Gestão desde 1994, no Departamento de Engenharia Mecânica.

Na sua qualidade de investigador tem realizado diversas publicações nacionais e internacionais, participando, igualmente, em várias conferências.

Co-director do Programa LRAMP (Leiria Reading Alternative Manufacturing Programme) e do projecto “Two Photon Writing Processes in Organic Polymers”, financiado pelo Governo Britânico.

mas que seriam resolvidos mais facilmente se “tentássemos perceber o que é que a natureza, em anos e anos de evolução, fez para atingir o seu estado de equilíbrio e optimização.”

Ligar a Biomimética à Prototipagem Virtual e Prototipagem Física será o seu próximo desafio, nomeadamente através de um

doutoramento que vai supervisionar a partir de Março de 2002.

O objectivo é replicar a visão humana num computador: “tal como o nosso cérebro capta uma imagem, as imagens do computador vão ser fornecidas através de fotografia e, tal como o nosso córtex monta as imagens que os nossos olhos transmitem, criando o objecto 3D que nós observamos, o computador vai juntar as imagens e vai criar o objecto tridimensional, que depois pode ser aproveitado para fazer a tal simulação virtual ou mandar para um equipamento e produzir a peça”.

Este tipo de técnicas poderão ser muito úteis para áreas como a mecânica, a medicina, a arqueologia ou a arquitectura.

Por exemplo, em Engenharia Mecânica existem equipamentos que permitem a representação de objectos através de varrimento laser. Mas, quando se trata de objectos de grande dimensão, como um edifício, este tipo de técnica já não é possível. Com o auxílio da fotografia, o computador pode desenhar o objecto virtualmente e também criar a sua representação física em maquete.

Questionado sobre o desinteresse que os estudantes portugueses demonstram pelas áreas de engenharia, Paulo Bártolo considera que falta informação sobre determinados cursos para corrigir certas ideias que se têm da engenharia: “as engenharias são áreas que se estão hoje a abrir e estão, cada vez mais, a ir buscar saberes a outras áreas como a biologia, a arqueologia ou a psicologia”, bem como dar o seu contributo nessas áreas.

Quantos aos alunos da ESTG, o docente não poupa elogios, valorizando o seu empenho e entusiasmo e a sua capacidade de trabalho.

Projecto Net-Learn

Aprender à distância através da Internet

Às tradicionais formas de ensino vem agora juntar-se na ESTG de Leiria um projecto inovador, capaz de fornecer aos alunos outras formas de aprendizagem. Chama-se NETLEARN e é um tipo de ensino à distância que consiste na visualização das aulas através da INTERNET.

A frequência das aulas através da presença física dos alunos na própria escola poderá ser uma realidade de curta duração nalgumas disciplinas dos cursos da ESTG. Quem o diz é Pedro Assunção, Engenheiro Electrotécnico e docente naquela Escola, que lidera um projecto de ensino à distância denominado NETLEARN. Os alunos da ESTG poderão assim, já a partir deste ano lectivo, assistir a algumas aulas através da INTERNET, em salas multimédia na Escola ou, para quem preferir, comodamente em casa. O processo consiste em gravar as aulas efectivas e em as disponibilizar, pouco tempo depois, em formato electrónico, para consulta. Apesar de este ano ser ainda uma fase experimental, em que apenas colaboram em regime de voluntariado alguns docentes de Matemática, Gestão e Engenharia, a verdade é que se estima que o projecto venha a ter um número elevado de aderentes. Efectivamente, o objectivo é diversificar as formas de acesso à informação por parte dos alunos e flexibilizar os ritmos individuais de aprendizagem, podendo o aluno ver ou rever a matéria leccionada em aulas anteriores e esclarecer dúvidas de forma autónoma, sem restrições de tempo e espaço.

A ideia de aplicar na ESTG esta modalidade de ensino surgiu há cerca de três anos, aquando da realização de uma conferência de apresentação do V Programa Quadro, na Alemanha, que contou com a



Aprendizagem à distância é já uma realidade na ESTG

participação da ESTG que constatou que eram efectivamente muitas as instituições que a nível europeu caminhavam já nesse sentido. Havia que fazer a experiência!

Para poder concretizar este projecto a ESTG realizou um investimento de cerca de 10 mil contos ao nível do apetrechamento de meios técnicos capazes de garantir com qualidade a transmissão da respectiva informação, que é preparada por um profissional da área audiovisual.

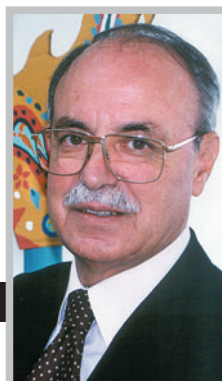
As expectativas de adesão são elevadas não só porque se trata de uma forma de aprendizagem inovadora mas também por-

que pretende colmatar algumas carências sentidas na Escola: a compatibilização de horários para o público em geral mas sobretudo para o que é trabalhador estudante; um ensino mais individual face ao número elevado de alunos a assistir às aulas teóricas; o esclarecimento de dúvidas através da revisão de determinados conteúdos que poderão não ter sido bem apreendidos. A médio prazo, e se a iniciativa apresentar índices de sucesso, poderá também constituir uma mais valia ao nível da captação de novos públicos para a Escola e permitir a reciclagem de conhecimentos, alargando o período de aprendizagem de um indivíduo.

Ano lectivo: o fim e o princípio

José Ventura da Cruz Pereira

Director da ESTGAD-Caldas da Rainha



Metas globalmente atingidas, com as dificuldades e crises próprias de uma Escola em constante crescimento e qualificação, reconhecida uma vez mais, pelo número de candidatos no “Acesso ao Ensino Superior” do Concurso de 2001.

Neste fim e neste princípio de ano lectivo, as habituais rotinas são partilhadas por toda uma preparação e organização, desafios, interrogações, onde a perspectiva de inovação tem sempre lugar entre as principais prioridades.

Nestas prioridades, gostaria de referir o repensar dos actuais currículos, com a devida atenção e cautela, onde não po-

derão ser esquecidos os compromissos assumidos em Bolonha, em Junho de 1999 e reafirmados em Praga, em Maio deste ano, no sentido de se avançar com a construção de um verdadeiro espaço europeu do conhecimento, o que me parece não significar a perda dos nossos valores e o isolamento no espaço europeu e, nesse sentido, construir estruturas curriculares onde haja equilíbrio de valores humanos, sociais e tecnológicos, de entre outros, que proporcionem uma sólida formação para potenciar o exercício da cidadania.

Essa construção, conforme vem eviden-

ciada na Resolução do Conselho de Educação, “implica uma multiplicação dos contactos pessoais e dos intercâmbios de conhecimentos e de experiências”, resumindo, implica Mobilidade.

A este propósito importa recordar o “Plano de Acção a favor da Mobilidade”, aprovado pelo Conselho Europeu de Nice, em Dezembro de 2000.

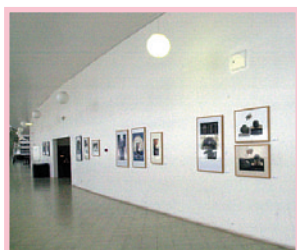
O referido Plano identifica três grandes objectivos - favorecer a mobilidade na Europa, o financiamento da mobilidade e aumento e melhoria da mobilidade. Na ESTGAD são muitas as solicitações de mobilidade, quer por parte dos alunos, quer por parte dos docentes, mas as ofertas são extremamente reduzidas, esperando-se melhorias nesta matéria, para o desenvolvimento de uma completa mobilidade.

Em tudo mais, sustenta-se que o projecto educativo da ESTGAD, neste fim e neste princípio de ano lectivo, repense as suas verdadeiras prioridades, que aliás, não deixarão de passar pelo Plano Estratégico de Desenvolvimento do IPL, para os próximos cinco anos.

Exposição dos alunos finalistas do Curso de Artes Plásticas

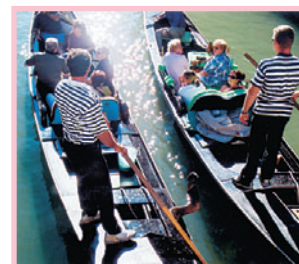
Inaugurou no passado dia 15 de Setembro, a exposição de trabalhos dos alunos finalistas do curso de Artes Plásticas da ESTGAD. Os trabalhos expostos foram realizados ao longo do ano lectivo e, sob tema livre, versaram várias áreas, da pintura ao vídeo, passando por instalações e desenhos. Esta mostra de trabalhos, da autoria de 45 alunos, esteve patente até 14 de Outubro. A

coordenação desta exposição esteve a cargo dos docentes Philip Cabau, Gilberto Reis, Maria João Salema, Sérgio Taborda e Graça Fonseca.



Visita de Estudo a Veneza

Realizou-se, na primeira quinzena de Setembro (de 31/08 a 11/09/01), uma visita de estudo à Bienal de Arte Contemporânea de Veneza, com o apoio financeiro da ESTGAD. Um grupo de 25 pessoas, incluindo 2 docentes, teve possibilidade de confrontar as suas actividades artísticas com as práticas contemporâneas que a Bienal apresenta. Nas palavras da aluna Virgínia Mota, finalista do curso de Artes Plásticas e um dos elementos do grupo organizador, “A visi-



ta possibilitou, igualmente, o conhecimento da cidade e do seu plano urbanístico singular, sendo de destacar os seus museus, escolas e palácios, que tornam uma viagem como esta uma experiência muito enriquecedora.”

23 e 25 de Junho/2001

Sr. Dr. Fausto na Bienal da Maia



O grupo de teatro musical “Estgad Varèse” (formado no âmbito da cadeira de opção “Artes Sonoras”, do 4.º ano de Artes Plásticas e Design) apresentou, a convite do comissário da Urbanlab da Maia 2001 – o artista Paulo Mendes – a Ópera “Sr. Dr. Fausto” no palco da grande “Urbanlab Factory”.

Esta ópera de sucesso é dirigida por José Eduardo Rocha, autor do libretto e música e docente da cadeira.

O conjunto de participantes nesta produção (entre protagonistas, coro, orquestra e co-



laboradores) incluiu, para além do ines- timável cão Rex, Gonçalo Pena, Vasco Costa, José Mendonça, Alexandra Moreira, Alexandre Madureira, Andreia Nóbrega, Andreia Pinho, Catarina Verdier, Catarina Fernandes, Catarina Sá, Daniel Barroca, Filipe Feijão, Francisco Pinto, Henrique Ferreira, João Andrade, João Martins, Micaela Mestre, Miguel Moreira, Nélia Olival, Rui Lourenço, Sílvia Moreira, Sofia Cunha, Vanda Madureira, Virgínia Mota, Pedro Barateiro e ainda Nelson Solas, Mónica Correia e Ana Borrêgo.

Exposições

Victoria Ortiz, docente da ESTGAD dis- tinguida no ano de 1985 pelo Design Council como estando entre os me- lhores estudantes pós-graduados em Londres, expôs uma selecção de gra- vuras na Casa das Artes de Tavira que decorreu de 25 de Agosto a 8 de Setembro.

Show Off

Os alunos do curso de Design Industrial deram a conhecer os vá- rios trabalhos que desenvolveram durante o ano lectivo que findou na ESTGAD, no ModaLisboaDesign, um espaço dedicado à divulgação e co- mercialização de design.

Standards

O projecto “Standards”, com direc- ção criativa de Marco Sousa Santos, organizado pela “Porto design” pa- ra a Vitrocristal na Marinha Grande, conta com a participação do docen- te Fernando Brizio, subcoordenador do departamento de Design Industrial da ESTGAD. Está patente na Sociedade Nacional de Belas- Artes, na Rua Barata Salgueiro, 36, Lisboa.



Os alunos finalistas do curso de Artes Plásticas apresentaram os seus tra- balhos numa exposição que inaugu- raram na Escola no passado dia 15 de Setembro.

1.º Simpósio de Cerâmica

Alunos e professores da ESTGAD parti- ciparam no 1.º Simpósio Internacional de Cerâmica que decorreu de 3 de Setembro a 3 de Outubro no CENCAL (Centro de Formação Profissional para a Indústria da Cerâmica).

Tendo como objectivo divulgar a nova corrente cerâmica portuguesa e incen- tivar o intercâmbio de experiências en- tre autores convidados e jovens colabo- radores, este evento, para além da par-

ticipação de ceramistas nacionais como Ferreira da Silva, Eduardo Constantino, Herculano Elias, Armando Correia, Ana Virgínia Frois, teve ainda a presença do ce- ramista italiano Emídio Galassi e do ce- ramista bósnio, radicado na Noruega, Mesic Rus.

A organização foi da Câmara Municipal de Caldas da Rainha, do Museu de Cerá- mica e do seu “Grupo de Amigos”, em colaboração com a ESTGAD e o CENCAL.

Cursos de Verão

Os cursos de Verão voltaram à cidade de Caldas da Rainha, numa parceria estabele- cida entre a ESTGAD e o Centro de Artes da Câmara Municipal de Caldas da Rainha. Contando com 36 participantes de várias idades nos cursos de pintura, escultura, gravura, fotografia e história de arte, esta iniciativa decorreu no Atelier – Museu António Duarte e nas instalações da ESTGAD.

Exposições

X – Press Yourself consistiu na primeira mostra individual que Nuno Valério, recém licenciado em Design, ramo de Tecnologias Gráficas, fez na Galeria Cal na cidade de Caldas da Rainha até ao passado dia 28 de Julho. Numa tentativa de gerar a discussão sobre o design da comunicação, aquele artista apresentou trabalhos que envolveram técnicas de desenho, pintura, serigrafia, gravura, colagem, CAD, para destacar as mais significativas.

Conferência

“O Impacto do Euro na Economia Nacional” - Organizada no âmbito da “Semana do Euro”, que decorreu entre os dias 15 a 20 de Outubro de 2001, em todas as escolas do IPL. No dia 16, no Auditório da ESTGAD, teve lugar a conferência “O Impacto do Euro na Economia Nacional”.

Concursos

“Novos Talentos”

Os alunos Eurídice Conceição (2.º ano de Design, ramo Tecnologias para a Cerâmica) e Pedro Barateiro (4.º ano de Artes Plásticas), foram seleccionados para participarem no Concurso “Novos Talentos”, promovido pela Optimus, subordinado ao tema “Odisséia no Espaço”. A obra apresentada a concurso consistia numa colecção de roupa para senhora concebida com alguma ousadia, que expuseram e venderam nas instalações da Valentim de Carvalho, no Chiado.

“Jovens Talentos Unibanco 2001”

“Um olhar para o futuro” é o tema do concurso organizado pelo Unibanco que premiou em primeiro e segundo lugar, respectivamente, Patrícia Brízido (aluna do 5.º ano de Artes Plásticas) e João Mendes Bordeira (aluno do primeiro ano de Artes Plásticas), sendo o correspondente valor dos prémios de 500 e 250 contos.

“Gravura uma iniciação”

Esteve patente de 7 de Junho a 31 de Julho, nas instalações da ESTGAD – galeria “Parede Curva Bloco B Piso 0”, a exposição “gravura uma iniciação”, composta pelos trabalhos dos alunos inscritos à disciplina “Iniciação à Gravura”, disciplina de opção do 2.º ano do curso de Artes Plásticas. Não esquecendo que de iniciação se trata, estes trabalhos apontam já caminhos, reflectem projectos pessoais, desenvolvidos em simul-

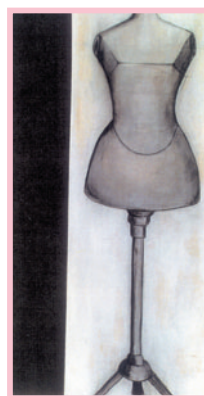
tâneo noutras disciplinas se evidenciam a complementaridade e a coerência programática tão desejável na formação dos alunos.



2.ª Bienal Internacional de Arte Jovem de Vila Verde

Organizada pela Câmara Municipal de Vila Verde, Instituto Português da Juventude de Braga e pela D'Arte – Associação de Artistas de Vila Verde, de 13 a 30 de Junho, contou com a presença de 13 estudantes da ESTGAD, dos 2.º, 3.º, 4.º e 5.º anos do curso de Artes Plásticas:

Bruno Filipe de Almeida Leitão
Carla Sofia Pereira Cabanas
Diana Nogueira Rodrigues Conde
Eusébio Mendes de Almeida
Filomena Gonçalves Mendes
Helder Renato Soares Macedo
Marcos Filipe Campos da Rocha
Nuno Miguel de Macedo Carçoço
Pedro Miguel Castro de Almeida
Sandra Cristina Nunes
Susana Isabel A. de Oliveira Rosa
Susana Maria Seixas Alves Mateus
Tânia Eduarda da Silva Pereira



Protocolo de Cooperação

Entre a ESTGAD e o Museu de Cerâmica de Caldas da Rainha, celebrado no passado dia 13 de Julho com vista à valorização das relações já existentes e à intensificação da capacidade científica, pedagógica e cultural das duas instituições, no âmbito das actividades do ensino, da cultura e da investigação, em particular nas áreas da expressão artística, do design e das tecnologias dos materiais cerâmicos.

Uma escola afirmativa e em crescimento equilibrado



José Loios

Director da ESTM-Peniche

Ao iniciar aqui a minha participação nesta publicação gostaria também de aproveitar para desejar aos alunos que agora iniciam este ano lectivo, a concretização das suas legítimas aspirações científicas e académicas. O Instituto Politécnico de Leiria, através das suas diferentes Escolas, saberá proporcionar o ensino superior de excelência que é hoje a realidade, numa instituição de forte implantação e de que os seus cerca de 8000 alunos dão amplamente conta. Aos que só agora iniciam o seu percurso no Ensino Superior e escolheram o Instituto Politécnico de Leiria, bem como àqueles que se encontram há mais tempo a trilhar o respectivo percurso entre nós, aqui ficam os votos dos maiores sucessos.

O grau de consecução de uma escola conhece o seu melhor instrumento de aferição no nível de sucesso que proporciona aos seus alunos. Assim, os sucessos dos alunos do Instituto Politécnico de Leiria são uma importante medida da mais-valia que esta Instituição representa em termos académicos, científicos, culturais, sociais e a todos os restantes níveis de interacção e vertentes da sociedade portuguesa.

Porque uma instituição de ensino superior não é a soma das suas quatro paredes, mas acima de tudo é a comunidade educativa que a enforma, lhe dá vida e identifica.

O ano lectivo de 2001-2002 constitui um ano charneira para a Escola Superior de Tecnologia do Mar, particularmente no que se refere à afirmação da respectiva vocação científica e identidade no contexto das instituições de Ensino Superior Público. Tendo o mar como denominador comum, este constitui o mote para a definição das diferentes vertentes da intervenção académica e científica da escola.

A promoção de competências de excelência científica em torno das diferentes faces daquilo a que alguns autores chamam “cultura marítima”, perfila-se como o escopo institucional da ESTM. Interpretando essa vocação marítima, torna-se imperativo entender que não estamos unicamente a falar de “ciências do mar”, tradicionalmente entendidas, mas sobretudo de assegurar competências científicas nos domínios das relações do homem com o mar, compreendendo nelas as dinâmicas humanas do litoral e do respectivo *interland*.

Trata-se de um vasto campo de intervenção, em que o factor identificativo da escola não se cinge a uma área científica mas se assume em torno de um tema, de um pólo de atracção das populações, materializador de uma identidade cultural, promotor de actividades humanas específicas a que a ESTM procurará dar uma expressão no domínio da competência científica.

Esta expressão académica e científica de enquadramento às actividades humanas (económicas, sociais, culturais,...) em torno do mar e da litoralidade, estrutura-se num dinamismo de crescimento específico, com três troncos iniciais, temáticos, os quais potencialmente se diversificarão, acompanhando a diversidade das vertentes anteriormente apontadas, em interacção com uma atenta observação das solicitações e necessidades da sociedade, a montante e a jusante da formação académica.

A ESTM, inscrevendo o seu crescimento numa perspectiva sustentada e articulada, investe decididamente numa afirmação positiva da sua identidade marítima, enfatizando o seu enraizamento na comunidade, através da prestação de serviço de utilidade incontornável, nos domínios que se encontram mais desenvolvi-

dos em termos de competência técnica e científica: a engenharia e sobretudo a biotecnologia, o ambiente e o turismo.

Um olhar atento à população escolar e à própria extensão dos conceitos de litoralidade e de cultura marítima, imanentes à identidade da ESTM, facilmente dará a entender que, apesar de um forte enraizamento local e regional, esta escola apresenta um nível de abrangência efectiva (tenha-se em conta a diversidade da origem geográfica dos alunos desta Escola), influência e intervenção potencial que se expande ao longo de toda a faixa costeira nacional. Outro factor interessante e afirmativo desta identificação da ESTM é uma importante aposta estratégica numa internacionalização cujo denominador comum é a litoralidade dos intervenientes nas cooperações e parcerias.

Sendo uma escola que se pretende afirmativa, identificada com os saberes e as tecnologias que em torno do mar e da litoralidade se desenvolvem, em crescimento rápido e franco, a ESTM aguarda a concretização das novas instalações para acomodar todo o investimento que tem sido feito em equipamento e em potencial humano, docentes e alunos incluídos.

Em face do crescimento constante, e que se pretende sustentado, do número de alunos da ESTM, a opção estratégica da Escola é claramente a manutenção de uma simplicidade digna e suficiente em termos das instalações provisórias, privilegiando antes o esforço de adequação e de busca da excelência ao nível dos equipamentos e dos meios humanos. Os conhecidos condicionalismos orçamentais e a presença efémera da ESTM nas actuais instalações, implicam opções de gestão que assumem a transitoriedade e sublinham o primado da qualidade dos meios disponíveis.

Entretanto, passos decididos estão em curso no sentido de, num curto prazo, dotar a ESTM do espaço físico que todos desejamos e a que o prestígio do Instituto Politécnico de Leiria faz jus. Entretanto, a dinâmica da Instituição, a verdadeira alma da ESTM concentra-se na abertura e desenvolvimento de mais um ano lectivo, o terceiro, sabendo maximizar os recursos disponíveis e garantindo a formação superior a que os nossos alunos têm direito.

Escola Superior de Tecnologia do Mar de Peniche não poupou esforços na preparação do Ano Lectivo 2001/2002

Matrículas em movimento

A Escola Superior de Tecnologia do Mar de Peniche iniciou em Julho passado o trabalho de preparação do ano lectivo 2001/2002 e de acolhimento aos cerca de 200 novos alunos esperados para o próximo ano lectivo, elevando para além de 400, o número de alunos matriculados no Ensino Superior Politécnico em Peniche.

O trabalho desenvolvido neste domínio contou com as colaborações indispensáveis do Município de Peniche e da AEESTM e assentou em três áreas consideradas cruciais pela ESTM:

ALUNOS

Nesta área foi considerada essencial a criação e adaptação de estruturas científico/pedagógicas, físicas, logísticas, administrativas e de recursos humanos, aptas não só a acolher condignamente os alunos mas que também criem rapidamente um sentido de estreita ligação entre os mesmos e a Escola, fortalecendo esta comunidade escolar, e não gorando as suas expectativas sobre a realidade do Ensino Superior Politécnico, antes superando-as. O trabalho desenvolvido nesta área compreendeu:

- a) Recrutamento e acolhimento de pessoal docente;
- b) Preparação, adaptação e dignificação de instalações;
- c) Aquisição de meios técnicos e científico/pedagógicos;
- d) Calendarização do ano lectivo e ela-



- b) Preparação de horários;
- e) Preparação de material informativo diverso para docentes e alunos;
- f) Preparação de um percurso urbano utilizando um combóio turístico nos dias 24 a 28 de Setembro pela cidade de Peniche, com a colaboração da CMP e organizado pela AEESTM, com vista a dar a conhecer a cidade aos novos alunos;
- g) Preparação dos meios informáticos indispensáveis a que o processo de matrículas/inscrições decorra com celeridade e eficácia, dispensando procedimentos burocratizados e preparação de uma *task-force*, composta por pessoal não docente e com a colaboração indispensável da AEESTM, apta a encaminhar e infor-

mar os alunos, elaborar os processos individuais e tratar os dados recolhidos.

REGULAMENTAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DE ESTRUTURAS ADMINISTRATIVAS E CIENTÍFICO/PEDAGÓGICAS

Nesta área foi preocupação dominante da ESTM consolidar, estruturar e regulamentar os recursos disponíveis no âmbito administrativo e científico-pedagógico. Deste modo, foram elaborados:

- a) Regulamento da Escola Superior de Tecnologia do Mar de Peniche e organogramas científico-pedagógico (comportando a situação actual, a situação após homologação do Regulamento e situação após termo

A preparação do ano lectivo 2001/2002 da Escola Superior de Tecnologia do Mar de Peniche em números:

100% - Aumento dos postos de trabalho para pessoal docente nas actuais instalações;

100% - Aumento dos espaços de Refeitório e Bar;

40% - Aumento do número de salas de aulas;

525 Lugares - Número global de postos de trabalho para Alunos, não contemplando espaços sociais;

100 Lugares - Aumento do número de postos de trabalho adquiridos para 2001/2002 para colocação em novas salas de aulas, não contando com as salas readaptadas ou reconvertidas;

100% - Aumento do número de Gabinetes para Docentes;

50% - Aumento da capacidade da Biblioteca da ESTM (postos de trabalho);

30% - Aumento do número de laboratórios;

da fase de instalação) e dos Serviços (compreendendo a situação actual e a situação desejável), submetidos à apreciação do IPL;

- b) Regulamento do Laboratório de Informática;
- c) Regulamento da Biblioteca;
- d) Regulamentos de Estágios;
- e) Aprofundamento das Instruções de Trabalho da ESTM com vista à futura implementação de um sistema de qualidade.

INTERACÇÃO COM A COMUNIDADE / INTERNACIONALIZAÇÃO

Nesta última área de actuação, considerada prioritária no arranque do ano lectivo 2001/2002, foram subdivididas as actividades tendentes por um lado à interacção da ESTM com a comunidade onde se encontra inserida e, por outro lado, à internacionalização da própria Escola credibilizando-a e conferindo-lhe visibilidade e notoriedade através dos projectos científicos desenvolvidos, permitindo ainda a mobilidade nacional e

internacional de estudantes e docentes.

PROJECTOS ESTM DE APOIO À COMUNIDADE

CENTRO DE EXPERIMENTAÇÃO EM AQUACULTURA - Trata-se de um projecto de articulação com o tecido empresarial neste sector, a desenvolver no concelho de Peniche e ainda em fase embrionária.

CENTRO DE INICIATIVA E TRANSFERÊNCIA TECNOLÓGICA DO OESTE – Consiste na criação de um centro disponibilizador de recursos científicos e tecnológicos com sede na ESTM, visando a inovação e desenvolvimento tecnológico do Oeste, numa perspectiva de rede integradora e de maximização e disponibilização de recursos polivalentes. Projecto em desenvolvimento, articulado pela ADRO e pela CCRLVT.

LEVANTAMENTO DOS ESTABELECIMENTOS DE RESTAURAÇÃO E BEBIDAS – Projecto de cooperação com a Câmara Municipal de Peniche.

Agenda Eventos

Escola Superior de Tecnologia do Mar de Peniche "Faz-se ao mar"

Projecto ESTMAR I

A Escola Superior de Tecnologia do Mar de Peniche pretende iniciar o projecto de concepção e construção de um protótipo de embarcação com cerca de 5 metros semi-submerso destinado a permitir a articulação entre as áreas da Construção Naval, Biologia Marinha e Biotecnologia e Turismo, em interacção com a comunidade ao nível local e regional. A referida embarcação denominar-se-á ESTMAR I. Paralelamente, surgiu a ideia de promover a recuperação de algum património naval da região, eventualmente com a produção de réplicas.

Boletim da ESTM

Encontra-se já prevista e em fase de projecto a criação de um espaço para divulgação de trabalhos científicos de docentes, colaboradores e convidados da ESTM. Centrado nas temáticas que envolvem o objecto e a vocação da ESTM, pretende reunir um conjunto de artigos de opinião, exposição de investigações, relatórios de actividades, trabalhos teóricos ou práticos que possam garantir um contributo científico, um espaço de discussão e reflexão numa abordagem centrada nas três áreas científicas nucleares da ESTM: Turismo, Biologia e Engenharia.

Novo logotipo



Projectos de Investigação

Neoterm

– projecto candidatado no âmbito da linguística, em conjunto com a Universidade Nova de Lisboa.

Potencialidades Turísticas de Peniche e Complementaridade Regional

– estudo e operacionalização de instrumentos de análise e interpretação na área do turismo local e regional. Prevê-se o alargamento da aplicação do modelo obtido para concelhos limítrofes.

Plano Estratégico do Desenvolvimento Turístico de Peniche

– trata-se de um projecto modelar, a desenvolver localmente em termos experimentais e com potencial de generalização.

18.130 m² – Terreno cedido pelo Município de Peniche ao IPL e destinado à construção das futuras instalações da Escola Superior de Tecnologia do Mar de Peniche;

1,6 milhões de contos – Valor aproximado do investimento orçamentado para as futuras instalações da Escola Superior de Tecnologia do Mar de Peniche cujo início do projecto terá lugar já em 2002.

I Jornadas ambientais da ESTM

A Escola Superior de Tecnologia do Mar, em Peniche, promoverá nos próximos dias 25 e 26 de Outubro as I Jornadas Ambientais, subordinadas ao tema: "Ambiente Litoral". Considerando a importância da ligação entre a comunidade científica, nos domínios da Biotecnologia Marinha, do Turismo e do Património Ambiental/Cultural com a comunidade regional, estas Jornadas visam reflectir e planear as melhores práticas na intervenção e gestão ambiental.

Esta iniciativa reveste-se de particular oportunidade, tendo em conta as preocupações que assaltam os responsáveis pela área e a população em geral, no sentido da correcta gestão ambiental, da inventariação das problemáticas e na definição adequada dos perfis de solução para os diferentes desafios colocados pelo convívio entre o progresso económico, a qualidade de vida e as sobrevivências de práticas de desrespeito pelo patri-



mónio ambiental comum.

Contando com a presença de diversos especialistas e subordinado aos seguintes sub-temas

1.º dia: ambiente litoral em geral

I – Educação e disciplina ambiental

(intervenção dirigida para duas áreas: a preservação e a repressão. Ênfase sobre a educação ambiental e o direito ambiental como temas de debate)

II – Biologia marinha

(os recursos marinhos, a protecção da fauna e da flora marinha, preocupações com focos de poluição, formas de protecção)

III – Preocupações e projectos ambientais

(caracterização particular das questões relacionados com o ambiente litoral, principais problemas com que se depara, os desafios do futuro, principais projecto, formas de actuação sobre o meio)

2.º dia: ambiente litoral na costa oeste

I – Património histórico e cultural da região

II – Arqueologia subaquática local

(composição e características da riqueza subaquática da região, que qualidades, que perigos, como preservar)

III – A Reserva Ecológica da Berlenga

IV – Um projecto ecológico para Peniche

Câmara Municipal de Peniche cede terreno ao IPL Novas instalações reforçam ensino de qualidade

"Captar os melhores alunos para Peniche" é o principal objectivo que o Instituto Politécnico de Leiria (IPL) pretende implementar naquela localidade, através dos serviços prestados pela Escola Superior de Tecnologia do Mar (ESTM). E isso só se conseguirá, acredita Luciano de Almeida, com "qualidade no ensino e nos serviços complementares de alimentação e alojamento".

O presidente do IPL proferiu estas declarações na cerimónia de assinatura da cedência de um terreno da Câmara Municipal de Peniche para a construção das futuras instalações da ESTM.

A funcionar em instalações provisórias, que esgotarão a sua capacidade em 2003, a



ESTM avança agora para uma "fase de consolidação".

Até final do próximo ano, deverá estar em curso a construção das novas instalações da biblioteca e da cantina. Em 2003, prevê-se o início da edificação da residência de estudantes, provavelmente, junto às piscinas

municipais em terreno da Câmara.

Para Luciano de Almeida, a residência é "preocupação de carácter social" acentuada pelo facto de começar a existir especulação de preços no aluguer de quartos que "só poderá ser controlada quando o IPL oferecer alojamento alternativo".

Na opinião do Presidente da Câmara Municipal de Peniche, a cedência de um terreno, que totaliza perto de 18 mil metros quadrados, representa "um passo importante para viabilizar o ensino superior no concelho". Jorge Gonçalves lembrou o velho sonho da Universidade do Mar, que só recentemente ganhou forma através da instalação da ESTM.

Licenciatura em Enfermagem

Elísio Augusto Gomes Pinto

Director da ESEnf-Leiria



Os progressos científicos e tecnológicos verificados nos últimos anos em todos os domínios, provocaram mudanças extraordinárias na nossa sociedade, trazendo-nos imensas vantagens a vários níveis como o social, o económico, o técnico, entre outros e permitindo-nos melhores e mais rápidas acessibilidades às fontes de produção de bens e serviços, por forma a satisfazer as nossas necessidades e criar bem estar. Porém, no domínio da saúde, novas problemáticas surgiram.

A biomedicina assente nas teorias da causalidade linear (estímulo – resposta, uma causa - uma doença) já não explica a maioria das doenças dos nossos dias nem dispõe de respostas adequadas para algumas das patologias, nomeadamente as sociais. Como consequência vai, progressivamente, cedendo lugar a outras teorias como a Biopsicossocial ou a Holística que, apelando a novos conceitos, explicam, de forma mais consistente, os estados de saúde e doença dos nossos dias, que resultam, principalmente, de comportamentos individuais como o fumar, beber, comer, dormir, automedicação, stresse, entre outros (estilos de vida), de comportamentos colectivos (relacionados com as diversas formas de poluição) e das características pessoais.

Por outro lado, os cidadãos exibem maiores exigências em cuidados de saúde em geral, e de enfermagem em particular, seja na prontidão com que devem ser prestados, seja ao nível científico e técnico, nas práticas, atitudes e comportamentos profissionais. As alterações demográficas, sociais e epidemiológicas, por sua vez, requerem também dos enfermeiros o desenvolvimento de competências de concepção, de pensa-

mento crítico e de tomada de decisão cada vez mais complexas.

A evolução nas atribuições e explicações dos estados de saúde e doença e a própria pressão social sobre os cuidadores colocou os enfermeiros perante a necessidade de dar início a um processo de transformação e desenvolvimento a todos os níveis (académico, organizacional, das práticas e de investigação). Aceitaram-no como um desafio desenvolvendo um esforço notável no sentido de acompanhar as transformações sociais, científicas e técnicas. Uma das respostas verificou-se ao nível da formação. As organizações profissionais dos enfermeiros foram unânimes em que esta deveria revestir o formato de licenciatura de base, demonstrando, deste modo, a quem assim não pensava, da justiça e necessidade de tal formação para a prestação de cuidados de enfermagem aos três níveis de prevenção em todas as fases de desenvolvimento humano e para intervir na gestão das unidades de saúde, na formação de novos profissionais e na investigação.

Diluídas as resistências, decidiu-se pelo modelo de formação ao nível de licenciatura de base.

Na elaboração do plano de estudos do Curso de Licenciatura em Enfermagem

foram tidos em consideração os relatórios e recomendações do Comité Consultivo para a Formação no Domínio dos Cuidados de Enfermagem (entidade reguladora da profissão no âmbito da União Europeia), as directivas da CEE sobre o mesmo assunto, o enquadramento jurídico sobre organização das Licenciaturas do Ensino Superior Politécnico, orientações gerais e específicas elaboradas por um grupo de trabalho das Escolas de Enfermagem e do Ministério da Educação, o Regulamento do Exercício Profissional dos Enfermeiros (REPE) e as recomendações do Departamento de Recursos Humanos da Saúde e, também, da Ordem dos Enfermeiros. Das diversas recomendações e orientações destacamos a estrutura e conteúdos curriculares, a duração mínima de 36 semanas de actividades pedagógicas e uma carga horária total entre as 4600 e as 4800 horas sendo que o ensino clínico (estágios) deverá ter uma duração não inferior a metade desta carga horária e ser efectuado em hospitais, centros de saúde bem como no seio da comunidade.

A Escola Superior de Enfermagem de Leiria elaborou o plano de estudos do Curso de Licenciatura em Enfermagem que uma vez apreciado e aprovado em sede própria foi levado à prática no ano lectivo 1999/2000 e está no 3.º ano de implementação.

Para terminar gostaria de deixar, para análise, um quadro síntese sobre a distribuição das cargas horárias pelos tipos de ensino. Nele é visível que ao longo dos quatro anos a carga horária dos ensinos teórico e teórico-prático vão decrescendo enquanto a dos trabalhos de campo/estágios vai aumentando atingindo no 4.º ano uma proporção de 29,7% e 70,3% respectivamente.

Tipo de ensino	1º Ano	2º Ano	3º Ano	4º Ano	Total	
Teórico	555h	490h	415h	215	1.675	45.2%
Teórico – prático	105	100	135	95	435	
Trabalhos de campo/Estágios	490	595	630	735	2.450	54.8%
Seminários	-	-	-	110	110	
Total	1.150	1.185	1.180	1.155	4.665	100%

Entrega dos certificados aos alunos da Escola Superior de Enfermagem



A Escola Superior de Enfermagem de Leiria (ESEnf) entregou, no passado dia 27 de Julho, os certificados de curso aos novos enfermeiros. A cerimónia decorreu no Teatro José Lúcio da Silva, com a presença de familiares e amigos.

O representante do Governador Civil de Leiria fez um elogio à profissão de Enfermeiro "que o país precisa muito" e felicitou os novos diplomados, desejando-lhes um bom futuro profissional.

Elísio Pinho, presidiu à cerimónia, naquele que foi o seu primeiro acto público como

Director da ESEnf. Dirigindo-se à plateia, considerou que esta nova fase na vida dos alunos não deve ser encarada como "um fim, mas sim um princípio". Desejou ainda boa sorte aos novos enfermeiros e aconselhou: "dêem algo de vós".

Ana Filipe, representante dos alunos da ESEnf, também salientou a importância do lado humano desta profissão ao afirmar que o curso de Enfermagem forma "gente que cuida de gente". Num ambiente informal e bem-humorado foram mostradas imagens do percurso dos recém-di-

plomados: a entrada na escola, as práticas, os jantares, a semana académica e a viagem de fim-de-curso.

No mesmo tom, o Presidente da Associação de Estudantes da ESEnf mostrou confiança na qualidade profissional dos seus colegas, mas sempre adiantou que "por minha parte, preferia não cair nas vossas mãos".

João Paulo Marques, Vice Presidente do Instituto Politécnico de Leiria (IPL) interveio em representação do Presidente do IPL, realçando o facto de este ser o primeiro acto público da Escola depois da sua integração no IPL. Aproveitou, ainda, para se dirigir à plateia, também na qualidade de Professor daquela Escola, saudando os novos enfermeiros, dirigindo-lhes um caloroso "Voltem sempre!", ao recordar que o seu processo de aprendizagem se deve prolongar ao longo de toda a vida.



40 alunos concluíram a licenciatura

No passado dia 27 de Julho decorreu a cerimónia solene de entrega de carta de curso, currículo escolar e juramento profissional por parte de 40 alunos da Escola Superior de Enfermagem de Leiria que concluíram a sua licenciatura. Tendo iniciado o seu percurso escolar na ESEnf no ano lectivo de 1997, realizaram numa primeira fase o bacharelato, que teve uma duração de 3 anos e, de seguida mais um ano complementar que lhes garante o grau de licenciado.

Após uma missa solene na Sé Catedral de Leiria, a cerimónia prosseguiu no Teatro José Lúcio da Silva



Elísio Pinto na posse da palavra

40 finalistas do Curso de Complemento de Formação em Enfermagem

Concluíram na ESEnf no passado dia 31 de Julho o Curso de Complemento de Formação em Enfermagem 40 alunos. O curso teve a duração de um ano lectivo e foi coordenado pela Dra. Helena da Conceição Borges Pereira Catarino.



Nova Direcção da ESEnf

Elísio Augusto Gomes Pinto, Professor Coordenador da Escola Superior de Enfermagem (ESEnf) de Leiria, assumiu, no passado dia 27 de Julho, as funções de Director desta Escola, na sequência da aposentação do anterior Director da Escola, o Professor Coordenador Manuel Silveirinha da Cruz.

Elísio Pinto assumiu o cargo, na qualidade de professor mais antigo e de categoria mais elevada, devendo desempenhar funções até à eleição do novo Conselho Directivo.

Manuel Silveirinha da Cruz, ex-Director da Escola Superior de Enfermagem de Leiria, aposentou-se no passado dia 26 de Julho de 2001. Exercendo o cargo de Director, em regime de comissão de serviço, desde 27 de Setembro de 1995, era também Professor Coordenador desde Julho de 1996 e mestre em Ciências da Educação na área de Especialização em Pedagogia da Saúde desde 1995.

Aposentou-se ainda no mesmo dia a Subdirectora da Escola, Maria Eduarda Mendonça Martins de Lucena, cargo que exerceu desde 1 de Setembro de 1999.

Ano Lectivo 2001/2002

Actividades dos Serviços de Acção Social

Compete aos Serviços de Acção Social (SAS) promover e gerir os serviços de apoio ao estudante junto de cada unidade orgânica do IPL.

Na sequência da política social superiormente definida, os SAS têm investido consideravelmente na criação de infra-estruturas dentro das disponibilidades financeiras para investimento (PIDDAC), para acompanhar o crescimento significativo do número

de estudantes, e garantir as condições necessárias para que os mesmos possam obter sucesso escolar.

A entrada em funcionamento da Escola Superior de Tecnologias do Mar de Peniche, no ano lectivo 1999/2000, a integração da Escola Superior de Enfermagem de Leiria, em Abril de 2001, e a criação da Escola Superior de Animação e Artes do Espectáculo, Caldas da Rainha, constituem pre-

sentemente um centro privilegiado de intervenção dos SAS, por forma a que todos os seus estudantes possam ter acesso aos apoios directos e indirectos.

Esta intervenção passa pela ampliação e optimização dos espaços já existentes, e pela criação de outros espaços, nomeadamente para prestar os serviços de alimentação e o alojamento em residência de estudantes.

BOLSAS DE ESTUDO

A 1ª fase das candidaturas aos benefícios sociais para o ano lectivo 2001/2002 decorreu entre 2 de Abril e 25 de Maio. Requereram este benefício social 1596 estudantes.

Pretende-se concluir o estudo dos processos que estejam completos, até ao fim do mês de Outubro. A análise das restantes candidaturas ficará dependente da entrega de documentação comprovativa das declarações prestadas, já solicitada por escrito pelo sector de bolsas, da realização de entrevistas e de visitas domiciliárias a efectuar pela Técnica Superior de Serviço Social. A listagem com os resultados do estudo dos processos pode ser consultada nos serviços administrativos dos SAS, nas residências de estudantes e nas Escolas Superiores integradas no IPL. Periodicamente a mesma será actualizada.

No início do mês de Novembro, 1200 estudantes irão receber a bolsa de estudo referente ao mês de Outubro.

O valor da bolsa anual, a atribuir pelos SAS, no ano lectivo 2001/2002, a fundo perdido, oscila entre os 334,19 € (67.000\$00) e os 3341,95 € (670.000\$00) sendo paga mensalmente, no máximo até 10 prestações. Estes valores podem ser superiores, nos casos em que o estudante seja abrangido pelo Artº 16º ou 17º e/ou pelo Artº 19º do Regulamento em vigor para atribuição de bolsas de estudo, publicado em anexo ao Despacho 10324-D/97, de 31 de Outubro, com alterações introduzidas pelo Despacho 13766-A/98, de 7 de Agosto.

O prazo fixado para levantamento da bolsa é de 30 dias. Os estudantes que não procedam ao levantamento da bolsa de estudo dentro do prazo fixado perdem o direito a essa mensa-

lidade (Artº 18º do regulamento acima mencionado).

Mensalmente será afixado o aviso de pagamento nos SAS e nas Escolas. No aviso constará o prazo para levantamento da bolsa, o serviço onde é efectuado o pagamento e o dia em que uma funcionária se deslocará à Escola para facilitar este procedimento. Todos os estudantes alojados nas residências de estudantes podem solicitar por escrito que o cheque seja levantado naquele serviço.

Os estudantes do primeiro ano, primeira vez, podem entregar as suas candidaturas até 30 dias a contar da data de matrícula.

No mês de Novembro, os SAS irão processar, também, o pagamento das bolsas de estudo aos estudantes do primeiro ano que solicitaram alojamento na residência de estudantes.

Prevê-se a conclusão da análise de todos os processos até ao final do ano, por forma a que todos os estudantes que declararam ter necessidade do nosso apoio sejam contemplados com este benefício ainda em 2001.

No total, estima-se que sejam 1960 bolseiros.

A confirmar-se a previsão do número de bolseiros (que depende, entre outros factores, do número de estudantes matriculados) o encargo com bolsas de estudo neste trimestre será de 676 774 € (135.681 contos). A bolsa média aproximar-se-á de 115.10 € (23.075\$00).

ALOJAMENTO

Presentemente os SAS têm capacidade para alojar 426 estudantes nas residências em Leiria e 108 em Caldas da Rainha.

Candidataram-se ao alojamento na 1ª fase 610 estudantes e

prevê-se que 220 do 1º ano requeiram, igualmente este benefício. São reservadas para os estudantes do 1º ano 25% das vagas (115 camas). Estas camas foram ocupadas logo na semana em que decorreram as matrículas da 1ª fase.

Esta política social visa garantir ao estudante deslocado condições habitacionais para poder frequentar as aulas desde o início do ano lectivo. Este apoio é imprescindível para a maioria dos estudantes bolseiros.

Na atribuição de alojamento é dada preferência aos estudantes mais carenciados.

A listagem dos estudantes admitidos na 1ª fase foi afixada em 30 de Junho. No decorrer do mês de Novembro será divulgada a listagem dos estudantes do primeiro ano.

As mensalidades em vigor para alojamento em quarto duplo no presente ano não sofreram actualização:

Quarto duplo/mês	Euros	Escudos
Preço Social para estudantes bolseiros	49,88 €	10.000\$00
Preço Social para estudantes ex-bolseiros	49,88 €	10.000\$00
Preço Social para estudantes não bolseiros	74,82 €	15.000\$00
Preço Social para estudantes - SOCRATES	74,82 €	15.000\$00

Quarto individual/mês	C/ WC	Euros	Escudos	S/ WC	Euros	Escudos
Estudantes não bolseiros		112,23 €	22.500\$00		94,77 €	19.000\$00
Estudantes bolseiros		112,23 €	22.500\$00		69,83 €	14.000\$00
Professor/ Outros funcionários do IPL não residentes		124,70 €	25.000\$00			

. Aluno do IPL - situações especiais a estudar caso a caso pelos SAS

. Os alunos que pretendam ser alojados mais de 20 noites na residência de estudantes pagam a mensalidade completa.

Alojamento mês de Agosto para estudantes residentes

	Euros	Escudos
Mensalidade	74,82 €	15.000\$00
Noite	3,74 €	1.750\$00

O preço por noite ou a mensalidade a aplicar aos estudantes que justificadamente necessitem de alojamento durante o mês de Setembro/02 é o constante na tabela seguinte, de acordo com a mensalidade fixada para cada um deles no ano lectivo 2001/2002:

Mensalidade	Preço/noite	
	Euros	Escudos
	49,88 €	10.000\$00
	74,82 €	15.000\$00

É de realçar que o estudante bolsheiro que solicite alojamento recebe um complemento de aluno deslocado, de igual valor ao valor fixado como mensalidade a pagar na residência, pelo que os encargos com o seu alojamento são financiados na íntegra através da bolsa de estudo.

O alojamento em quarto individual é o seguinte:

Quarto duplo/noite	Euros	Escudos
Estudante do ensino superior	4,99 €	1.000\$00
Estudante do ensino não superior	6,23 €	1.250\$00
Estudante de um país da Comunidade Europeia	4,99 €	1.000\$00
Estudante proveniente dos PALOP'S	6,23 €	1.250\$00

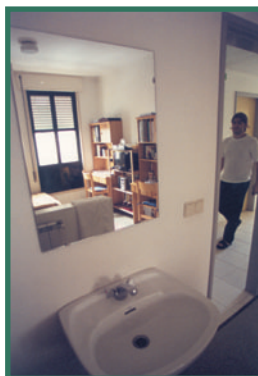
Quarto individual/noite	Euros	Escudos
Estudante do ensino superior	7,48 €	1.500\$00
Professor / Familiares de estudantes	12,47 €	2.500\$00
Estudante de um país da Comunidade Europeia	12,47 €	2.500\$00
Estudante proveniente dos PALOP'S	12,47 €	2.500\$00
Funcionários do IPL/Outros organismos do Estado	9,98 €	2.000\$00



No acto de entrada na residência o estudante assina um termo de responsabilidade onde consta todo o equipamento e roupa que lhe é concedida pelos serviços (lençóis, almofada, cobertores, colcha e toalhas turcas).

O estudante tem direito à troca semanal da roupa cedida pelos SAS, sem qualquer encargo inerente à lavagem da mesma. A roupa pessoal pode ser lavada nas salas de tratamento do Bloco B e D que estão equipadas com máquinas de lavar e secar. Oportunamente este serviço será alargado ao bloco C. Para o efeito o estudante deve adquirir as moedas na recepção do bloco A.

Todas as residências estão equipadas com salas de informática e salas de estudo, aquecimento central e telefone nos quartos. Quer na residência de Leiria, quer na de Caldas da Rainha existe uma máquina fotocopiadora que está em funcionamento permanente.



Em Leiria, o Bloco C, inaugurado em Setembro/01, dispõe de 30 quartos individuais com casa de banho privativa, destinado a estudantes, docentes e funcionários do IPL, a outras pessoas ou grupos ligados a organismos do Estado, associações ou entidades particulares que estabeleçam contactos com os serviços nesta área.

Quarto individual/noite	Euros	Escudos
Quarto individual	17,45 €	3.500\$00
Quarto duplo	19,95 €	4.000\$00
Quarto de casal	14,96 €	3.000\$00

As reservas são efectuadas directamente na residência ou nos SAS, pessoalmente ou através do **tel.: 244830640** ou do e-mail **sas@sas.iplei.pt**.

A gestão das residências é feita pelos SAS com a colaboração da Comissão de Residentes que é eleita anualmente. Para o efeito, de 20 a 30 de Novembro de 2001 os estudantes devem eleger um representante de cada ala para fazer parte da referida Comissão. Esta Comissão é representada por um porta voz junto dos SAS.

ALIMENTAÇÃO

Por se acreditar que a gestão directa dos serviços garante uma maior qualidade/diversidade das refeições servidas aos estudantes, os SAS têm seguido esta política, procurando equilibrar o custo/qualidade, de acordo com a disponibilidade orçamental.

O aumento do número de estudantes e a entrada em funcionamento de novas Escolas implicou a ampliação de alguns espaços já existentes, bem como a construção de novos edifícios para que estes serviços sejam garantidos com a qualidade que se deseja.

A título de exemplo mencionam-se alguns dos preços praticados nos refeitórios e nos bares dos SAS:

	Euros	Escudos
Refeição completa	1,60 €	320\$00
Pão com manteiga	0,25 €	50\$00
Sandes de queijo	0,50 €	100\$00
Sandes de fiambre	0,45 €	90\$00
Bolo	0,37 €	75\$00
Café	0,25 €	50\$00
Copo de leite	0,25 €	50\$00
Galão normal	0,35 €	70\$00

Vai entrar em funcionamento um novo espaço composto de refeitório, bar e churrasqueira junto da ESE.

SAÚDE

O Gabinete de Psicologia (criado em Abril de 1999) é dirigido à população de estudantes, tendo como objectivo o apoio/aconselhamento psicológico. Algumas problemáticas foram identificadas do seguinte modo:

- . Organização do trabalho e gestão do tempo;
- . Estados de stress/depressão/ansiedade;
- . Baixo rendimento académico;
- . Estados de desmotivação e dificuldade no delineamento de objectivos;
- . Desenraizamento geográfico e dificuldade de integração;
- . Adaptação ao contexto académico e problemas de ordem vocacional.



As consultas são gratuitas e podem ser marcadas na sede dos SAS, através do **Tel.: 244830640** ou através do e-mail **sas@sas.iplei.pt**

Local	Dias	Horário
Leiria – ESE e ESTG alternadamente	Quartas e Quintas-feiras	Das 14H00m às 17H00m
Caldas da Rainha	Terças-feiras	Das 14H00m às 17H00m

Consultas de clínica geral

Local	Dias	Horário
Leiria – ESE e ESTG alternadamente	Quartas -feiras	Das 16H00m às 17H00m
Caldas da Rainha	Quintas-feiras	Das 17H00m às 18H00m

Preçário em vigor:

	Euros	Escudos
Estudante	1,50 €	300\$00
Funcionário	2,99 €	600\$00
Docentes	3,49 €	700\$00

DESPORTO E CULTURA

Os estudantes que pretendam praticar uma actividade desportiva ou cultural devem dirigir-se ao Gabinete do SADC – Sector de Actividades Desportivas e Culturais localizado no rés-do-chão, do edifício dos SAS, no Morro do Lena.

Este sector tem como objectivo promover o desporto e a cultura entre os estudantes do IPL por considerarmos que são duas vertentes fundamentais no seu percurso académico.

REPROGRAFIA E PAPELARIA

Este serviço encontra-se em funcionamento nos SAS, em Caldas da Rainha. É um serviço pioneiro que se pretende alargar às restantes Escolas do IPL.

Um Livro para a Escola de S. Nicolau Cabo Verde



O Instituto Politécnico de Leiria (IPL) levou a cabo uma campanha intitulada “Um Livro para a Escola de S. Nicolau – Cabo Verde”. A campanha decorreu durante

o mês de Maio e teve como objectivo angariar livros, novos ou usados, para a Escola Secundária Dr. Baltasar Lopes da Silva.

A iniciativa contou com o apoio das Escolas Superiores do IPL, bem como de algumas Escolas Secundárias da região de Leiria. De registar igualmente a forma como algumas livrarias, editoras e o Instituto Português do Livro e das Bibliotecas responderam ao apelo do IPL, participando com diversos livros. A Associação Portuguesa de Editores e Livreiros teve um papel importante, ao realizar contactos com os seus associados, sensibilizando-os para esta acção.

No final foram reunidos cerca de 1000 livros, para ajudar as crianças de Cabo Verde. Os TACV (Transportes Aéreos de Cabo Verde) colaboraram também nesta iniciativa garantindo o transporte dos livros para Cabo Verde.

“Bolonha à Portuguesa: Que futuro para o Ensino Superior na Europa e em Portugal?”

A Declaração de Bolonha, resultou de uma cimeira ministerial que envolveu 29 países europeus com o objectivo de debater o futuro do Ensino Superior na Europa. Este passa pelo aumento da competitividade, bem como pela promoção da mobilidade e empregabilidade no Espaço Europeu. Para tal, é necessário adoptar um sistema de graus comparável e de um sistema de créditos compatível. Os textos do Processo de Bolonha encontram-se dispersos até à sua publicação neste segundo número dos Cadernos do Ensino Superior, cuja selecção foi da responsabilidade do FAIRE (Fórum Académico para a Informação e Representação Externa).

A publicação destes textos, pelo Instituto Politécnico de Leiria, é também um contributo para a reflexão sobre os problemas e desafios que se colocam ao Ensino Superior.



Campanha “Um Livro para a Escola de S. Nicolau - Cabo Verde”

Campanha
Um Livro para a Escola de S. Nicolau, Cabo Verde

Vamos responder ao apelo da Escola Secundária de São Nicolau oferecendo um livro para a Biblioteca Entregue-o na Secretaria:

- do IPL;
- da ESE Leiria;
- da ESTG Leiria;
- da ESTGAD Caldas da Rainha;
- da ESTM Peniche;
- da ESTM Leiria;
- desta Escola EB 2,3 ou Secundária, ou
- numa das Livrarias aderentes.

Até 1 de Junho de 2001

Designação

Designação	Localidade
Americana – Papelarias, Livrarias e Equipamentos, S.A.	Leiria
Associação Portuguesa de Editores e Livreiros	Lisboa
Editorial Arrábida	Lisboa
Editorial Caminho	Lisboa
Editorial Estampa, Lda.	Lisboa
Escola Básica dos 2º e 3º Ciclos de D. Dinis	Leiria
Escola Básica dos 2º e 3º Ciclos de Guilherme Stephens	Marinha Grande
Escola Secundária Francisco Rodrigues Lobo	Leiria
Escola Secundária Pinhal do Rei	Marinha Grande
Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Leiria	Leiria
Escola Superior de Tecnologia e Gestão do Instituto Politécnico de Leiria	Leiria
Escola Superior de Tecnologia, Gestão, Arte e Design do Instituto Politécnico de Leiria	Caldas da Rainha
Gráfica de Leiria	Leiria
Imaginar Editora	Lagos
Instituto Português do Livro e das Bibliotecas	Lisboa
Livraria Diálogo	Marinha Grande
Livraria Leiriense	Leiria
Loja 107, Livraria, Lda.	Caldas da Rainha
PAPA-Letras – Edição e Distribuição de Publicações, Unipessoal, Lda.	Lisboa
TACV - Transportes Aéreos de Cabo Verde	Lisboa

Ricardo Canhão

Campeão Nacional Universitário de Ténis Masculino

Aluno do 1.º ano de Engenharia Informática da Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Leiria (ESTG), Ricardo Canhão consagrou-se Campeão Nacional Universitário de Ténis Masculino, no passado mês de Maio, em Aveiro. Apesar do jogo da final ter sido “muito puxado” o atleta afirmou que esta vitória lhe “soube muito bem”. Ricardo Canhão tem 20 anos, é natural de Caldas da Rainha, e começou a jogar ténis aos 9 anos. Pouco tempo depois, entrou para o Clube das Escolas de Ténis das Caldas da Rainha, iniciando-se na competição. Foi Campeão Nacional por Equipas por duas vezes mas, por volta dos 17 anos, teve que abandonar o ténis por causa dos estudos.

Em 1999 ingressou no Instituto Politécnico de Bragança onde esteve um ano afastado do Ténis, já que aquela cidade não dispõe de condições para a prática deste desporto.

Após ter feito um pedido de transferência ingressa na ESTG. A vinda para Leiria possibilitou o regresso ao ténis. Para além de ter voltado aos treinos, começou também a treinar jogadores mais no-



vos, uma vez que tem o curso de treinador de nível 1.

Apesar de adorar esta modalidade não tem ilusões: “para quem tenha em vista ser um tenista profissional tem que ir para um país estrangeiro. Em Portugal, ainda não se conseguem atingir esses níveis porque não existem infra-estruturas”. Para além disso “nós (os tenistas) em

Portugal somos muito pouco apoiados”. Para manter o seu nível actual, Ricardo Canhão treina duas a três vezes por semana e não dispensa um jogo de futebol com os amigos.

Quando acabar o curso pensa trabalhar em informática, de preferência na área de redes ou em bases de dados de grandes empresas.

IPL e Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV)

O Conselho de Gestão do IPL aprovou o envolvimento da instituição, conjuntamente com outras entidades públicas de Leiria nomeadamente o Governo Civil, a Câmara Municipal, a Administração Regional de Saúde, o Centro Regional de Segurança Social, a PSP, a Polícia Judiciária e a GNR, no estabelecimento de um protocolo com a Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV) a fim de constituir em Leiria um centro de atendimento permanente daquela organização.

Ao IPL caberá o papel de sensibilização junto dos seus alunos e docentes para o trabalho voluntário na associação:

- o atendimento é garantido em todos os centros e quase na sua totalidade por estudantes do ensino superior sendo o apoio técnico, em particular jurídico, garantido muitas vezes por docentes, todos em regime de voluntariado;
- a disponibilização de meios e “know how” informáticos para o funcionamento do centro e ainda a disponibilização da logística e equipamentos da sua estrutura pedagógica para a formação dos voluntários. Prevê-se ainda a colaboração pontual dos Serviços de Acção Social do IPL no alojamento e alimentação de emergência.



A Festa do Euro



“A Festa do Euro”, uma iniciativa da Comissão Nacional do Euro, contou com a participação do Instituto Politécnico de Leiria e de várias instituições nacionais e da região: Câmara Municipal de Leiria,



Governo Civil de Leiria, NERLEI – Associação Empresarial da Região de Leiria, CAE Leiria – Centro da Área Educativa de Leiria, ACILIS – Associação Comercial de Leiria, Batalha e Porto de Mós, ANJE – Associação Nacional de Jovens Empresários, APOTEC – Associação Portuguesa de Técnicos de Contabilidade, DECO – Associação para a Defesa do Consumidor e Eurogabinete.

O IPL, em conjunto com as Escolas Superiores que dele fazem parte, desenvolveu várias iniciativas que tiveram como objectivo a divulgação da nova moeda que vai ser introduzida em Janeiro de 2002.

A familiarização com as notas e moedas e as implicações que a adopção da nova moeda vão provocar na economia foram alguns dos objectivos que se pretenderam alcançar. Para tal, foram afixados cartazes

informativos nas várias escolas e serviços do IPL, os vencimentos e descontos dos funcionários (docentes e não docentes) foram apresentados na nova moeda e os preços nas cantinas, bares, refeitórios, reprografias, livrarias e papelerias foram afixados em Euros.

Também os docentes desenvolveram nas aulas actividades relacionadas com o tema do Euro.

O Eurogabinete prestou sessões de esclarecimento nas Escolas, SAS e Serviços Centrais. Para além disso, foi também instalado um mini Eurogabinete informativo em cada escola, para distribuir informação e prestar esclarecimentos. No caso de Peniche e Caldas da Rainha (cidades não abrangidas por este projecto) as Escolas participaram, igualmente, em acções de esclarecimento junto da população.

IPL recebe Prémio de Educação

O jornal semanário Região de Leiria atribuiu o Troféu Afonso Lopes Vieira na categoria “Educação” ao Instituto Politécnico de Leiria. A cerimónia de entrega dos Troféus Afonso Lopes Vieira terá a sua 4.ª Edição no dia 23 de Novembro de 2001, no Teatro José Lúcio da Silva.

As Associações de Estudantes das Escolas do Instituto Politécnico de Leiria dão as boas vindas aos novos alunos, desejando-lhes uma boa integração na comunidade académica.

AEESE

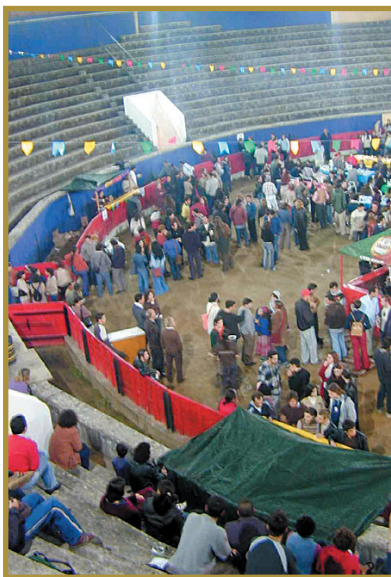
Entre os muitos projectos em que a AEESE está envolvida, o destaque vai para a Semana de Recepção ao Caloiro 2001, uma organização conjunta da Associação de Estudantes da ESE com as Associações da ESTG e da ESEnf e que irá realizar-se nos dias 7, 8 e 9 de Novembro, em Leiria, tendo o patrocínio da SIC Radical. Confirmadas estão já as presenças dos Zen, Smoke City, Gift e Texas, entre muitas outras bandas que irão animar as noites da cidade de Leiria. Para além do tradicional cortejo académico, haverá ainda um arraial no Terreiro, e o habitual Baile do Caloiro. Arranchará, no final de Novembro, o projecto da rádio da Associação de Estudantes, que terá a especial colaboração dos alunos do curso de Comunicação e Multimédia. Está prevista ainda a publicação do n.º1 do jornal trimestral "O Académico".

AEESTG

A três meses do final do ano lectivo, a Associação de Estudantes da ESTG faz uma boa avaliação dos projectos propostos, pois a maior parte deles estão cumpridos. O novo edifício da AEESTG, deverá estar pronto no final do ano lectivo, possibilitará mais serviços e melhores condições a alunos e a dirigentes e colaboradores da Associação. Os órgãos da ESTG têm sido essenciais e incansáveis no apoio prestado à Associação que agradece, igualmente, ao Instituto Politécnico de Leiria, aos seus Serviços de Acção Social e aos alunos que têm colaborado com a AEESTG. O grande projecto em marcha é co-organização da Semana de Recepção ao Caloiro, para a qual convidam todos os alunos da Escola pois é para eles que esta é preparada com todo o empenho. Este ano a Dance Music não foi es-

quecida, estando já confirmados os DJ's Vibe, Luís Leite e Rui Vargas.

AEESTM



teve lugar na semana de 8 a 12 de Outubro a semana de recepção aos novos alunos na ESTGAD. Constataram do programa da semana, diversas actividades nocturnas, com a participação de DJ's e Bandas de vários pontos do país. Os estabelecimentos comerciais de Caldas da Rainha também deram o seu contributo. Esta semana tornou-se significativa pela participação de alunos, professores e população de Caldas em geral, especialmente no "Arraial" realizado na Praça de Touros da Cidade, no dia 9 de Outubro, que contou com a presença de ranchos folclóricos e grupos de música típica da região.

Os objectivos principais foram atingidos por se ter proporcionado aos novos alunos uma semana de integração, afastando a

ideia de praxe enquanto atitude de superioridade e humilhação para com os novos alunos.

AEESTM

A Associação de Estudantes da Escola Superior de Tecnologia do Mar participou, de 14 a 23 de Setembro, no Núcleo de Teatro da Escola ao nível da animação do Festival de Sabores do Mar. Fez ainda parte integrante das I Jornadas Ambientais da ESTM, que decorreram nos dias 25 e 26 de Outubro em Peniche, salientando-se o papel activo ao nível da animação turística dos finalistas do curso de Gestão Turística e Hoteleira.

AEESEnf

No passado mês de Junho teve lugar na praia da Galé em Grândola, mais um ENEE (Encontro Nacional de Estudantes de Enfermagem), que este ano contabilizou a 22.ª edição e contou com a participação de cerca de 4.500 estudantes e profissionais de Enfermagem. Foi organizado pela Federação Nacional de Associações de Estudantes de Enfermagem (FNAEE) com o intuito de promover o contacto, troca e diversificação de experiências destes profissionais de saúde. Do programa que este ano se subordinou ao tema "Novo Milénio, Melhor Enfermagem", constou um painel diverso a nível científico, e várias iniciativas de carácter desportivo e recreativo. Os alunos do 15.º Curso de Bacharelato em Enfermagem estão a organizar as V Jornadas de Enfermagem sob o tema "Emergências e Urgências". Nos dias 21 e 22 de Julho realizou-se um encontro da FNAEE, no qual foram realizadas eleições, onde ocorreu a tomada de posse dos novos dirigentes. O novo presidente da FNAEE, Nuno Lopes, e também presidente da AEESEnf.

Ficha Técnica

Director: Luciano Rodrigues de Almeida. *Director Adjunto:* João Paulo Marques. *Coordenação Executiva:* Miguel Jerónimo. *Conselho Redactorial:* Elisio Pinto, João Paulo Marques, José Loios, José Manuel Silva, José Ventura da Cruz Pereira, Luciano de Almeida, Miguel Jerónimo, Nuno Mangas, Olga Terça (IPL). *Colaboradores:* Alexandre Bastos (IPL), Ana Maria Sousa (ESE), Ana Raquel Martins (ESTG), Bernardo Costa (ESTM), Celina Gaspar (SAS), Fátima Gonçalves (ESEnf), Sandra Ferreira (ESTGAD).

Edição: Instituto Politécnico de Leiria

Composição e Paginação: Jorlis - Edições e Publicações, Lda. *Direcção de Produção:* Anabela Frazão. *Concepção Gráfica:* Regina Sebastião. *Impressão:* Mirandela - Artes Gráficas, SA *Tiragem:* 13.500 exemplares.

ISSN: 0874-9779. *Depósito Legal:* 156833/00. *Registada no ICS. Periodicidade:* Trimestral. *Outubro de 2001*

Novos cursos das Escolas do Instituto Politécnico de Leiria



INSTITUTO POLITÉCNICO
DE LEIRIA

ESE Leiria

Escola Superior de Educação de Leiria

LICENCIATURA

- Comunicação Social e Educação Multimédia

ESTG Leiria

Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Leiria

LICENCIATURA

- Solicitadoria

ESARTE Caldas da Rainha

Escola Superior de Animação e Artes do Espectáculo de Caldas da Rainha

LICENCIATURAS

- Animação Cultural
- Som e Imagem
- Teatro



www.iplei.pt

IPL Leiria
Serviços Centrais

Edifício Maringá

Torre 2, 2º

Apartado 304 I

2400-903 Leiria

Tel. 244 830 010

Fax 244 813 013

E-mail: ipleiria@iplei.pt

www.iplei.pt



INSTITUTO POLITÉCNICO DE LEIRIA

Serviços Centrais

Edifício Maringá · Torre 2, 2º
Apartado 3041 · 2400-903 Leiria
Tel. 244 830 010 · Fax 244 813 013
E-mail: ipleiria@iplei.pt
www.iplei.pt

Serviços de Ação Social

Morro do Lena · Alto do Vieiro
Apartado 2829 · 2401-901 Leiria
Tel. 244 830 640 · Fax 244 830 646
E-mail: sas@sas.iplei.pt

ESE Leiria

Rua Dr. João Soares · Porto Moniz
Apartado 4045 · 2400-448 Leiria
Tel.: 244 829 400 · Fax: 244 829 499
E-mail: esl@esl.iplei.pt
www.esl.iplei.pt

ESTG Leiria

Morro do Lena · Alto do Vieiro
Apartado 4163 · 2411-901 Leiria
Tel.: 244 820 300 · Fax: 244 820 310
E-mail: estg@estg.iplei.pt
www.estg.iplei.pt

ESTGAD Caldas da Rainha

Rua Isidoro Inácio Alves de Carvalho
Apartado 823 · 2500-917 Caldas da Rainha
Tel.: 262 830 900 · Fax: 262 830 904
E-mail: estgad.ipl@mail.telepac.pt

ESTM Peniche

Santuário Nossa Senhora dos Remédios
Estrada dos Remédios · 2520-631 Peniche
Tel.: 262 783 607 · Fax: 262 783 088
E-mail: estm@estm.iplei.pt
www.estm.iplei.pt

ESEnf Leiria

Rua das Olhalvas · 2414-016 Leiria
Telef. 244 813 388 · Fax 244 815 866
E-mail: esenf.leiria@mail.telepac.pt

www.iplei.pt



ESE Leiria

Escola Superior de Educação de Leiria

LICENCIATURAS

- Comunicação Social e Educação Multimédia
 - Educação de Infância
 - Professores do Ensino Básico - 1º Ciclo
 - Professores do Ensino Básico - 2º Ciclo
- Variantes:
- Educação Física
 - Educação Musical
 - Educação Visual e Tecnológica
 - Matemática e Ciências da Natureza
 - Português e Inglês
 - Relações Humanas e Comunicação no Trabalho
 - Turismo

ESTG Leiria

Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Leiria

LICENCIATURAS

- Comércio e Marketing
- Contabilidade e Finanças (só ensino nocturno)
- Engenharia do Ambiente
- Engenharia Automóvel
- Engenharia Civil
- Engenharia Electrotécnica
- Engenharia Electrotécnica (regime nocturno-só 1º ciclo)
- Engenharia e Gestão Industrial
- Engenharia Informática
- Engenharia Informática (regime nocturno-só 1º ciclo)
- Engenharia Informática e Comunicações
- Engenharia Mecânica
- Engenharia Mecânica (regime nocturno-só 1º ciclo)
- Gestão e Administração Pública
- Gestão de Empresas
- Solicitação
- Tradução

ESTGAD Caldas da Rainha

Escola Superior de Tecnologia, Gestão,
Arte e Design de Caldas da Rainha

LICENCIATURAS

- Artes Plásticas
- Opções:
 - Pintura, Escultura, Gravura(no 1º ciclo do curso biológico de Licenciatura)
- Design
- Ramos:
 - Design Industrial, Tecnologias para a Cerâmica,
 - Tecnologias Gráficas, Tecnologias Multimédia
 - Tecnologias da Informação Empresarial

ESTM Peniche

Escola Superior de Tecnologia do Mar de Peniche

LICENCIATURAS

- Biologia Marinha e Biotecnologia
- Engenharia Naval e Industrial
- Gestão Turística e Hoteleira
- Turismo e Mar

ESEnf Leiria

Escola Superior de Enfermagem de Leiria

LICENCIATURAS

- Enfermagem

ESARTE Caldas da Rainha

Escola Superior de Animação e Artes
do Espectáculo de Caldas da Rainha

LICENCIATURAS

- Animação Cultural*
- Som e Imagem*
- Teatro*

*ENTRADA EM FUNCIONAMENTO
NO ANO LECTIVO DE 2002/2003